ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOLOGIA



N.° XV NOVA FASE 2014 Segundo Semestre

REVISTA DA

ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOLOGIA

Nova Fase N.° XV - 2014 Segundo Semestre

EXPEDIENTE

Diretor

Antônio Martins de Araújo

Coordenador executivo

Claudio Cezar Henriques

Redator-chefe

Manoel Pinto Ribeiro

Secretário

Amós Coêlho da Silva

Divulgação e publicidade

Antônio Martins de Araújo

CONSELHO HONORÍFICO

Constituído por todos os sócios-correspondentes da Academia Brasileira de Filologia

CONSELHO TÉCNICO

Antônio Martins de Araújo, Carlos Eduardo Falcão Uchôa, Castelar de Carvalho, Evanildo Bechara, Marina Machado Rodrigues, Maximiano de Carvalho e Silva, Ricardo Stavola Cavaliere e Rosalvo do Valle

A Academia Brasileira de Filologia não se responsabiliza por conceitos emitidos em artigos assinados.

Diretoria Academia Brasileira de Filologia

Biênio: maio de 2014 a maio de 2016

Presidente

Antônio Martins de Araújo

Vice-Presidente Deonísio da Silva

Primeiro Secretário Amós Coêlho da Silva

Segundo Secretário José Geraldo Paredes

Tesoureiro Agostinho Dias Carneiro

Bibliotecário Francisco Venceslau dos Santos

Relações-Públicas Claudio Cezar Henriques

Presidentes de Honra da ABRAFIL



Professores Evanildo Bechara e Leodegário A. de Azevedo Filho

SUMÁRIO

EDITORIAL	7
HOMENAGENS A OLMAR GUTERRES DA SILVEIRA	
PREFÁCIO – Horácio Rolim de Freitas	8
APRESENTAÇÃO – Evanildo Bechara	11
APRESENTAÇÃO – Evanildo BecharaBREVE DEPOIMENTO SOBRE UM MESTRE DA LÍNGUA DE CAMÕ	DES -
Leodegário A.de Azevedo Filho	12
PROF. DR. OLMAR GUTERRES DA SILVEIRA – MESTRE EMÉRITO – MA	ANO-
EL P. RIBEIRO	14
DADOS BIOGRÁFICOS	15
ENSAIOS EM HOMENAGEM A OLMAR GUTERRES DA SILVEIRA	18
VITA BREVIS, SED ARS LONGA – Amós Coelho da Silva	18
MESTRE OLMAR GUTERRES DA SILVEIRA – Antônio Nunes Malveira	25
OLMAR GUTERRES DA SILVEIRA – UM MESTRE INESQUECÍVEL – Mar	noel P.
Ribeiro	27
ENSAIOS	30
A LITERATURA NO CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO – NECESSIDAD	E DE
RESGATE – Aíla Maria Leite Sampaio	30
EMPRÉSTIMOS TUPINAMBÁS E OS FALARES DO NOROESTE MARAN	HEN-
SE SEISCENTISTA NA ÓTICA DE TRÊS MISSIONÁRIOS EUROPEUS – Ar	ntônio
Martins de Araújo	
LINGUÍSTICA DESCRITIVA, GRAMÁTICA NORMATIVA E EXCLUSÃO) SO-
CIAL - CONSIDERAÇÕES NECESSÁRIAS - Fleide Daniel Santos de Albuqu	erque
	58
O PEQUENO "SERTÃO" DE TUTAMEIA (TERCEIRAS ESTÓRIAS), 1967	
berto Mendonça Teles	76
ASPECTOS DA UNIDADE E DIVERSIDADE NO ATLAS ETNOLINGUÍS	
DO ACRE – ALAC – Luísa Galvão Lessa Karlberg	
TABU OU ESCRITA? - Luiz César Saraiva Feijó	
COMPREENSÃO LEITORA E PROPOSTAS DE ENSINO – Maria Angélica	
de Carvalho	113
ENTREVISTA – Manoel P. Ribeiro entrevista Francisco Venceslau dos Santos	121
RESENHAS	124
MESTRE OLMAR, BEM MAIS QUE UM "APENAS" CATA-PULGA – Hiln reira Ranauro	na pe-
reira Ranauro	124
SANTOS, FRANCISCO VENCESLAU – Os anos da Juventude – Um romance	-Ro-
berto Acízelo de Souza	128
SANTOS, FRANCISCO VENCESLAU – Os anos da Juventude – Um roma	nce -
Carlos Said	130
SCHIMITZ, John Roberto - Dicionário de Epônimos e Topônimos da Língua l	Portu-
guesa – André Conforte	132

HOMENAGENS PÓSTUMAS	135
HOMENAGENS PÓSTUMAS AO ACADÊMICO OLMAR GUTERRES	DA SIL-
VEIRA – Horácio Rolim de Freitas	135
MEMÓRIA	140
HOMENAGENS A OLMAR GUTERRES DA SILVEIRA	140
NOTICIÁRIO	141
ESTUDOS DE LÍNGUA E LITERATURA III	141
COMEMORAÇÃO DOS 70 ANOS DA ACADEMIA	
LANÇAMENTO DE LIVROS DOS ACADÊMICOS	144
DE ONDE VÊM AS PALAVRAS – Deonísio da Silva	144
GRAMÁTICA AO ALCANCE DE TODOS – José Geraldo Paredes	147
A GRAMÁTICA NO BRASIL – Ricardo Stavola Cavaliere	149
O ROMANCE DOM CASMURO DE MACHADO DE ASSIS – edição cr	ítica e co-
mentada: estudos biobibliográficos – Maximiano de Carvalho e Silva	150
OS ANOS DA JUVENTUDE – Francisco Venceslau dos Santos	153
HOMENAGENS PÓSTUMAS A JOSÉ RICARDO DA SILVA ROSA	155
ELEIÇÃO DE ACADÊMICOS	157
VISITA AO COLÉGIO PEDRO II	
FALECIMENTO DE ACADÊMICOS	159

EDITORIAL

Por que este número homenageia o PROF. DR. OLMAR GUTERRES DA SILVEIRA? Todos os que tiveram a felicidade de conviver com o Mestre, em sala de aula ou como colegas no magistério, reconhecem o alto mérito do ilustre professor. Escolhemos, dentre muitos, um depoimento do Prof. Sílvio Elia no livro A OBRA DE OLMAR GUTERRES DA SILVEIRA - uma contribuição aos estudos das línguas portuguesa e latina:

Este livro é uma vida. Uma vida dedicada ao ensino, ao estudo, à cultura, enfim. Uma vida em que homem e mestre se irmanam, para definir uma trajetória marcada pela honradez, fidelidade aos livros e aos amigos, amor profundo à família, transparência nas ideias e nas artes e muitos outros brasões que lhe ornam a personalidade de varão ilustre entre os ilustres. Por isso, em sala de aula, o mestre assume o professor, torna-se o guia de uma linha de saber, onde o conhecimento no apenas transmitido, mas se incorpora ao eu do aluno, como forma também de ver e sentir o mundo. Não a informação fria, mas a formação responsável.

Louve-se, portanto, a iniciativa do Prof. Horácio Rolim de Freitas que juntou todos os trabalhos do Prof. Olmar. Porém a dificuldade de publicação era interminável. O Mestre Rolim solicitou meu auxílio, como editor de livros. Iniciamos, durante meses, o pedido de ajuda de amigos e alunos do Prof. Olmar. Finalmente, a obra foi publicada e, em 1996, foi lançada, com grande comemoração, na UERJ.

O livro se encontra esgotado e, por isso, parece-nos necessário novamente fazer um esforço no sentido de reeditá-lo.

Trata-se de um trabalho que revela um raro conhecimento das línguas portuguesa e latina, além do grande domínio das teorias linguísticas dominantes.

Como disse o mestre Horácio Rolim de Freitas,

Mas o verdadeiro mestre não transmite apenas conhecimentos da ciência, constitui ele próprio um exemplo de vida, passando, assim, aos discípulos as virtudes que conduzem à felicidade. A ele se pode aplicar o adágio latino "verba volant, exempla trahunt."

MANOEL P. RIBEIRO Editor-chefe

HOMENAGENS A OLMAR GUTERRES DA SILVEIRA

Apresentamos, primeiramente, vários depoimentos constantes do livro A OBRA DE OLMAR GUTERRES DA SILVEIRA – sua contribuição aos estudos das línguas portuguesa e latina. Este livro foi iniciativa do acadêmico Horácio Rolim de Freitas, que, durante meses, tentou publicálo. Com a ajuda do Prof. Manoel P. Ribeiro e da colaboração de muitos alunos e colegas do Prof. Olmar, foi possível editar a obra, pacientemente coletada pelo Prof. Horácio.

PREFÁCIO HORÁCIO ROLIM DE FREITAS (UERJ E ABRAFIL)

Trazer a público a obra de Olmar Guterres da Silveira representa um enlevo cultural de minha vida no magistério.

A contribuição do grande mestre não poderia ficar guardada em gavetas ou conhecida apenas por alguns privilegiados. Alguém deveria tomar a si a tarefa. Atrevi-me a fazê-lo.

Todos nós, e pertencemos a mais de uma geração, que recebemos os ensinamentos de Olmar Guterres da Silveira, quer através de suas admiráveis aulas, seguras, agradáveis e formadoras de verdadeiros profissionais, quer através de sua obra em livros, artigos, congressos etc., guardamos indeléveis recordações dos ensinamentos ministrados por aquele que reúne, num só mestre, o amigo, o profissional e, antes de tudo, o condutor de alunos no árduo caminho da filologia. Lembram-me as palavras de outro grande mestre, de quem fui discípulo, Serafim da Silva Neto, que se considerava apenas um peregrino da filologia. Como são necessários esses peregrinos! Olmar Guterres da Silveira é um deles. Em sua laboriosa vida no magistério, caminhou muito, levando a centenas de discípulos os ensinamentos indispensáveis para descortinarem as riquezas do idioma, a beleza dos textos, o mergulho no estilo de cada autor. Mas o verdadeiro mestre não transmite apenas conhecimentos da ciência, constitui ele próprio um exemplo de vida, passando, assim, aos discípulos as virtudes que conduzem à felicidade. A ele se pode aplicar o adágio latino "verba volant, exempla trahunt". Jamais encontrei um ex-aluno ou mesmo um colega que não tecesse os melhores elogios à pessoa e às aulas de Olmar Guterres da Silveira. Sempre respeitado por alunos e professores, homem de cultura, e cultura no sentido mais amplo na escala do saber, constitui um exemplo vivo a ser seguido.

As contribuições do mestre no campo da morfologia, por exemplo, têm sido de inestimável valor, não só para a atualização dos estudos gramaticais, mas também como fonte para os pesquisadores.

No processo vernáculo de derivação aplicou o mestre os mais modernos conceitos linguísticos em sua tese *Prefixos e não prefixos portugueses*, trazendo nova visão do assunto sob critério sincrônico.

Desenvolvendo e aplicando a distino saussuriana entre diacronia e sincronia, relaciona-a aos verdadeiros prefixos produtivos em português, sem ilação com o latim, utilizando os mais atualizados princípios linguísticos.

Ao apresentar o seu posicionamento teórico, mostra o prof. Olmar a diferença de métodos entre o estruturalismo americano, cuja origem se acha nas ideias de Bloomfield, e o estruturalismo europeu, de procedência saussuriana. Ponto básico reside no emprego do termo *meaning*, cuja ideia de sentido bloomfieldiano corresponde ao significado, componente indissociável do signo linguístico para Saussure, ao lado de significante. Para maior esclarecimento, cita passagem do eminente E. Coseriu: "Se podría decir que el estructuralismo americano es sólo método, mientras que el estructuralismo europeo es concepción a priori (hipótesis) que determina um método para los norteamericanos el sistema es um resultado, para los europeos es, al mismo tiempo premisa y resultado. (in Forma y Substancia los sonidos del lenguaje)".

Desenvolve o conceito de morfema, como forma presa ou livre, lembra ter Mattoso Camara ampliado a classificação com o termo *dependente*. Para o reconhecimento dos prefixos, estabelece o critério sincrônico adotado, principio aplaudido por E. Nida, reconhecida autoridade em morfologia, cuja lição assim se resume: a organização sistemática dos fatos de qualquer língua pela descrição de seus elementos constitutivos não depende de fatos provenientes de um conhecimento histórico.

Após demonstrar que o critério distribucional, defendido, por exemplo, por Z. Harris, induz a erro, o Prof. Olmar reforça seu posicionamento sincrônico da teoria sintagmática do linguista Francis Mikus, autor que divide a sintagmática em vertical e horizontal, aproveitando o eixo saussuriano. Na sintagmática vertical diacronicamente se depreendem os elementos binários. Já na sintagmática horizontal, os termos são livres, "agregam-se ou desagregam-se". Conclui, assim, o Prof. Olmar: "a sutil distinção de Mikus vem mostrar exatamente o acerto de nossa opinião, principalmente no sentido de só aceitarmos, na língua sincronicamente descrita, prefixos que se possam considerar membros de sintagma lexical".

Não menos importantes são as contribuições do mestre no campo da

sintagmática. Basta lembrarmos que se deve a Olmar Guterres da Silveira o estudo pleno das orações subordinadas sem conectivo, em sua tese de 1957, esclarecendo, em definivo, que a subordinação de orações não se deve exclusivamente por conexão. Estudos preliminares sobre o assunto já mereceram atenção de renomados autores nacionais e estrangeiros, dentre os quais destacamos: Said Ali, José Oiticica, Sílvio Elia, Ernout-Tomas, Secheaye. Coube, contudo, ao mestre definir a estruturação morfossintática oracional da língua portuguesa através da justaposição, do assindetismo, da parataxe e da hipotaxe. Após a exposição teórica, com base em modernos estudos linguísticos, o Prof. Olmar faz um levantamento exaustivo no texto de *Os Lusíadas*, cujo resultado em números nos apresenta: 111 exemplos de orações subordinadas substantivas sem conectivo; 13 exemplos de orações adjetivas; 37 exemplos de orações adverbiais; 7 exemplos de orações subordinadas com complemento não especificado

Outros setores dos estudos da língua portuguesa mereceram a atenção de Olmar Guterres da Silveira: a história da língua, o ensino do idioma, comentários filológicos, como o do canto V de Os Lusíadas, Sociolinguística, além de discursos, palestras, conferências, prefácios e traduções.

Como um bom filólogo, aprofundou seus conhecimentos de latim, língua que se constitui na base cultural para a compreensão da filologia, da linguística e de todas as línguas românicas. Também em relação ao latim, a contribuição de Olmar Guterres da Silveira é significativa. Destaquemse de sua produção a análise de um texto latino, comentário filológico, em linguagem didática, de uma fábula de Fedro, assunto de palestra proferida na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Ouro Preto, Minas Gerais; tradução e comentários estilísticos da 1.ª sátira de Horácio, onde demonstra pleno domínio da língua de Cícero, tradução esmerada em que o autor justifica a escolha dos termos de acordo com o valor contextual, princípio básico da semântica moderna e da linguística textual.

Certo estou de que minha carreira profissional estaria incompleta se não tivesse tomado a mim a tarefa de publicar a obra do Mestre. O mínimo que poderia fazer diante dos muitos ensinamentos recebidos. E sei que represento uma grande parcela dentre todos os colegas, discípulos que fomos de Olmar Guterres da Silveira nas universidades do estado do Rio de Janeiro (UERJ), Federal Fluminense (UFF) e Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Cumpro esta missão com gratidão e contentamento. Gratidão, pelas sábias lições que dele hauri; contentamento, por saber que, agora, estudiosos de nosso idioma poderão tambm abeberar-se na obra do mestre, descobrindo o ouro nativo da última flor do Lácio

APRESENTAÇÃO EVANILDO BECHARA (ABRAFIL, ABL, UFF, LICEU)

Louvo - e muito - a iniciativa de enfeixar em volume os estudos esparsos de um dos mais talentosos representantes do magistério secundário e superior do Rio de Janeiro - o prof. Doutor Olmar Guterres da Silveira-, cuja rebeldia de pôr em letra de forma os resultados de seus estudos no domínio clássico e romântico é por demais conhecida e lamentada por amigos, e colegas e discípulos.

Apesar dessa conhecida rebeldia, compromissos de concursos que marcam sua trajetória acadêmica, publicações que lhe estão diretamente ligadas (como a que manteve durante sua permanência à frente do Colégio Estadual Bento Ribeiro) ou as que são dirigidas por colegas, além de miscelâneas a que no podia deixar de comparecer, tudo isto tem levado Olmar Guterres da Silveira a quebrar esse silncio intelectual para oferecer-nos lições de primeira qualidade. São migalhas do seu rico talento que, pressurosos, colegas e discpulos disputam para ler e aprender.

No momento em que, depois de tantos anos de lida e fadiga do magistério, se recolhe a casa e ao gabinete de estudos, livre de aulas e do relógio, esta reunião de seus escritos vem à luz, desponta em todos nós a esperança de que ela seja o estímulo para o nosso Olmar romper de vez esse casulo em que tem querido permanecer, minorar essa rebeldia de publicarse, e, com isto, oferecer-nos ainda muitas lições de sua cultura linguístico-filológica.

Devemos este despertar de esperança à iniciativa do operoso e competente colega Horácio Rolim de Freitas que, com o carinho e paciência das grandes afeições para vencer a resistência do renitente mestre, reuniu estes esparsos e esboçou a figura humana e intelectual do seu antigo professor. Tudo isto vem confirmar a veracidade do brocardo: *Ubi amici ibidem opes*.

BREVE DEPOIMENTO SOBRE UM MESTRE DA LÍNGUA DE CAMÕES LEODEGÁRIO A. DE AZEVEDO FILHO (UERJ E ABRAFIL)

Os antigos professores de português do colégio Pedro II, que é o maior centro de estudos humanísticos que o Brasil já teve, tão antigos quanto veneráveis, a exemplo de Clóvis Monteiro e Quintino do Valle, se vivos fossem, certamente teriam imenso orgulho de ver a obra que iniciaram, com tanta dedicação à causa do magistério, devidamente seguida por discípulos fiéis e zelosos, tanto no ensino médio, como no ensino superior. Entre os discípulos mais ilustres, o nome do prof. Dr. Olmar Guterres da Silveira ocupa lugar de realce, não passa apenas por sua indiscutível competência linguístico-filológica, mas também por sua orientação.

Com efeito, toda a sua carreira de magistério, no Pedro II, no Estado ou nas Universidades, sempre se pautou por normas de irrepreensível probidade intelectual, ensinando a língua de Camões com recursos didáticos que o tornaram famosos. Professor dedicadíssimo, sempre pontual e justo, os seus conhecimentos de morfossintaxe bem cedo o transformaram em consultor permanente dos segredos mais íntimos do idioma, atendendo com a mesma incansável disponibilidade não apenas aos seus alunos regulares, mas também aos seus ex-alunos e colegas, até mesmo por telefone. Há qualquer dúvida sobre uma regência, ou menos discussão acirrada sobre determinada estrutura sintática? Então a solução logo vem: -Vamos perguntar ao Olmar! E o assunto tranquilamente sempre se encerra, após a consulta feita.

As suas explicações, sempre claríssimas, algumas vezes lembram a didática do saudoso Quintino do Valle, outras vezes a cultura filológico-literária de Clóvis Monteiro. Nunca foi visto, que eu saiba, irritado com quem quer que seja. A sua invejável serenidade, aliada àquele saber "só de experiências feito", sempre foi motivo de respeito e admiração. E a sua grande e verdadeira obra, sem contar com as teses de concurso que defendeu ou com os livros e artigos que publicou, e de que este livro dá plena notícia e exposição, concentrou-se nas atividades de magistério, como professor invariavelmente perfeito. A ele devo muito, pois dele tenho recebido, ao longo da existência, não apenas lições de língua portuguesa, mas também lições de uma vida digna exemplarmente honrada.

HOMENAGEM DE SÍLVIO ELIA A OLMAR GUTERRES DA SILVEIRA

Este livro é uma vida. Uma vida dedicada ao ensino, ao estudo, à cultura, enfim. Uma vida em que homem e mestre se irmanam, para definir uma trajetória marcada pela honradez, fidelidade aos livros e aos amigos, amor profundo à família, transparência nas ideias e nas ações e muitos outros brasões que lhe ornam a personalidade de varão ilustre entre os ilustres. Por isso, em sala de aula, o mestre assume o professor, torna-se o guia de uma linha de saber, onde o conhecimento não é apenas transmitido, mas se incorpora ao eu do aluno, como forma também de ver e sentir o mundo. Não a informação fria, mas a formação responsável.

Um de seus discípulos mais eminentes, seu colega e amigo, Prof. Dr. Horácio Rolim de Freitas, levado por feliz inspiração, decidiu organizar a presente coletânea. Por estranho que possa parecer, o maior obstáculo encontrado foi o próprio homenageado que, abrigando-se atrás do que chamaria idiossincrático pudor intelectual, Olmar quase que segregava a sua produção científica. Os seus estudos via-os modestamente como subsídios para o exercício da cátedra que se esgotariam terminando o *munus* docente. Enganava-se, porém, pois, então, se impressas, suas altas lições muito teriam ajudado a desfazer erronias que, sob a capa de últimas aquisições da ciência, andam a perturbar tantas mentes promissoras. Foi essa injusta lacuna que o prof. Horácio procurou preencher. Contudo o presente volume não consta somente da obra avara de mestre Olmar. Felizmente o catedrático da UERJ não se excusara de todo de publicar os seus trabalhos. E esperamos que continue a fazê-lo.

Neste livro, para gáudio dos amigos e enriquecimento da cultura brasileira, emerge de corpo inteiro a figura magnífica do filólogo, forrado de acabada formação linguística, do mestre da língua, do latinista, do homem de saber e experiência feito.

Este livro é uma vida. E um grande exemplo.

Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1996. Sílvio Elia

DR. OLMAR GUTERRES DA SILVEIRA – PROFESSOR EMÉRITO MANOEL PINTO RIBEIRO (ABRAFIL, UERJ, UNISUAM)

A OBRA DE OLMAR GUTERRES DA SILVEIRA representa o reconhecimento pelo trabalho, durante cinquenta anos, de um dos mais importantes professores do universo lusofônico, que, desde os bancos escolares do colégio Pedro II, revelou méritos incomuns. Por isso, muito cedo, lecionou naquele educandário padrão, como auxiliar de ensino dos mestres Quintino do Vale e Clóvis Monteiro.

Com o domínio perfeito de sala de aula, conquistado graças ao conhecimento pleno, completo, acabado não apenas de língua portuguesa, mas ainda de língua latina, granjeou o respeito e a admiração de alunos e professores.

Inclui-se, *ipso facto*, na galeria dos maiores estudiosos de fenômeno linguístico. Assim, encontra-se lado a lado com Quintino do Vale, Antenor Nascentes, Clóvis Monteiro, Souza da Silveira, Serafim da Silva Neto, Mattoso Camara Jr, Rocha Lima, Celso Cunha, Evanildo Bechara, Sílvio Elia, Leodegário A. de Azevedo Filho, Gladstone Chaves de Melo, Antônio José Chediak, Adriano da Gama Kury, Antônio Houaiss, Walmírio Macedo, dentre muitos que engrandeceram a filologia no Brasil.

Há um ponto em sua obra que não podemos também esquecer: o estilo claro, conciso, soante, próprio de quem se preocupa em lapidar cada frase, cada pensamento. Relembrando Francisco Rodrigues Lobo, o prof. Olmar Guterres da Silveira "impregna seu trabalho de toda a pujança de nosso idioma, que é brando para deleitar, grave para engrandecer e substancioso para pregar".

Parabéns ao prof. Horácio Rolim de Freitas que, após vários anos de intensa pesquisa, nos possibilitou a divulgação de tão brilhantes estudos.

DADOS BIOGRÁFICOS

O livro traz, a seguir, uma série de dados biográficos do Prof. Olmar Guterres da Silveira, que passamos a transcrever.

Nasceu Olmar Guterres da Silveira em Niterói, estado do Rio de Janeiro, no dia 1 de junho de 1922, e faleceu em 26.5.1999. Filho de Arthur Gomes da Silveira e Maria Guterres da Silveira, recebeu instrução primária nas escolas Deodoro, Tiradentes, Prof. Esther de Melo e Gonçalves Dias. Cursou o secundário no colégio Pedro II, onde, mais tarde, viria a ser professor.

No ensino superior, formou-se Bacharel em Ciências Jurídicas (Direito) pela universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro, bacharel licenciado em Letras Neolatinas pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Distrito Federal, hoje Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Em 22 de setembro de 1945, casou-se com a Dr.ª Renée Amaral da Silveira, formada em Odontologia. Do matrimônio, nasceram Vera Lúcia Amaral da Silveira, linguista e tradutora, doutora pela Sorbonne, e Paulo César Amaral da Silveira, Engenheiro de Sistemas, pela PUC, e empresário. Ampliou-se a família do eminente mestre com o nascimento dos netos Guilherme Silveira Carvalho e Renata Silveira Carvalho, filhos de Vera Lúcia, e Anna Paula Amaral da Silveira e Anna Letícia Amaral da Silveira, filhas de Paulo César.

Cedo exerceu o magistério, tanto em educandários particulares de renome como o colégio Andrews, colégio Rabelo, colégio Paiva e Souza, como em estabelecimentos oficiais, nestes sempre ampliando sua carreira através de concursos públicos.

Por quarenta e quatro anos, atuou no colégio Pedro II, como Auxiliar de Ensino, professor de ensino secundário e regente interino da cátedra de Latim. Sempre aprovado, por duas vezes prestou concurso para provimento da cátedra de língua portuguesa do referido colégio, apresentando, em 1954, a brilhante tese *A gramática de Fernão d'Oliveira*, cujo texto reedita o de 1536.

Em 1957, em concurso na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da então Universidade do Distrito Federal, hoje Universidade do Estado do Rio de Janeiro, obteve os títulos de livre-docente e doutor em Letras com a tese *Orações subordinadas sem conectivo*.

A outros concursos submeteu-se, sempre com competência e

brilhantismo para professor de língua portuguesa da Escola Naval e, em 1962, com a tese *Prefixos e não prefixos portugueses*, para obtenção da cátedra de língua portuguesa da Universidade do Estado da Guanabara, hoje Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde exerceu com proficiência e dedicação o ensino de nosso idioma. Formou professores e compôs uma equipe coesa e segura sob sua orientação. Por trinta anos comandou a cátedra de língua portuguesa, imprimindo uma linha de estudos filológicos iniciada por Clóvis Monteiro, seu mestre e antecessor, até junho de 1992, quando teve de afastarse pela compulsória.

Foi também professor de Latim da Secretaria de Educação da atual prefeitura do município do Rio de Janeiro. Em nível de pós-graduação, ministrou cursos no Mestrado da Língua Portuguesa na Universidade Federal Fluminense e lecionou língua latina nos cursos de doutorado da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Não menos proficuas foram suas atuações em funções administrativas no setor da educação, como coordenador do ensino de português no colégio Pedro II, coordenador-geral de Escola Estadual do antigo estado da Guanabara, diretor do colégio estadual, depois municipal, Bento Ribeiro, por treze anos, onde criou o boletim, informativo cultural, para o qual contribuiu com importantes artigos.

Foi membro fundador de entidades culturais, como a Sociedade de Romanistas, a Sociedade Brasileira de Língua e Literatura, o Círculo Linguístico do Rio de Janeiro, e membro da Academia Brasileira de Filologia e da Academia de Letras do estado do Rio de Janeiro.

Participou de congressos, simpósios, cursos e palestras no Liceu Literário Português, nos congressos de língua e literatura - sob a presidência do prof. Dr. Leodegário A. de Azevedo Filho-, no Círculo Linguístico do Rio de Janeiro, na Sociedade Universitária Augusto Motta, na Universidade Federal de Minas Gerais, na Academia Brasileira de Filologia, bem como em outras entidades culturais de vários estados do Brasil.

Grande contribuição tem prestado o prof. Dr. Olmar Guterres da Silveira aos estudos das línguas portuguesa e latina, em que o autor associa sua perspicácia cultura ao embasamento indispensável da filologia, linguística geral, filosofia, sociolinguística, do grego e das línguas auxiliares, quer de origem neolatina, quer de origem anglo-germânica.

Pelo trabalho meritório, pelo lastro de cultura ministrado a centenas discípulos, pela obra produzida ao longo de tantos anos, atividade ininterrupta e eivada de profundo conhecimento e aquilatado senso crítico, seria imperdoável esses estudos permanecerem inéditos.

Como um tributo de louvor ao mestre, publica-se a obra de Olmar Guterres da Silveira. Incompleta, não por lapso de quem a reuniu, mas pela contínua criatividade do autor que não para de produzir. Como a formiga laboriosa, só o sopro divino será capaz de estancar a energia vital deste mestre que, por décadas, se dedica à filologia e ao magistério.

Palavras embevecem o espírito, mas é a obra que leva à imortalidade.

Eis a obra de Olmar Guterres da Silveira.

ENSAIOS EM HOMENAGEM A OLMAR GUTERRES DA SILVEIRA

VITA BREVIS, SED ARS LONGA

In angello cum libello (Em um cantinho com um livrinho) AMÓS COÊLHO DA SILVA (UERJ / ABRAFIL)

RESUMO

A arte de ensinar, parece-nos, está em partilhar escolhas com o aluno. Muitas vezes, o discente nem sabe exatamente o que busca, mas o professor, dada a sua experiência, tem condição de ajudá-lo a descobrir. Para tanto, basta o professor não repetir tanto aquilo que já sabe, mas descobrir que uma aula pode ser uma troca. Primeiramente, porque o professor adquire algo da cultura, dada a premência de estar frente a uma necessidade de ter que, com mais segurança, estudar; em segundo lugar, na malha dispersa da linguagem, o discurso inseguro do aluno ilumina a inteligência do mestre com um fragmento colhido na própria rede da cultura. Isto se deu numa aula de Curso de Mestrado em que se descobriu, na citação de Varrão por Mattoso Câmara, o tema não só de dissertação como de tese de doutoramento.

Palavras-chave: Mattoso Câmara; Varrão; analogia; anomalia.

Ensinar é uma arte? Para muitos mestres, sim. Um deles é o Professor Olmar Guterres da Silveira, que, não por acaso, marcou a vida de muitos de seus alunos, pelo que selecionava para suas aulas.

É sobre uma dessas escolhas que se pretende falar aqui. Ainda no curso de Mestrado, fui ao quadro de disciplinas para verificar o que seria ministrado no próximo semestre e deparei com nome Marco Terêncio Varrão, 116 a 27 a.C. Já havia lido no Mattoso Camara (capítulo X, *O Mecanismo de Flexão*) uma comparação de abordagem linguística varroniana com a do linguista Michael Halliday, cujas pesquisas se iniciaram na década de 60 do século passado. Porém, no mundo acadêmico era um nome raro. Eu já tinha conhecimento de Cícero, Júlio Cesar e tantos outros. Mas Varrão, não. E nesta aula, conversamos longamente sobre a abordagem de Mattoso.¹

¹⁻ O professor Miguel Barbosa do Rosário, no Exame de Qualificação de Doutorado, observou que Varrão só escreveu "declinatio", mas Mattoso, e daí seus leitores, inclusive a minha leitura, subentenderam a forma "derivatio".

Nesta passagem acima, Mattoso explica o funcionamento de flexão e derivação vocabular e retira de Varrão lições de gramática, que são verdadeiras antecipações ao nosso estágio atual. Em Varrão, quaisquer mudanças na palavra é declinatio, declinação, mas, se a mudança for para possibilidades gramaticais internas, ou seja, caso se refiram à flexão de nomes, pronomes e verbos, teremos o termo "declinatio naturalis", no gramático de Roma. Na outra flexão, externa, mas com mudanças formais de ampliação vocabular, teremos em Varrão *declinatio voluntaria*.

Os exemplos de Mattoso esclarecerão. Assim, de "cantar", deriva-se (...) cantarolar, mas não há derivações análogas para "falar" e "gritar", outros dois tipos da voz humana. Foi ela que sugeriu a Varrão o adjetivo "voluntaria". (X, p. 71) Quer dizer, as derivações acontecem de modo desconexo. Por isso, temos "fala", para "falar", "consolação" ao lado de "consolo", para "consolar", "julgamento", para "julgar" e assim por diante. (Idem, Ibidem)

Já na flexão (interna) há obrigatoriedade e sistematização coerente. Ela é imposta pela natureza da frase, e é "naturalis" no termo de Varrão. (Idem, p. 72)

O estudo proposto pelo Prof. Olmar era o livro VIII, De lingua Latina, no qual Varrão introduz (Argumenta) quae dicantur cur non sit analogia, (Argumentos) os quais são ditos por que não há analogia. Não havia tradução portuguesa, nem francesa. De Casquero, apenas recentemente, surgiu uma espanhola, bilíngue, datada de 1990. Entrei em sala e o professor Olmar me emprestou o seu próprio livro para que fizesse uma cópia do volume II. Só muito depois, consegui os dois volumes do De Lingua Latina, aliás um grato presente de ex-aluno, Luiz Karol, que prestou concurso para UFRJ, Faculdade de Letras, e passou em primeiro lugar. O livro é uma edição inglesa, traduzida por Roland Kent, um especialista em indo-europeu, da Universidade da Pensilvânia, nos Estados Unidos. Interessante é que os franceses, pelo menos naquele período, não se empenharam numa tradução do De Lingua Latina. A tradução de Pierre Flobert é a do Livro VI, de 1985. Jean Collart, que é o maior estudioso de Varrão, publicou Varron: Grammairien Latin, onde, em prefácio, nos apresenta a excelência de tradução, notas e levantamento de aparato crítico de R.G Kent, além de outros estudos, mas não traduziu Varrão. No entanto, dada a excepcional pesquisa, foi homenageado com uma miscelânea, intitulada Varron: Grammaire Antique et Stylistique Latine, neste volume os leitores de Collart ampliaram a pesquisa de Varrão.

A comparação do Prof. Mattoso deve ser associada aos comentários da Prof.ª Margarida Basílio nos mesmos termos: *A primeira distinção entre*

flexão e derivação foi sugerida pelo gramático latino Varrão, na base do critério de generalidade. (p. 24)

Como no § 3, do livro VIII, Varrão havia dito:

Declinatio inductain sermones no solum Latinos, sed omnium hominum utili et necessaria de causa: nisi enim ita esset factum, neque discere tantum numerum verborumpossemus (infinitae enim sunt naturae in quase a declinantur) neque quae didicissemus, ex his, quae inter se rerum cognatio esset, appareret. Tradução: A declinação foi introduzida na linguagem, não só na latina, mas também na de todos os homens, por causa de sua utilidade [literalmente: proveniente de sua causa útil e necessária]: não tivesse sido feito assim, não poderíamos aprender tamanho número de palavras (pois, as modificações <naturae> que apresentam/apresentariam as palavras são/seriam infinitas) e nem as reconheríamos dentre as que entre si tivessem qualquer parentesco.

Pois é, quem lê Varrão, lerá forçosamente os linguistas franceses, ingleses, alemães, dinamarqueses etc. Georges Mounin, na página 95-6, tira a seguinte ilação sobre Varrão: Ces mêmes declinations, il pose qu'elles sont nécessaires 'en toutes langues', car 'autrement le nombre des mots excéderait l'entendue de la mémoire' ce qui est bien apercevoir le jeu du principe d'économie. (Grifo nosso)

De modo que, no § 9, ele faz uma divisão de classes de palavras: *Duo enim genera verborum, unum fecudum (...), alterum sterile, duas são as classes de palavras: um fértil, outras estéril.* É o que nossos modernos manuais dão os nomes de "classe de palavras variáveis e invariáveis". O linguista Robins comenta: *Pelos exemplos dados, parece evidente que Varrão se interessou sobretudo pelas séries de palavras gramaticalmente diferentes que podiam formar de uma mesma raiz (como 'lego', (escolho), (leio); 'lector', (leitor). 'legens', (lendo). 'lecte' (com escolha).*

O Daniel J. Taylor, professor dos Clássicos Antigos na Lawrence University, em seu artigo 'Ordo', in 'Book X' of Varro's 'De Língua Latina', salienta o grau de sofisticação analítica de Varrão, quando o gramático romano aborda o adjetivo:

In § 22 Varro describes a matrix of horizontal and vertical lines and compares the arrangement of the lines within the matrix to the arrangement of a gaming-board (cf. a modern chessboard, vel sim.). Varrão descreve uma matriz de linhas horizontal e vertical

e coteja o arranjo técnico das linhas no interior de uma matriz na relação dos lances do jogo de xadrez. Eis o § em questão: Ad hunc quadruplicem fontem ordines deriguntur bini, uni transversi, alteri derecti, ut in tabalu solet in qua latrunculis ludunt, para esta fonte quádrupla, estão alinhadas duas séries: umas transversais e outras verticais, como se costuma no tabuleiro de xadrez, no qual jogam com as peças.

O livro VIII é o Compêndio I com seguinte escopo: por que defendem que não existe o princípio da analogia, *quae dicuntur cur non sit analogia Liber I (ou ainda: Liber I Argumenta quae cur non sit analogia)*. Varrão nos informa, no § 23 – do livro VIII, que os gregos fizeram muitos livros sobre "declinatio", bem como os latinos. Explicita que ambas (como lemos acima: *declinatio naturalis* e *declinatio voluntaria*) as declinações são formadas algumas vezes por semelhanças e dessemelhanças e as semelhanças são o que os gregos denominam de 'analogian' e as dessemelhanças, 'anomalian'. Ele defende que ambas devem orientar para o estudo da língua, porque "in declinatione voluntaria" existe mais anomalia e, "in naturali", mais analogia.

O fato é que o estudo gramatical está atrelado à filosofia, à retórica, ou seja, ao ponto de vista que falseia o seu objeto de estudo. Mas a eficácia da leitura que se tira de Varrão é que somos impelidos a consultar o percurso histórico da Linguística e, por isso, aprendemos a debater sobre "gramática" o seguinte:

gramática geral (não 'gramática universal' – de todas as línguas -, coisa impossível e absurda, mas sim teoria gramatical: gramática cujo propósito consiste em definir as categorias verbais – 'partes do discurso' -, e as categorias, as funções e os procedimentos gramaticais), 'gramática descritiva' (dessa ou daquela língua em particular) e 'análise gramatical' (de determinado texto) (COSERIU, 1980: 98).

A orientação de Coseriu é que se abandone o critério rigorosamente positivista e se estude a língua em dois níveis: um no plano "geral", quando a língua for considerada como produto, limitando a liberdade individual à dimensão da descrição linguagem, não tentar as definições de categorias. Enfim, em relação ao texto, a tarefa da gramática é a análise gramatical, isto é, a identificação das funções gramaticais efetivamente expressas num texto. (p.98)

Outro é no plano "histórico", onde se evidenciarão aspectos típicos

de uma cultura, daí aspecto fundamental da linguagem o manifestar-se ela sempre como língua: conquanto criação, isto é, produção contínua de elementos novos, e, portanto, neste sentido, "liberdade", por outro lado, a linguagem é, ao mesmo tempo, "historicidade", técnica histórica e tradição. (p. 101) Este "plano histórico" é o espaço de "significados", de "funções de língua". A "língua funcional" tem o seu papel nos "discursos"; daí, as distinções: 1) conhecimento da língua e conhecimento das "coisas". 2) linguagem e metalinguagem. 3) sincronia e diacronia. 4)técnica livre e "discurso repetido" 5) "arquitetura" e "estrutura" da língua (ou língua histórica e língua funcional). (p.102).

Émile Benveniste dispõe, no *ÍNDICE DAS PASSAGENS CITADAS*, múltiplas menções varronianas que respaldam o seu "O VOCABULÁRIO DAS INSTITUIÇÕES INDO-EUROPEIAS", as quais espelham os fundamentos da cultura ocidental a partir da civilização greco-latina. Tomaremos um elemento latino *peku como subsídio de pesquisa científica moderna, como é a de Benveniste. Ele afirma no sumário do Capítulo 4, volume I: *Para todos os comparatistas* (...) o estudo de *peku com o sentido de riqueza é secundário ou extensão semântica. *Com efeito, basta ler Varrão (L.L.) para saber o que se entendia por "pecunia" em sua época.* (...) O gramático romano alistou outros termos ao lado deste: "dos" (dote); "merces" (salário). "multa" (177, multa); "sacramento" (180, depósito sagrado); "tributum" (181, tributo); "sponsio" (VI, 70, depósito garantindo uma promessa de casamento) (...) Isso significa que pecu e pecunia tem sentido de "fortuna móvel". A mesma conclusão nos levará a leitura de peculium, cujo traço de "posse pessoal" está em peculo(r), daí, peculatus, "apropriação (fraudulenta) do dinheiro publico".

O Dicionário Etimológico de Ernout e Meillet, além do que já se mencionou acima dos estudiosos modernos, patenteiam a legitimidade de muitas das etimologias de Varrão. Com isso, acredito, já se teria uma dimensão do que representou a escolha de tema para aulas do Prof. Olmar num curso de Mestrado e Doutorado da Pós-Graduação da UFRJ, Faculdade de Letras. Ele sempre foi muito além do tecido gramatical das declinações e conjugações verbais de um texto latino. Ministrou aulas sobre a contribuição efetiva dos gregos e romanos da Antiguidade Clássica.

A importância de ler Varrão para qualquer pesquisador moderno se deve ao fato de dicionários, enciclopédias e ensaios acadêmicos com resultados das melhores pesquisas da atualidade estarem repletos de citações de toda ordem sobre as suas observações pertinentes. Ele é um colecionador de antiguidades que proporcionam elucidações de todo tipo, inclusive sobre fatos da historiografia que nos chegaram lacônicos.

Collart (1978, p.3) aponta uma gama imensa de citações sobre o trabalho gramatical de Varrão pelos antigos e destaca Quintiliano, Aulo Gélio, Carísio, Prisciano e Santo Isidoro: *était considéré par les Anciens comme l'autorité la plus eminente dans Le domaine de la grammaire*. (p. 3) Por isso, lemos na ocasião do curso Carísio e Aulo Gélio e os outros mais adiante. Assim, citamos abaixo o quadro de Jean Collart (1978) sobre "PRESTIGE DE VARRON GRAMMAIRIEN DANS L'ANTIQUITÉ":

Dans l'oeuvre de	Nombre de réfénces à	Nombre global de références à
	Varron	tous les autres grammairiens latins
		nommément cités
OUINTILIEN	23	23
AULU-GELLE	84	82
CHARISIUS	115	218
PRISCIEN	49	155
ISIDORE	24	18

Para finalizar, comento a aquiescência do Prof. Olmar em aceitar que o seu aluno, no Mestrado e Doutorado, encomendasse cursos para os semestres seguintes. Assim, solicitei a leitura do Livro VI, que, ao lado do V e do VII, tratava de etimologia. Aliás, ele escolheu o VI por ser axial no plano de pesquisa de Varrão. Eu aprendi isso depois e notei que ele havia lido os outros também. Ainda encomendei o curso sobre Lucrécio, sobre Aulo Gélio (como já se disse), porque o Prof. Olmar ia para a sala com edições alemãs, ou seja, só possuíam os textos em Latim. Os outros centros de pesquisa, em geral, editam volumes bilíngues, como os da França, Inglaterra, Espanha etc. Ele me orientou para fazer o estudo sobre o gramático Carísio, *Ars Grammatica*, cuja obra me emprestou e eu copiei. O alemão H. Keil é responsável pela recensão deste, já citado há pouco, Prisciano e outros. Como não houvesse mais créditos a cumprir, me orientou fora das aulas com Prisciano, cuja recensão de Keil chegou às minhas de minha saudosa Prof.ª. Ruth de Faria, como uma cópia encadernada, como um presente.

REFERÊNCIAS

BASÍLIO, Margarida. *Teoria Lexical*. Petrópolis – RJ: Vozes, 1980. BENVENISTE, Émile. O Vocabulário das Instituições Indo-Europeias. Tradução Denise e Eleonora Bottmann. Campinas – SP: Unicamp, 1995. 2 vols.

CÂMARA JR., J. Mattoso. Estrutura da Língua Portuguesa. Petrópolis - RJ: Vozes, 1972.

____. Dicionário de Filologia e Gramática. Rio de Janeiro : J. Ozon, s/d.

CASQUERO, Manuel-Antonio Marcos. *De Lingua Latina: Introducción, traducción y notas*. Barcelona: Anthropos, 1990.

COLLART, Jean. Varron Grammairien Latin. Paris : Les Belles Lettres, 1954.

____. Varron: Grammaire Antique et Stylistique Latine. Paris : Les Belles Lettrres, 1978.

COSERIU, Eugenio. Lições de Linguística Geral. Rio de Janeiro ; Ao Livro Técnico, 1980.

ERNOUT, A. & MEILLET, A. Dictionaire Ethymologique de La Langue latine: Histoire dês Mots. Paris: Klincksieck, 1985.

FREITAS, Horácio Rolim de. *A Obra de Olmar Guterres da Silveira*. Rio de Janeiro: Metáfora, 1996.

KENT, R. G. On the Latin Language. London: 1951. 2 volumes.

MOUNIN, Georges. *Histoire de la Linguistique: des Origines au XXe. Siècle*. Paris: Presses Universitaire, 1967.

ROBINS, R. H. *Pequena História da Linguística*. Tradução de Luiz M.M. de Barros. Rio de janeiro: Ao livro Técnico, 1979.

SILVA, Amós Coelho da. *Os Gramáticos Romanos e a Herança Grega*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992.

MESTRE OLMAR GUTERRES DA SILVEIRA ANTÔNIO NUNES MALVEIRA (PEDRO II E ABRAFIL)

O Prof. OLMAR GUTERRES DA SILVEIRA era possuidor de um vasto conhecimento linguístico e embevecia seus alunos tanto pelo domínio incomum das matérias que lecionava quanto por sua simplicidade. Sua competência era reconhecida nacionalmente.

A sala de aula era seu viveiro sagrado, com todos os alunos em silêncio, ouvindo atentamente as lições do Mestre que, de vez em quando, lançava mão do Latim, para esclarecer a origem das palavras, passando, também, muitas vezes pelo Grego.

Seu nome era respeitado em todos os lugares em que lecionava, seja no Colégio Pedro II, seja na UERJ e também na UFF e na UFRJ, nos cursos de pós-graduação.

Muito conceituado o estudo que fez sobre a *A gramática de Fernão D' Oliveira*, apresentada a concurso para provimento de uma cadeira de português do Colégio Pedro II (Apreciação-texto reproduzido da 1.ª edição-1536), escrita em Portugal, a primeira sobre nossa língua. Muitos grandes professores consultaram esse trabalho do Prof. Olmar, entre eles ressalta-se o nome do grande linguista romeno Eugênio Coseriu.

Formou-se em Direito pela Universidade Federal e, depois, em Letras Neolatinas pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da antiga Universidade do Distrito Federal. Tomou parte em diversas bancas examinadoras, onde analisava as teses de doutorado e dissertações de Mestrado. O escritor Eça de Queirós dizia: "Todos devem conhecer profundamente a língua de seu país". O Prof. Olmar dominava a Língua Portuguesa em toda a sua extensão.

Ele, *non abiit*, ele não faleceu, permanece vivo na alma de seus ex-alunos e de seus admiradores. Sua morte deixou uma enorme lacuna no magistério público, hoje carente de professores à altura da sociedade brasileira.

Os alunos do Prof. Olmar saíam preparados para a vida profissional. O Mestre Nascentes sempre nos dizia, nas aulas de Filologia Românica, que o professor deve ter uma cultura geral, visto que o aluno não gosta de mestre medíocre. O Prof. Olmar era um Mestre completo (*perfectus*). Entre seus seguidores, encontramos o Prof. Horácio Rolim de Freitas, responsável pela edição do livro *A OBRA DE OLMAR GUTERRES DA SILVEIRA - sua contribuição aos estudos das línguas portuguesa e latina*, de Metáfora Editora. Nesse livro, vemos artigos e palestras do Prof. Olmar, trabalhos que dão uma

ideia da grandeza do Mestre.

Também o Prof. Manoel P. Ribeiro seguiu os passos do Prof. Olmar e publicou a *Gramática Aplicada da Língua Portuguesa*, já em 22.ª edição, por Metáfora Editora, 2013. Nesse trabalho notamos inúmeras referências a lições do Professor Olmar. Há, até mesmo, algumas teorias expostas por telefone e que não se encontram em qualquer outro compêndio gramatical.

Este número XV da revista da Academia Brasileira de Filologia, que vem sendo produzido, desde o número I, editado em 2002, graças ao esforço incomum do Prof. Manoel Pinto Ribeiro, presta homenagem a um excepcional professor de Língua Portuguesa.

Dessa forma, fica preservada a memória de uma das mais importantes instituições culturais: a ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOLOGIA.

REFERÊNCIAS

FREITAS, Horácio Rolim de. *A OBRA DE OLMAR GUTERRES DA SILVEIRA* - sua contribuição as estudos das línguas portuguesa e latina. Rio: Metáfora, 1996.

RIBEIRO, Manoel P. *Gramática Aplicada da Língua Portuguesa*. 22 ed., RJ: Metáfora Editora, 2013.

OLMAR GUTERRES DA SILVEIRA – UM MESTRE INESQUECÍVEL

MANOEL P. RIBEIRO

Ao completar onze anos de falecimento do Prof. Olmar Guterres da Silveira, a Academia Brasileira de Filologia, por nossa sugestão, prestou uma homenagem ao grande Mestre, Titular, por muitos, anos da Cadeira de Língua Portuguesa da UERJ, por concurso público de provas e títulos.

Nesta revista, reproduzo nossa mensagem, emitida em agosto de 2010, em reunião da Academia Brasileira de Filologia, na UERJ.

Hoje, nunca é demais relembrar, devemos agradecer ao Prof. Horácio Rolim de Freitas pela iniciativa de publicar a contribuição do Prof. Olmar aos estudos das línguas portuguesa e latina. Coube, espontaneamente, ao Mestre Rolim a tarefa de juntar todos os trabalhos acadêmicos escritos por nosso Professor Emérito. A comunidade acadêmica deve, assim, ao Prof. Horácio um agradecimento especial pela edição da obra de Olmar Guterres da Silveira.

Um dos mais importantes professores de Língua Portuguesa e de Latim não poderia ficar sem uma obra de referência, que possibilitasse às gerações futuras o conhecimento de alguns pontos de seu extraordinário conhecimento linguístico.

O Prof. Horácio encontrou grande dificuldade para cumprir essa tarefa. Felizmente, pude ajudar nessa empresa, convocando professores, amigos e alunos do grande Mestre. Contamos com o apoio de todos quantos, durante anos, acompanharam suas aulas na UERJ, UFF e UFRJ. Também tivemos o auxílio da Prof.ª Verônica Aguilera, ex-aluna de Olmar, que ficou encarregada de parte da edição do livro.

Desde nossa formatura, na UERJ, na década de 1960, acompanhamos as lições do Prof. Olmar. Pacientemente, ele nos atendia por telefone para explicar-nos muitos fatos de nossa estruturação frasal. Disse várias vezes ao Mestre que nossa editora lhe estava devendo direitos autorais, por sua valiosa contribuição. Foi o caso, por exemplo, da estrutura *Fui eu que falou*, analisada pelas gramáticas como um caso de pronome relativo, lição não agasalhada por ele, que recomendava explicar o fato como um pronome indefinido, com a segunda oração funcionando como subordinada substantiva predicativa. Essa análise se deve à sua tese *Orações subordinadas sem conectivo*. Outro fato: na frase *Fui eu que falei*, em que o professor considerava *fui que* como expressão de realce ou expletiva, não agasalhando a interpretação do *que* como pronome relativo, descrita nas gramáticas de língua portuguesa. A partir

dessas explicações, incorporamos as duas lições à nossa gramática.

No livro *Miscelânea filológica em homenagem a Clóvis Monteiro*, encontramos o artigo sobre a análise de alguns regressivos. O autor apresenta as soluções apontadas por alguns gramáticos sobre a chamada derivação regressiva. Cabe aqui uma observação. O Prof. Rolim dissecou o problema em sua obra Princípios de Morfologia, já em sexta edição.

O Prof. Olmar descreve lições de vários autores. Em alguns, ele colheu diversos exemplos de nomes usados na linguagem popular, como *auto*, de automóvel, *pneu*, de pneumático, *estranja*, de estrangeiro, *pinda*, de pindaíba etc., nomeados como regressivos nominais. Para o Prof. Olmar, haveria, apenas, uma redução ou abreviação nas palavras, e não um regressivo nominal, ou seja, não ocorre nova palavra, mas um emprego reduzido do vocábulo. Discute, ainda, o aparecimento de vogais no final desses nomes, como *corona* (de coronel), *capita* (de capitão), *comuna* (de comunista).

O nome de derivados regressivos merece, hoje, portanto, uma outra interpretação, já que, também como ensina Horácio Rolim de Freitas, não há acréscimo de afixos derivacionais. Por isso, devemos considerar os exemplos como de formas reduzidas ou abreviadas na análise da formação de palavras. De sua tese *Prefixos e não prefixos*, originou-se o trabalho de doutoramento do Prof. Horácio, tão bem desenvolvido em *Princípios de Morfologia*.

O Prof. Olmar não aceita o prefixo como forma livre, para ser tratado como semantema subsidiário, fato que levaria a classificar o vocábulo como composto, descrição que mostra o prefixo como um segundo radical, exposta em grandes autores. Para o Mestre, o prefixo não existe como forma livre, mantendo-se na língua, isto sim, formas livres homônimas de certos prefixos.

Acrescenta:

Parece fora de dúvida a necessidade de buscar-se tal análise (a mórfica) num critério de estudo sincrônico, abandonadas as implicações de ordem histórica, visto que não se estabelece correspondência pontual entre o domínio sincrônico e o diacrônico (p. 63).

Observe-se o ponto de vista do Prof. Horácio:

Não podemos ver em *biscoito* um derivado prefixal, pois o sentido atual de coito não permite tal análise. O mesmo ocorre com *receber*, visto que não existe, na fase atual da língua, o radical *ceber*. Olmar afirma que as formas livres e as dependentes são vocábulos,

enquanto as formas presas são afixos (p. 62).

Os conceitos de formas livres e dependentes auxiliam no entendimento do fato linguístico. As formas dependentes são vocábulos que se subordinam, foneticamente, às formas livres, como em *O aluno está na sala*, em que o artigo *o* e a combinação *na* se subordinam às formas livres *alunos* e *salas*.

As nossas gramáticas ainda não estabeleceram um critério único para análise de tais casos. Creio que seria necessário um amplo debate para que se verificasse que critério deveria ser utilizado na formação de palavras compostas e derivadas.

Os conceitos expendidos pelo Prof. Olmar Guterres da Silveira constituem um excepcional contributo para os estudos das línguas portuguesa e latina.

REFERÊNCIAS

FREITAS, Horácio Rolim de. *Princípios de morfologia*, 6 ed., Rio de Janeiro, Lexikon, no prelo.

_____. A OBRA DE OLMAR GUTERRES DA SILVEIRA sua contribuição aos estudos das línguas portuguesa e latina. Rio de Janeiro: Metáfora Editora, 1996.

RIBEIRO, Manoel P. *Gramática Aplicada da Língua portuguesa*. 22 ed., Rio de Janeiro: Metáfora Editora, 2013.

SILVEIRA, Olmar Guterres. Análise de alguns regressivos - in *Miscelânea filológica em homenagem a Clóvis Monteiro*, Rio, Editora do professor.

ENSAIOS A LITERATURA NO CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO: NECESSIDADE DE RESGATE

LITERATURE IN HIGH SCHOOL CURRICULUM: A NEED FOR RESCUE

Aíla Maria Leite Sampaio*

Se, por e não sei que excesso de socialismo ou e barbárie, todas as nossas disciplinas devessem ser expulsas do ensino, exceto uma, é a disciplina literária que devia ser salva, pois todas as ciências estão presentes no monumento literário.

Roland Barthes, 1977, p. 90

RESUMO

Este artigo mostra como era tratado o ensino da Literatura e como ele vem sendo negligenciado no decorrer do tempo. Nos currículos atuais do Ensino Médio, feitos a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNEM), essa disciplina aparece incorporada às demais linguagens ou simplesmente fundida ao ensino da Língua Portuguesa. Mostramos como a ausência do ensino da disciplina tem afetado o desenvolvimento da leitura e, consequentemente, a formulação do pensamento e da escrita criativa da juventude. Findamos por sugerir o retorno da Literatura como disciplina independente, numa perspectiva interdisciplinar, como forma de resgate do gosto pela leitura, o que possibilita a formação de um cidadão mais reflexivo e imaginativo.

Palavras-chave: Literatura. Ensino. Parâmetros Curriculares. Ensino Médio.

Abstract

This article shows how the teaching of Literature was treated and how it has been neglected in course of time. In the curricula of high school today, made from the National Curriculum Parameters for high schools (PCNEM), this discipline appears incorporated into other languages or simply fused to the teaching of Portuguese. We show how the lack of teaching this discipline has affected the development of reading and therefore the formulation of thought and creative writing of young people. We conclude by suggesting the return

of Literature as an independent discipline, in an interdisciplinary perspective, as a way to rescue the love of reading, which enables the formation of a more reflective and imaginative.

Keywords: Literature. Education. Curriculum Standards. High school.

*Professora da Universidade de Fortaleza – UNIFOR. Editora da Revista de Humanidades. E-mail amlsampaio@yahoo.com.br

Introdução

A literatura faz parte da formação geral e humanística do cidadão. A despeito disso, tem, no nosso tempo, cada vez mais estado ausente das aulas de Língua Portuguesa, disciplina na qual ela aparece 'quase disfarçada', à mercê da disponibilidade e da conveniência da escola e do professor. Tem sido flagrante a relutância da juventude à leitura, sobretudo quando os indicados são os autores canônicos da nossa literatura, o que tem interposto uma lacuna nessa formação.

A falta de leitura do texto literário, além de interferir na aquisição do conhecimento pela arte, também afeta o desenvolvimento linguístico do estudante enquanto produtor de textos. O argumento para tal resistência é sempre a pouca atratividade do discurso dos escritores ante os tantos apelos da mídia audiovisual disponível hoje. Mas a Escola, o que tem feito? De que modo a literatura tem sido ensinada e de que maneira os livros têm sido cobrados para que tenha havido tanta objeção por parte dos jovens-leitores?

Este artigo expõe o modo como o ensino da literatura teve início no Brasil, no século XVI, e mostra as mudanças ocorridas a partir da publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio – PCNEM, que montaram o currículo de Língua Portuguesa na área de Linguagens e Códigos e suas Tecnologias (na qual se incluem também: Artes, Educação Física e Língua Estrangeira Moderna) e para as respectivas áreas estabeleceram competências gerais.

Algumas questões relativas ao ensino da disciplina são discutidas, porém, fica vaga a distribuição dos conteúdos, e cada escola faz a distribuição da carga-horária de Literatura livremente, como abre espaço o próprio documento. O fato é que as obras da literatura canônica são cada vez menos lidas, os apelos do mundo virtual continuam a seduzir com muito mais vigor, e a falta de estratégias que resgatem o gosto pela leitura tem acarretado consequências graves na formação dos jovens: As escolas direcionam o ensino

para o ENEM (Exame do Ensino Médio), que cobra cada vez menos literatura; os estudantes leem cada vez menos, escrevem com cada vez mais limitação e com capacidade reflexiva vinculada aos moldes do processo seletivo. Que tipo de cidadão, afinal, estamos formando?

Propomos, pois, o resgate da disciplina Literatura no currículo do Ensino Médio, levando em consideração as expectativas da juventude afeita às novas mídias, criando estratégias para reavivar o gosto pela leitura dos livros, adequados às idades, contextualizados no tempo, a fim de propiciar debates profícuos e possibilitar a fruição.

1- Algumas considerações sobre currículo e ensino da literatura no decorrer do tempo

O currículo moderno surgiu nas escolas norte-americanas entre os séculos XVIII e XIX, por Franklin Bobbit, cujo livro **The curriculum de Bobbit** lançou as bases da teoria tradicional, que defendia a lógica da escola como a lógica da indústria, ou seja, focava o ensino na vida produtiva (que era o objetivo da modernidade). A base dele eram os pressupostos científicos e as disciplinas mais importantes eram, evidentemente, as consideradas científicas: as advindas das epistemologias físico-naturais (SILVA, 2010).

Já o pensamento do sociólogo educacional contemporâneo Michael Young defende a abordagem do currículo "baseada no conhecimento e na disciplina, e não baseada no aprendiz, como presume a ortodoxia atual" (YOUNG, 2010). Ao questionar para que servem as escolas, ele afirma que "a escola é primordialmente um agente de transmissão cultural ou de conhecimento" (YOUNG, 2007). Diz ele que alguns tipos de conhecimento são mais valiosos que outros, e as diferenças formam a base para a diferenciação entre conhecimento curricular ou escolar e conhecimento não-escolar. As escolas capacitam ou podem capacitar jovens a adquirir o conhecimento que, para a maioria deles, não pode ser adquirido em casa ou em sua comunidade, e para adultos, em seus locais de trabalho, daí a importância delas em suas vidas.

É por esse valor primordial assinalado por Young que defendo o retorno da disciplina Literatura aos currículos escolares, sobretudo na contemporaneidade, quando, em casa, as atenções estão voltadas para outros apelos, como *vídeo-games*, redes sociais etc. Que a escola possa retomar os estudos literários por meio das novas tecnologias, de modo a recuperar o prazer da leitura e ganhar, a partir daí, os benefícios dela oriundos. Não se defende

aqui a compartimentalização do conhecimento, tampouco a fragmentação dos currículos, mas, tão somente, o resgate de um conteúdo primordial para um trabalho transdisciplinar e humanizador.

2- O ensino da literatura no Brasil

O ensino da literatura no Brasil teve início no século XVI, com os padres Jesuítas, que a utilizavam com finalidades didáticas/catequéticas, bem como o faziam com o teatro e a música. A concepção deles era a europeia, ou seja a de ensinar literatura de acordo com a retórica e a poética, seguindo os modelos criados por Platão, Aristóteles e Horácio. Em meados do Século XIX, com o advento do Romantismo, esse modelo foi substituído pela História da Literatura.

Como disciplina propriamente, a Literatura chegou às salas de aula brasileiras, no século XIX, através dos programas de ensino do Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, fundado em 1837, sob o patrocínio do imperador, com a finalidade de formar bacharéis num período de sete anos. Na época, não havia curso de Letras no Brasil — o primeiro surgiu em 1934. Era, para se ter uma formação completa, obrigatória a leitura de clássicos como Ilíada e Odisseia, Os Lusíadas e Caramuru, entre outros.

Ao longo do tempo, em salas de aula dos colégios, a Literatura foi trabalhada como uma disciplina adensada à Língua Portuguesa. Ora enfocavase a sua história, com periodização, características de estilos de épocas, nomes de autores e obras; ora se cobrava biografia de autores; ora se indicava leitura de livros, tantas vezes inadequados à idade do aluno, e cobravam-se fichas de leitura. As escolas arrumavam seus currículos de acordo com suas concepções pedagógicas.

Em 1999, começaram a ser publicados os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM), que "revelam a dificuldade de situar a literatura no contexto da linguagem e de fazer dela uma disciplina escolar. A principal perspectiva desta Lei (LDB n° 9.394/96) consiste em formar uma "escola média com identidade", isto implica a formação de alunos preparados para viver o mundo atual.

Mas o documento é tão vago quanto ao enfoque da literatura, que o próprio MEC, no **Manual das Orientações Curriculares para o Ensino Médio**, assim justifica o capítulo concernente aos 'Conhecimentos de Literatura':

As orientações que se seguem têm sua justificativa no fato de que os PCN do ensino médio, ao incorporarem na linguagem os conteúdos da Literatura, passaram ao largo dos debates que o ensino de tal disciplina vem suscitando, além de negar a ela a autonomia e a especificidade que lhe são devidas (2006, p. 49)

De fato, a orientações apontaram uma abordagem longe de um enfoque com informações sobre datas, estilos de época etc, mas no sentido de formar o leitor literário capaz do prazer estético. Segundo a proposta "[...] fazse necessário e urgente o letramento literário: empreender esforços no sentido de dotar o educando da capacidade de se apropriar da literatura" (2006, p. 55). Noutra passagem, fica claro que "[...] a Literatura como conteúdo curricular ganha contornos distintos conforme o nível de escolaridade dos leitores em formação" (2006, p. 60). Na prática, entretanto, o discurso dessas orientações parecem não ter se concretizado.

No livro **Guia de leituras para alunos de 1.º e 2.º graus,** também encontraremos subsídios a respeito do assunto. É a autora dele, Maria da Glória Bordini, quem diz que

A escola não permite a entrada no mundo dos livros de forma completa e sim cortando aos pedaços, como no livro didático. Ensina-se literatura para aprender gramática, para revisar a História, a Sociologia, a Psicologia e para redigir melhor. Tornando-se matéria para adornar outras ciências, o texto literário descaracteriza e afasta de si o leitor (BORDINI, 1989, p. 9).

Desse modo, não se dá à literatura o espaço que lhe é devido, o que propicia distorções entre ela e o leitor. As consequências do erro de terem juntado o estudo da Literatura ao estudo das linguagens só agravaram a leitura do texto literário nos ensino fundamental e médio. Essa fusão, feita, na verdade, em 1943, e chancelada pelo PCN de 2002, acaba por implicar a não aprendizagem efetiva de nenhuma das áreas, pois, como assinala Coutinho: "O ensino da linguagem visa à capacidade de usar a língua como instrumento de comunicação, enquanto o da literatura pretende acentuar o aspecto estilístico e moral da obra e desenvolver hábitos não profissionais de leitura" (COUTINHO, 1952, p. 24-25).

3-A literatura no currículo do ensino médio hoje

Em 1996, os princípios definidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB de 1996 (n. 9.394), elaborada pelo Ministério da Educação – MEC – junto com educadores brasileiros, fizeram surgir um novo modelo de currículo escolar, com o objetivo de ressignificar o conhecimento, evitando a compartimentalização tradicional do ensino. A intenção foi contextualizar os conteúdos e trabalhá-los de maneira interdisciplinar, de modo a instigar o raciocínio e melhor desenvolver as habilidades do estudante.

Inseridos nesse contexto, os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio – PCNEM agruparam o currículo de Língua Portuguesa na área de Linguagens e Códigos e suas Tecnologias (na qual se incluem também: Artes, Educação Física e Língua Estrangeira Moderna). O PCNEM pretende que a área leve os educandos às seguintes competências gerais:

- 1. Compreender e usar os sistemas simbólicos das diferentes linguagens como meios de organização cognitiva da realidade, pela constituição de significados, expressão, comunicação e informação.
- 2. Analisar, interpretar e aplicar os recursos expressivos da linguagem, relacionando textos com seus contextos, mediante a natureza, função e organização das manifestações, de acordo com as condições de produção e de recepção.
- 3. Confrontar opiniões e pontos de vista sobre as diferentes linguagens e suas manifestações específicas.
- 4. Respeitar e preservar as diferentes manifestações da linguagem utilizadas por diferentes grupos sociais, em suas esferas de socialização, usufruir do patrimônio nacional e internacional, com suas diferentes visões do mundo; e construir categorias de diferenciação, apreciação e criação.
- 5. Utilizar-se das linguagens como meio de expressão, informação e comunicação em situações intersubjetivas, que exijam graus de distanciamento e reflexão sobre os contextos e estatutos dos interlocutores; e saber colocar-se como protagonista do processo de produção/recepção.
- 6. Compreender e usar a Língua Portuguesa como língua materna geradora de significação e integradora da organização de mundo da própria identidade.
- 7. Conhecer e usar Língua(s) Estrangeira(s) Moderna(s) como instrumento de acesso a informações e a outras culturas e grupos sociais

8. Entender os princípios das tecnologias da comunicação e da informação, associá-las aos conhecimentos científicos, às linguagens que lhes dão suporte e aos problemas que se propõem a solucionar.
9. Entender o impacto das tecnologias da comunicação e da informação na sua vida, nos processos de produção, no

Observe-se que todos os conteúdos interessam na medida em que contribuem para o desenvolvimento linguístico do aluno; pensa-se a prática aliada à reflexão, à exploração dos recursos expressivos das línguas, à experimentação dos vários gêneros, de modo que o estudante se prepare para as situações de comunicação as mais diversas. E param aí. Nada há de específico para a Literatura. Já o PCN de 2002 incorporou a literatura ao estudo das linguagens; inclusive o próprio documento deixa isso muito claro:

desenvolvimento do conhecimento e na vida social.

Ao ler esse texto, muitos educadores poderão perguntar onde está a literatura, a gramática, a produção de texto escrito, as normas. Os conteúdos tradicionais foram incorporados por uma perspectiva maior, que é a linguagem, entendida como espaço dialógico, em que os locutores se comunicam. (PCN, 2002, p. 144).

Nas **Orientações Curriculares para o Ensino Médio**, no Capítulo sobre Conhecimentos de Literatura, há referência direta a essa citação. O Volume 1, focado na área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, discute algumas questões relativas ao ensino dessa disciplina: "Por que a literatura no ensino médio?"; "A formação do leitor: do Ensino Fundamental ao Ensino Médio"; "A leitura literária"; "A importância do leitor "; "Que leitores somos"; "Formação do leitor crítico na escola" "Possibilidades de mediação"; "O professor e a seleção dos textos"; "O professor e o tempo"; " O leitor e o espaço", é muito bom em termos teóricos, mas, em termos práticos, como foi executado?

Além dessa questão, fica vaga a distribuição dos conteúdos, sobretudo porque, na p.35 do mesmo documento (**Orientações Curriculares para o Ensino Médio**, 2006, p. 35) destaca-se que "[...] cabe à escola, junto com os professores, precisar os conteúdos a serem transformados em objetos de ensino e de aprendizagem". Nas escolas regulares, em que constam 5 horas-aula de Língua Portuguesa semanais, quantas são dedicadas à literatura? Qual a abordagem dada aos conteúdos?

4- Por que resgatar a literatura para os currículos e dar a ela a importância devida?

Primeiro, porque a literatura, nesse mundo de pensamentos cartesianos, posturas egocêntricas e sorrisos de plástico, é ainda uma possibilidade de humanização nas escolas. Entenda-se por humanização o que diz Antônio Cândido (2004, p.180):

o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante

Além de um mundo em que nos assola a barbárie, as escolas oferecem currículos abarrotados de disciplinas, muitas delas que nem serão utilizadas pelos estudantes após o ingresso na Universidade. A sobrecarga de conteúdos ou a especificidade de conteúdos direcionados para os processos seletivos ou cursos profissionalizantes têm comprometido o nível cultural dos jovens e até o seu prazer de estudar. Eles estudam muito, mas falta-lhes o desenvolvimento integral, a fruição que só a arte pode proporcionar. Não a Arte como disciplina 'que não reprova' e que, portanto, não é respeitada pelos alunos, mas a arte como projeto estético que os leva a percorrer mundos desconhecidos, criar e recriar realidades, por meio da observação, da memória e da imaginação, suas grandes fontes criadoras.

A literatura deve se inserir nesse contexto, dentro de uma abordagem adequada às séries, de modo a proporcionar o prazer da leitura, ampliar o conhecimento de mundo, propiciar o equilíbrio emocional e psíquico, desenvolver o senso crítico e a capacidade imaginativa do aluno/leitor. O que se percebe, no entanto, é uma resistência enorme dos alunos à leitura, sobretudo aos livros clássicos. E, se não há leitura, não há habilidade de escrita. A escola pensa preparar o aluno para a sociedade da informação, para a vida, como propaga, mas isso não é o bastante. Como assegura Soares (2003), não devemos:

imaginar que possamos conquistar o desenvolvimento sem preparar adequadamente nossos jovens para um mundo em que a informação, em todas as áreas do conhecimento humano, será um diferencial decisivo para delimitar o grau de independência e competitividade

dos países, empresas, instituições e, sobretudo, do indivíduo. Não basta tecnologia de ponta, redução de custos, programas de qualidade e produtividade.

De fato. Não basta o conhecimento tecnológico. É preciso conhecimento geral. É preciso a humanização, e os currículos têm passado à margem disso com suas especificidades práticas e seus excesso de conteúdos 'desnecessários'. As escolas preparam para a vida? Não, querem números de ingressos nas universidades ou no mercado de trabalho.

Considerando o momento e as novas expectativas da juventude, não é bastante as escolas equiparem-se com *tablets* e computadores. É preciso que eles sejam utilizados em favor dos conteúdos que realmente valem a pena ser trabalhados. Os alunos não recusam a leitura de livros porque são volumosos. Eles leem as sagas, como **Harry Potter**, **Crepúsculo**, **Senhor dos Anéis**, cada um com 3 livros de, no mínimo, 500 páginas cada. O que a escola precisa é criar estratégias que recuperem a sedução pela leitura dos livros, adequálos às idades, contextualizá-los no tempo, fazer o aluno redescobrir o prazer da leitura e descobrir a sua função. Somente com esse resgate, poderemos retomar a qualidade da escrita, poderemos ter um cidadão mais reflexivo e imaginativo.

Por fim, lanço, outra vez, a interrogação que está nas **Orientações Curriculares para o Ensino Médio**, com as mesmas letras garrafais que lá estão: POR QUE A LITERATURA NO ENSINO MÉDIO? E delas mesmo filtro a resposta: porque, como toda arte, a literatura "[...] rompe a hegemonia do trabalho alienado (aquele que é executado pelo trabalhador sem nele ver outra finalidade senão proporcionar o lucro aos donos dos modos de produção), do trabalho-dor". Porque a arte é um meio de educação da sensibilidade, um meio de adquirir um conhecimento tão importante quanto o científico; porque a arte é o meio, sobretudo, de humanização do homem coisificado; porque todos têm direito à arte e, completo, necessitam dela, para, como dizia Nietzsche, "não morrer de verdade"

Considerações finais

Defendemos, pois, a Literatura como disciplina curricular independente, para que possa ser trabalhada numa perspectiva interdisciplinar. De acordo com Sílvia Elisabetth Moraes (2005, p. 39), interdisciplinaridade é definida

fronteiras disciplinares e nos possibilita tratar, de maneira integrada, os tópicos comuns às diversas áreas. O intuito da interdisciplinaridade é superar a excessiva fragmentação e linearidade no currículo. Mediante o estudo de temas comuns, estabelece-se um diálogo entre disciplinas, embora sempre considerando a especificidade de cada área, com seu saber acumulado que deriva do olhar especializado. A excessiva disciplinaridade e linearidade colocam o conhecimento numa camisa-de-força [...].

Assim, ao defendermos a Literatura como uma disciplina independente dentro do Currículo, queremos apenas retirá-la do ostracismo em que está, apagada dentro do estudo das linguagens, com sua carga-horária vinculada à da Língua Portuguesa e praticamente fora das questões do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o que leva a maioria dos Colégios a retirá-la dos seus planos de ensino.

A nossa intenção é resgatá-la, advertindo para a sua importância na formação dos jovens, na humanização deles e dos currículos e advertir, ainda, para a facilidade de trabalhar seu amplo conteúdo numa perspectiva interdisciplinar. Não se pode admitir que uma disciplina tão importante seja praticamente abolida dos currículos em função de sua pouca necessidade prática preceituada pela formação instrumentalista e profissionalizante que a escola cearense parece querer, afinal, como afirma seguramente Young (2010), "o currículo precisa ser visto como tendo uma finalidade própria - o desenvolvimento intelectual dos estudantes. Não deve ser tratado como um meio para motivar estudantes ou para solucionar problemas sociais".

REFERÊNCIAS

BARTHES, R. Aula. São Paulo: Cultrix, 1977.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. *Investigação qualitativa em educação*: uma introdução à teoria e aos métodos. Lisboa: Porto Editora, 1994.

BORDINI, Maria da Glória. *Guia de leituras para alunos de 1.º e 2.º graus*. Centro de Pesquisas Literárias. Porto Alegre: PUCRS/Cortez, 1989.

BRASIL. Leis e decretos. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961: fixa as diretrizes e bases da educação nacional. In: RAMA, L. M. J. da S. et. al. (comp. e org.). Legislação de ensino de 1.º e 2.º graus (federal). São Paulo, 1980. v. 1. Lei n. 9.394: lei das diretrizes e bases da educação nacional, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Semtec, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio. Brasília: Semtec, 1999.^a . Parecer CEB n.15/98. Brasília: Semtec, 1999b.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Linguagens, códigos e suas tecnologias: orientações curriculares para o ensino médio, 1. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução. 3. ed. Brasília, 2001. v.1.

Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa. 3. ed. Brasília, 2001. v.2.

CCP 134-final 2. indd 457 P 134-final 2. indd 457 112/8/2008 15:00:42 2/8/2008 15:00:42458

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Média e Tecnológica.

Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio. Brasília: Semtec, 1999.a.

PCN+ ensino médio: linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília, 2002.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. A Educação no Brasil na década de 90: 1991-2000. Brasília, 2003.

COELHO, Nelly Novais. *O ensino da Literatura*. 4 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975

DOLL JR. William E. *Currículo*: Uma perspectiva pós-moderna. (Trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese) 2.ª reimpressão. Porto Alegre: ArtMed, 2002.

EAGLETON, T. *Teoria da literatura*: uma introdução. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

JAUSS, H. R. *História da literatura como prevenção à teoria literária*. São Paulo: Ática, 1994.

MORAES, Silvia Elisabeth. Interdisciplinaridade e Transdisciplinaridade mediante projetos temáticos. In: *Revista Brasileira* Est. Pedag., Brasília, v. 86, n. 213/214, p. 38-54, maio/dez. 2005.

MURRIE, Z. F. *Códigos e linguagens:* diretrizes para o ensino médio. Brasília: MEC/Semtec, 1996.

PACHECO, José Augusto. Currículos circulares. São Paulo: Cortez, 2006.

RICHARDSON, R. J.; WAINWRIGHT, D. *A pesquisa qualitativa crítica e válida*. Disponível em:

http://jarry.sites.uol.com.br/pesquisaqualitativa.htm Acesso em: 10 de maio 2013.

ROJO, R. H. R.; LOPES, L. P. M. Linguagens, códigos e suas tecnologias. In: BRASIL. Ministério da Educação. Departamento de Políticas do Ensino Médio. Orientações curriculares do ensino médio. Brasília, 2004. p.14-59.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documento de identidade:* Uma introdução às teorias do currículo. 3. Ed. Belo Horizonte: Autentica, 2010.

SOARES, Wander. *Quem não lê não escreve*. 2003. Disponível em:http://www.abrelivros.org.br/abrelivros/texto.asp?id=276. Acesso em: 20 fev. 2009.

YOUNG, Michael F. D. O futuro da educação em uma sociedade do conhecimento: o argumento radical em defesa de um currículo centrado em disciplinas. In: *Revista Brasileira de Educação*. Vol. 16. N.º 48 Rio de Janeiro set./dez. 2011.

YOUNG, Michael F. D. *Para que servem as escolas?* Educ. Soc. [online]. 2007, vol.28, n.101, pp. 1287-1302. ISSN 0101-7330.

http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302007000400002.

EMPRÉSTIMOS TUPINAMBÁS AOS FALARES DO NOROESTE MARANHENSE SEISCENTISTA E OITOCENTISTA NA ÓTICA DE TRÊS MISSIONÁRIOS EUROPEUS

NA HISTOIRE DO FREI CLAUDE D'ABBEVILLE PROF. ANTÔNIO MARTINS DE ARAÚJO (UFRJ e ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOLOGIA)

Introdução

Embora tenha permanecido em Upaon-açu (=Ilha grande), hoje São Luís do Maranhão, apenas por quatro meses em 1612, o frade capuchinho Claude d'Abbeville, de tal forma se afeiçoou a tudo de novo e diferente no que viu e no que ouviu por lá, que anotou pormenorizadamente tudo, e, apenas dois anos depois, o livreiro François Huby, de Paris, publicou o relato dessa permanência ali. Tal sucesso a obra obteve por lá, que o livreiro lhe fez outra edição dois anos depois. Como soía acontecer àquela época, o título da *Histoire* é longo e pomposo, razão por que o convidamos a conhecê-lo na bibliografia ativa que se encontra ao final deste ensaio.

Em 1922, em homenagem a Eduardo Prado, o tio ilustre, Paulo Prado promoveu pela parisiense *Librairie Ancienne Edouard Champion*, uma edição fac-similada da obra, de apenas cem exemplares. Para tal fim, preparoulhe algumas notas sobre o homenageado e obteve do historiador cearense Capistrano de Abreu, o privilégio de prefaciá-la. Além disso, essa edição foi enriquecida com um *Glossário das palavras e frases da língua Tupi*, da autoria de Rodolfo Garcia, trabalho que apreciaremos ao final deste ensaio.

Em 1874, o médico e polígrafo maranhense Dr. César Augusto Marques editou pela tipografia do Frias, em São Luís do Maranhão, sua tradução da obra, que não ficou imune de algumas traições ao original francês. Essa tradução portuguesa da obra foi reeditada por Sebastião Moreira Duarte em 2002 pela editora Siciliano, de São Paulo, na coleção *Maranhão Sempre*, da qual reproduzimos e comentamos aqui algumas informações suas.

Em 1945, o escritor paulista Sérgio Milliet publicou, no número 15 da Biblioteca Histórica Brasileira, da Livraria Martins, com uma introdução e notas de Rodolfo Garcia; e em 1975, na sua coleção Reconquista do Brasil, a editora mineira Itatiaia reeditou essa tradução, em português, da obra.

O original francês da *Histoire*, porém, não caiu no esquecimento. Conforme nos adverte em nota o editor dessa tradução portuguesa de César Marques, o ensaísta Sebastião Moreira Duarte, em 1963, reeditou o original francês dessa obra setecentista, editada em Graz, na Áustria, pela *Akademische Druck (Frühe Reisen und Seefahrten in originalberichten)* com introdução de Alfred Métraux e Jacques Lafaye.

Passemos a uma ligeira distribuição dos empréstimos tupinambás na *Histoire* de d'Abbeville. Os linguistas e antropólogos estrangeiros que preparam glossários de línguas indígenas, praticamente todos, costumam conformar essas palavras indígenas à fonologia de seus próprios idiomas. Por isso, melhor será falarmos de idioleto tupinambá o do bom capuchinho francês. Passemos ao léxico supramencionado, agora distribuído por campos semânticos para facilitar sua compreensão. O número das páginas é o da edição da editora paulista Siciliano.

Cosmogonia, teogonia e seus mensageiros

Rica e variada a cosmogonia tupinambá. Em sua onomatologia, verse-á que a realia dos povos da floresta se projeta no céu que os envolve. Em breves exemplos, eí-la: Eunac: céu 295; Coaraçi/çu: Sol 295; Iasseú: lua 295; Seichi: as Plêiades 295; Iasseú tatá: estrelas 295; Aqui, o nome de algumas estrelas: somerare raieuboare: em forma de queixada 292; Seichuiura - em forma de grelha 91; Tingaçu: predecessora; Suanrã: o que surge quinze dias antes das chuvas id.; Megnonmoim: caranguejo, no signo de Câncer; o que surge no fim das chuvas id.; Tanaré: cão, por parecer correr atrás da Lua; Iassentatá-Uacu: estrela Grande (da manhã) 296; Pirapaném; estrela da tarde id.; Iapui-cã: estrela sentada em Crussa; o Cruzeiro id.: Ianhay: estrela com o nome de um pássaro vermelho; Iassatim: constelação de sete estrelas com o feitio dessa ave; Caí; constelação em forma de macaco 296; Potim: id. em forma de caranguejo; Conomi Manipoere Maré: estrela redonda e reluzente; ao pé-da-letra: rapazinho que bebe mapiroi; Iandutim: constelação em forma de avestruz branco id.: Eire apua: estrela chamada de Mel Redondo id; .Panaco; constelação em forma de paneiro comprido; Iassen-tata-ué: estrela tão bela e móvel, que mereceu um cântico; Tapiti: constelação em forma de beico; Iucon: estrela parecida com o fruto do tucum-vue 296; Tatá-endeu: estrela; fogo ardente; Guauepuéou: estrela em forma de frigideira redonda 296; Iasseu puiton: noite de lua id.; pajé: curandeiro da aldeia 361 (para Claude d'Abbeville, o m. q. barbeiro); Jeropari: o mau, nome do demônio 262; *Ipochu Jeropary* 300 passim; *Tupã*: o mesmo que Deus para os indígenas 124 passim

1.3 - Alguns antropônimos

A conversão dos indígenas ao catolicismo levou muitos deles a substituírem seus nomes tupinambás por nomes cristãos Eis alguns deles: Acaiuí-Miri virou João; Maissobuú, Pedro; Jacopém, Carlos; Auaraí, Adriano; sua esposa Mairatá, Esteva. Felizmente, a grande maioria deles se manteve incólume, como Jeviréi; Japiaçu ou Xupiaçu 85; cacique Marcoia-Pero; Tapuia, mãe de Maissobuí e nome genérico de uma tribo 140; Tuputapucu: batedor, o que anuncia a vinda do Pai Grande às aldeias; Tacuare Ubaí, índio desejoso de se converter ao catolicismo 119. Tabajares: inimigos mortais dos portugueses 164; Uirao Pinobonich: pássaro azul sem penas na cabeca 234; Tangará: cara de ostra 338; Congnau Uassuteigné: a mulher grande que não seve para nada; ibid.; Acaiuí mirim 120; Caruatapira: cardo vermelho 251; Itapucu: barra de ferro 336; Uarauacu: nome de um peixe 336; *Uíra-iara*: pássaro que é apanhado ibid.; *potiú* e/ou *potuí*: lugar onde se pode descansar; tapuitií ipochu: inimigos brancos 284; Taueauaeté: nome de mulher; Puraupyya: índio importante da aldeia 163; Caraíba: padre, profeta 350; buruvichave: afrancesamento de morubixaba ou morubixava: cacique chefe da tribo 119 passim; *pêros*, o m.q. portugueses para os índios; *pai-eté*: missionários, grandes profetas. Outros importantes caciques foram Japiacu 165; Marcoia-Pero ibid.; Matarapuá ibid., Januareauaeté ibid.; Tairajuuá ibid.; Uiauru ibid.; Jacupari, 78; Suaçu ibid. e Iatapucura ibid.

Outros caciques alguns dos quais situados em suas respectivas aldeias: *Uaruma Uaçu*: árvore de cujo material se fazem peneiras; *Sauçuaca*: cabeça de corsa, da aldeia *Timboú*: raiz da árvore *euve*, que embriaga peixe; cacique *Metarapua*: pedra branca; *Auatí*: milho negro, da aldeia *Itapara*: tapada , curral e/ou camboa de peixe; cacique *Marcoia Pero*, derivado de *morgoiabe*, fruta amargosa, da aldeia *Carnaupió*, derivado da árvore de nome *carnaú*; *Araruquaí*: cauda de arara; cacique *Uíra Uaçu-pinim*: pássaro grande e caçador; *Jareuuaçu*, outra ave da aldeia; *Euaúne*: água velha e/ou turva; cacique *Uaignnon Mondeuue*, da aldeia *Itaendaue*: largo ou lugar de pedras azuis; cacique *Tamano*: pedra morta; da aldeia *Auaçuí-Teue*: pássaro bonito, da aldeia de *Pindotuue*, derivado de *pindó*, redução da palavra *pindova*, folha de uma palmeira com que se constroem as ocas; cacique *Uirapouitã*: grande guerreiro, da aldeia de *Uatimbup*: raiz de timbó; cacique *Japiaçu*; passarinho mosqueado, o mais importante dos chefes da antiga *Upaon-Açu* (Ilha Grande), da aldeia de *Junipará*: (jenipapo amargo), a maior das aldeias.

Outros caciques: *Jacupé*: faisão; *Tatu-açu*: fogaréu; *Tecuare-Ubuí*: maré de sangue; *Paquari-rabeu*: barriga d'água de uma paca; *Peraiuuá*: abraço

de peixe; Auapaã: homem que não sabe atravessar; Januaré: cão fedorento; Teroiepeep: (calçado?) da aldeia de Urubuanpã: urubu inchado; Jacuiú: certo passarinho; Itapucusa: (grilheta de ferro para os pés) da aldeia Uirapira: cova vermelha; Mutim: miçanga branca; Ouíra-uaçu: olho de um grande pássaro, da aldeia de Coieup: cabaça, prato; Tatuaçuu: tatu grande; Uara-aubuí: (certo pássaro) da aldeia de Maracanã-pisip: Maracanã grande; Quatiaré-Uçu: (letra e/ou carta grande) da aldeia de Taperuçu: aldeia grande e vela; Uatimbu: certa aldeia. Pêros, era o nome genérico atribuído aos portugueses pelos tupinambás 156

Dos caciques macróbios citados por d'Abbeville destaquem-se: *Su-Uaçuac*, sogro de *Japiaçu*, e maior de cento e sessenta anos no antigo calendário 147; *Momboré-Uaçau*, maior de cento e oitenta anos no velho calendário; *Serueué*, de *Tapuitapera*, primeira capital do Maranhão, hoje Alcântara; *ao*, afrancesamento de *oca*, palhoça indígena 185; *tave*, afrancesamento de *taba*, o m. q. aldeia. ibid.; *Tabajares*: o m. q. *Tabujaras*, 357 e 350; 156.

1.4 - Pequena mostra da toponímia e da potamonímia

Diversamente do que ocorreu com os nomes dos rios, que se mantiveram, a maioria dos nomes dos aldeamentos foi substituída por palavras portuguesas. Vejamos a toponímia *Torup* 112, hoje *Turu*; *Carnaupió*, afrancesamento de *Cajapió* (?); *Coieup*, aldeia da ilha, atualmente *Cutim do Padre* 145; *Ibuiapap* hoje *Ibiapaba*, serra cearense vizinha de Cotiva; *Jeniparã* 357 passim; *Comã*, variante arcaica de *Cumã*, aldeamento em frente à antiga vila de Guimarães; *Tapuitapera*, primeira capital do Maranhão, hoje Alcântara 163, 357 passim.

A maior parte deles afrancesada por d'Abbeville, dentre outros, resistiu ao tempo com a forma tupinambá original os seguintes potamônimos: *Munin*, afrancesamento de *Monin*, 182; *Tabacuru*, idem de *Itapecuru*; *Miari*, hoje *Mearim*; *Maracu*; *Pinaré*, hoje *Pindaré* 358; *Uaicup*, hoje *Grajaú*; *Maiuiie* hoje rio Anil 112.

1.5 - Amostragem da fauna, da flora e de alguns usos e costumes

Vejamos alguns exemplos da fauna: *auirá-sapucaí*: carne de carneiRo 288; *jacu nambue*: pato; *jacu upec*: pato bravo *146*; *uirá tuí*: carne de vários pássaros 288; *suassonapar*: carne de paca, capivara, cutia, tatu, etc. *119*; *tauaçu*, nome genérico de outras carnes. Hoje em vias de extinção, a caça a esses animais está proibida por aquelas bandas. À pág. 288 da *Histoire*, estão os peixes mais apreciados, como *curema-açu*, *parati*, *pira-on*, *piapém*, *uiri* e *uiri-june*.

Vejamos o que havia no habitat dos donos daquelas florestas: co é roça, distante da aldeia 271; uiraro-çai: galinheiro 271; manipoi, alimento ibid; cauim, bebida fermentada feita de mandioca; cauim-été: bebida da fermentação do caju 206; cauinar: beber cauim; 284; cauinam: festa de antropofagia ibid.; macaxeira-eté: raladura de aipim; itaiuec: moedas de prata 284; itaiup, moedas de ouro 84; comanda-mirim: abóbora pequena; comanda-açu: abóbora grande 209; iuquere: sal e pimenta; migan: mingau de arinha de mandioca com caldo de carne o de peixe 288; ugud: pilão feito de tronco de árvore 288; mandioca-caué: outra bebida feita de maniva; guaiaco: tupinambá 83; caramemo: o m.q. uru 271; uarua: folhas de palmeira 227; pindoba: folha da palmeira usada na construção das ocas, palhoças em que habitam os indigenas; pindó é redução de pindova ou pindoba. Fiquemos por aqui. Limitemo-nos a esta amostra léxico-semântica do mundo tupinambá e termos afins.

1.6 - Alguns utensílios dos tupinambás

Os europeus trouxeram-lhes muitos utensílios que foram adjudicados aos seus próprios utensílios, como: queuap: pente 271; xe: faca 271; quicé: o m.q. xe ibid; piraim: tesoura 271; boú: miçanga ibid.; patuá: caixa para guardar miudezas ibid.: apuicaue: banco, tamborete ibid.; acangaop; barrete 263; acanussoiaue: o m.q. acamgoap ibid.; acangetar: diadema para moças ibid.; aiuacara: colar de penas 263; onapui: bracelete; onapui cuai cuare: braceletes com penas de araras 264; iandu-aue: penachos para cintos feitos de ano ibid; carauie: tapa-sexo feito de pano vermelho ou azul 265; ini: rede de algodão 270; euá: cabaças para guardar e conduzir água 271; cuí: cuia pintada de vermelho ou negro para conduzir comidas ou bebidas; uru: paneiro de folhas de palmeira 271; gnacim: caldeira ibid.; gnaepepo: o m.q. guacim ibid.; gnaeiuué: caldeira; ibid.; uarara: uma espécie de tambor 131; uirapar: arco de madeira 276; ouue: flecha de caniço liso 276; e uaracapa: couraça ibid.

1.7 - Amostragem da fraseologia

Para finalizar esse tópico, eis aqui uma amostragem da fraseologia tupinambá. Gente como a gente, tanto sabiam elogiar quando convinha (querembaue: valente, 279; tetematu: guerreiro, belicoso 274), quanto sabiam insultar, quando isso se fazia mister: cauaue eu: poltão, covarde 278; scatéum atupaué: não prestam para nada 278; bem como exortar: salva-te, vinga tua morte 278; ou serem corteses, quando queriam: -Eré uepé?:-Chegaste? 274; --Ereicobepé? / -Estás bem? Como dissemos no caput deste tópico, essa é

apenas uma amostra da fraseologia tupinambá.

Bibliografia ativa

Histoire de la mission des pères capucins à l'isle [sic] du Maragnan et terres circonvoisines où este traité des singularitez [sic] admirables et des meurs [sic] merveilleuses des Indiens habitans de ce pais [sic] avec des missives et advis qui ont esté [sic] de nouveau por R. P. Claude d'Abbeville Predicateur Capucin / Praedicabitur Evagelium Regni in Universo orbe. Avec privilege [sic] du Roy [sic].

2. EMPRÉSTIMOS TUPINAMBÁS AOS FALARES MARANHENSES SEISCENTISTAS NA ÓTICA DO FREI YVES D'EVREUX

2.1 - A fortuna crítica da Suitte

A edição princeps da *Suitte de l'Histoire des choses plus memorables advennés en Maragnan, és années 1613 e 1614,* com o subtítulo de *Second traité,* da autoria do frade capuchinho Ives d'Evreux saiu em 1615, dos prelos do livreiro François Huby, em Paris, o mesmo que editou a *Histoire* de Claude d'Abbeville, seu irmão de ordem. Como se trata de minuciosa e rica complementação da supracitada obra de d'Abbeville, é bastante compreensível que o rol de empréstimos tupinambás da *Suitte*, lhe seja quantitativamente inferior

Infelizmente, por inoportuna, a *Suitte* de d'Evreux não teve a mesma fortuna da supracitada obra do frei d'Abbeville, de vez que a narrativa de tudo o que viu, ouviu e viveu no Maranhão por apenas dois anos não pôde ser apreciada por seus coevos, como foi a do frei d'Abbeville. Isso porque o então Delfim de França, o futuro rei Luís XIII, em vias de casar-se com a infanta espanhola Doña Ana de Áustria, evitando assim desagradar os espanhóis durante o período filipino (1580-160), quando Portugal e suas colônias estavam sob a dominação espanhola, diligenciou no sentido de que fosse destruída toda a primeira edição da obra, em conluio com o próprio Huby, o que felizmente não chegou a acontecer.

O aguerrido almirante francês Razilly projetava fundar no Norte do Brasil, exato no Maranhão, o que viria a ser conhecida como a França Equinocial. Assim, procurou salvar da referida destruição, pelo menos um exemplar da *Suitte*, e ofertou-o ao Rei. Procurava, assim, repetir, se bem que em outros termos, a frustrada tentativa de fundar no Rio de Janeiro, a França Antártica.

Desse modo, tal exemplar dormitou numa prateleira da biblioteca do

Rei Luís XIII entre 1618 e 1835, vale dizer, por mais de dois séculos, até ser encontrado por Ferdinand Denis, que, mui acertadamente, o fez publicar pela livraria A. Franck Albert L. Aterold, Paris/Leipzig em 1864, antecedido por um seu erudito prefácio.

Erudito prefácio também é o firmado pelo publicista Joaquim Campelo Marques, sob o título de *Breve história aventurosa de um livro*, Em suas longas páginas, relata ele as vicissitudes por que passou obra tão elucidativa da frustrada tentativa francesa de colonizar o Maranhão nos primórdios do século XVII. Por todos os títulos louvável, o resgate da obra promovido por ele promovido, dentre as prestigiosas reedições do Senado Federal em 2007.

Para melhor conhecimento do texto, tal iniciativa é tanto mais necessária de vez que resulta do cotejo do exemplar que se encontra na Biblioteca Pública de Nova Iorque, com o da Biblioteca Nacional de Paris. Este é menos completo que aquele em que se baseou Ferdinand Denis para editar a obra em 1864, traduzida para o português dez anos depois pelo Dr. César Augusto Marques, e por ele editada em São Luís do Maranhão em 1874, enriquecida por muitas notas suas em rodapé, algumas das quais (repetimos) retificadoras de informações inexatas de parte do brasilianista Ferdinand Denis. A lição do erudito médico maranhense César Marques foi reeditada nos séculos XIX e XX.

E em que reside a importância da reedição de Joaquim Campelo Marques? Campelo logra minimizar em sua edição crítica da *Suitte*, as ablações textuais a que foi submetida a obra em sua acidentada trajetória. Assim, enquanto a edição de Denis apresenta nove lacunas nas páginas 17/18, 35/36, 95/96, 104, 172, 284/285, 319/320 e 360; a de Nova Iorque registra quatro delas, a saber: o prefácio sobre os dois tratados seguintes; e as das páginas 21, 37, 177 e 352; e lhe sana quatro outras, a saber: págs. 89 a 97; págs. 104 a 112; págs. 273 a 280, e pags, 308 a 315, somando-se assim trinta e cinco lacunas sanadas.

2.2 - Empréstimos tupinambás na Suitte

A partir daqui, tentaremos recensear os empréstimos tupinambás encontrados na *Suitte* de d'Evreux. Ressalte-se, não obstante, que esses empréstimos aqui agrupados por campos semânticos não só estão no próprio corpo do texto narrativo, mas também nas notas explicativas adjudicadas por César Marques à sua tradução da obra, notas que, por vezes, corrigem algumas informações inadequadas e inexatas firmadas pelo brasilianista Ferdinand Denis

A esse pesquisador, porém, se deve a excelente *Introdução*, de trinta

e seis páginas, enriquecidas por cinquenta e quatro notas elucidativas sobre pessoas, coisas e fatos que interessam ao texto. Os números que se lhes seguem são os das páginas da última edição da *Suitte*, volume 94 das edições do Senado Federal do Brasil, editada em 2007 sob os cuidados de Joaquim Campelo Marques.

2.2.1 - Topônimos

Embora uns poucos topônimos tupinambás hajam desaparecido dos falares maranhenses, como *Usaap* 25; *Jupamarã* 388; *Uirapiran*, costeira e muito próxima do porto de *Upaon-açu*, que, na língua portuguesa, quer dizer Ilha Grande, hoje ilha de São Luís, e *Yviret*, 382; bem como outros tenham sido substituídos, como *Tapuitapera*, segundo Martius (vd. seu *Glossário* na Bibliografia ativa que se acha no final deste ensaio), habitação de índios inimigos, hoje Alcântara, primeira 'cabeça' da província; outros topônimos gozam de grande longevidade, chegando íntegros até hoje entre nós, como *Bocanca*, variante de *Bacanga*; *Itapicuru*, 370; *Pindaré* 371; *Parnaíb*a 369; *Tocantins* ibid; *Cumã* (=apropriado para pesca); *Tabucuru* 383 (=ilha); *Codó* 385; *Maracaçumé* 402; *Cururupu* 402; *Guaratuba*, o m.q. *Guaratiba*, cidade fluminense onde há muitos guarás vermelhos; e *Piauí* 389. Salvo erro, cremos arcaizado *Arapapaí* 402.

2.2.2 - Potamônimos

De bastante longevidade, porém, são os potamônimos, como *Mearim* 40; *Uarpi*, variante francesa de *Gurupi* (?), rio em que o Maranhão linda com o Pará 149; *Tocantins*, rio em que o Maranhão linda com Goiás 369; *Bocanga*, variante de *Bacanga* 373; *Parnaíba*, rio em que o Maranhão linda com o Piauí; *Jequitinhonha*, MG, 403; *Japurá*, PA 424; Itapecuru, PI/MA 370.

2.2.3 - Orônimos

Pouquíssimos são os nomes de montanhas encontrados na *Suitte*. Eilos *Tirocambo* (?) 402; *Ivitur* 403; e [colina das] *Tabocas* 384. Pouquíssimos também são os objetos ali relacionados. Ei-los.

2.2.4 - **Objetos**

Muito poucos os objetos que não estão direta e completamente vinculados ao mundo animal e ao mundo vegetal dos tupinambás. Ei-los: *cotiare* (=livro) 225; *mar* (=vaso batismal de bronze) 260; *tanha* (=figura), exemplo: *anaantanha* (=figura do Diabo) 419.

3. A fauna

Em que pese o desconhecimento dele advindas, é extenso e variegado o novo mundo animal dos tupinambás. Eis aqui uma pequena amostra deles inserta na Suitte: mana (=peixe boi) 70 ou manati (idem) 376; sapaius (=macaquinhos gritadores verde-amarelos) 190; uirauaçu (=pássaro do tamanho de uma avestruz) 203; arara (=pássaro de plumagem colorida muito apreciada na culinária daquela época; canindé papagaios pequenos domesticados pelos índios 207; tapir açu (=anta grande); pecoris ou tajaçus (=porcos do mato) 378; thon (=niga ou pulex penetrans, bicho de porco que costuma alojar-se no pé de quem anda descalço); aspian ou mãe pian (= uma espécie de bouba grande); mutum é o hocco crax alector, grande ave em fase de extinção 399; *tuim* ou *tuí*, certo tipo de periquito devastador da agricultura 399; guará (=ave pernalta de penas rubras 404; tanajuras (=formigas que, assadas, são muito apreciadas no ES); tamanduá, do tupi: taixi (=formiga) + mondé ou mondá (=tomar); tarauira ou tuí (=lagarto cuja carne era muito apreciada na culinária brasileira) jandu ou nhandu guaçu (=aranha caranguejeira de picada venenosa); *okiju* ou *cuju* (=pássaros); [sapo] *cururu* (=refinada iguaria para os franceses) 414; jacupema (=ave do tamanho de uma avestruz 425; acauã ou macauã (=pássaro que se alimenta de répteis) 417; tataíra uruçuboi, sanhará, burá, chupé, arapuá e tubi (espécies variadas de abelhas) 407; guariba (mycetes ursinus) certo tipo de macaco 407.

4 - A flora

Extenso e variegado igualmente é o novo mundo vegetal descoberto por d'Evreux, bem como suas propriedades. Senão vejamos: *carimã* (=farinha de mandioca) 380; *maracatim* (=a canoa com um maracá à proa) ibid.; *iga* (=canoa pequena) ibid.; *igarité* (=canoa de cortiça) ibid. No Maranhão atual, *igarités* são pequenas canoas de madeira com vela.

Muriti, aliás buriti (=palmeira nativa em lugares alagados) 381; iúras (=casas aéreas feitas defensivamente sobre mangues ou troncos de palmeiras) 381; ocas (=choças indígenas afins dos carbets guianienses integrantes das tabas indigenas, onde os piagas faziam suas charlatanices; 387; paricá (=erva própria aos unguentos feitos pelos pajés 394; rocou, aférese de urucu ou urucum, ingrediente comestível da cor do colorau 395; jenipapo, fruta cítrica do jenipapeiro 395; petum (=tabaco) 396; cuia (=fruto da cueira, cuja casca seca serve como tigelas); maracá (chocalho feito do fruto da cueira) 397; tucum (=coquilho muito apreciado produzido pelo tucunzeiro 399; cará (=raiz comestível) 3996; pirapoti (=âmbar gris resultante das fezes de certos peixes)

401; *cauim* (=bebida alcoólica extraída da mandioca, caju ou jabuticaba, depois de socados e fermentados; ao vinho tinto chamavam *cauim pirange*; e à aguardente, *cauim tata* (=bebida de fogo)) 399.

Eis alguns derivados: *caiuinagem*, festa em que se ingere *cauim*; *cauinar*, beber *cauim*. Outras bebidas: *cajui* (=licor de *caju*, ou de *cajui* [=caju pequenino]; *murichi* (=palmeira cujas larvas são muito apreciadas pelos índios *waraons* do Orinoco; *avati* (=milho) 411; *pita* (=fio extraído de uma espécie de ananás, com a qual os portugueses teciam finas meias); *caramemo* (=paneiro feito de palha de *pindova* para guardar alimentos e utensílios 419; *luverapemes*, aliás *iverapeme* (=bordunas, armas indígenas de guerra) ibid.

5 - Os antropônimos

Os tupinambás referiam-se aos franceses como *caraíbas* 255. Teve efêmera existência a grande maioria dos antropônimos tupinambás, que desapareceram com seus donos, como *Tempe* e *Kocrit* 371; *Jacaúna* 378; *Ybuira Puitan* ou *Arabutã* (segundo Lery; *Arabutã* (segundo Thevet) ou *Ibirapitange* (seg. Montoya); *Itapucu* (=intérprete índio para a rainha; *Japiaçu* (de *Japin*, pássaro de penas negras e amarelas + *açu*, grande) nome de um cacique; Jacupema ou Jacupen 425; Pacamão, nome de certo peixe adotado por um feiticeiro de Cumã; Pacquabehu (=barriga cheia d'água de uma paca) 420; Caramuru (=filho do fogo, amigo do trovão 403.

Os tupinambás chamavam de *mair* aos franceses e de *pêros* aos portugueses. *Pay açu* era o Pai [ou Padre] Grande era aplicado em qualquer sacerdote. Por fim, o antropônimo *Morubixaba*, grande chefe dos tabajaras, passou a designar qualquer cacique ou chefe de tribo; *Sumé* (=sacerdote e legislador dos tupis, propagador da cultura da mandioca entre os índios); *caraíbe-bébé*, adivinhos, feiticeiros espíritos, anjos; e, por extensão, os *pajés pajis, piaies. Boiés ia piches* eram os cirurgiões e barbeiros; *mussacat*, o senhor dono da casa 413; *kugnam* [sic], (em francês, lia-se cunhã), era menina moça, *kunumy-miry*, por *kurumi-mirim*, rapazinho 390.

No primeiro quartel do século dezessete, cerca de três mil tribos indígenas habitavam o Brasil. Vejamos o nome de algumas delas citadas na Suitte de d'Evreux: tabajara (MA) 234; tapuia (=escravo) 233; tamoin ou tamoi (=tamoio) 239; caietés ou caetés (=das florestas grandes), índios belicosos seiscentistas de Pernambuco; tremembés ou tramembés (=índios cearenses cultivadores de mandioca e trabalhadores nas salinas. E mais: aimorés 386 guarayos 371; crãs querentes ibid.; gamelas ibid.; tupinambás ibid.; timbiras (sacameeras, capiecrãs e jês); 272; manati, tabajara, omagues por omaguas 379; iorimanes ibid.; gamelas 379; pacajás ou pacayás, do Pará; waraon ou garaúnos, índios das Guianas 385; tabajaras, senhores das aldeias 386; mearinenses, tupinambás que viviam às margens do rio Mearim;

tapuias ou tapuis 386/387; guaitacás, por goitacases RJ. E mais: guaramonis, guaregares, jaçaruçus, amanipaques, paieias, estes à .385; tupiniquins, tupinaés, petiguaras, por potiguaras 391. Às págs. 393 da Suitte há referências a outras importantes línguas indígenas americanas, como a dos maias, astecas, quíchuas e aimarás.

Dependendo da nação dos europeus que tentaram colonizar o Brasil seiscentista são muitas as variantes do termo *tupinambá*, como *topynambas* (d'Abbeville), *topinenbas* (Hans Staden) *Tempinambaults* (Jean de Lery) e *Topinambus* (Malherbe), insertos na 24, da pág. 303 da obra de que ora nos ocupamos.

6. A teogonia tupinambá e termos afins.

Além de Tupã 397, a mais importante divindade dos indígenas enriquecida com as virtudes cristãs que lhes tentaram acrescentar os missionários católicos é também rica e variada a designação das forças do mal entre eles. A começar por *Jeropari*, conforme o relator, possuidor das variantes *Jiropari* e *Jurupari* 385, assim chamado ao Norte do Brasil; enquanto, no sul, predominava a designação de *Anhangá*, preferido, porém, pelo poeta maranhense Gonçalves Dias em seus poemas românticos indianistas; *Jeropariaçu* (=diabo e/ou fantasma grande), designação também adotada pelo chefe de uma tribo de canibais; *Maratá* sacerdote católico, apóstolo de Deus; *Pagy-Uaçu* e/ou *Pay Açu*, ao pé-da-letra, Grande Pai e/ou Grande Sacerdote; *Anhangá*, *Anaan* (Agnan, para os franceses); *Uracã*, *Hiporoca*, *Moboya* e *Amignam* 419; *Chiny*, mensageiro do demônio, sugador do sangue dos índios; *piaia* ou *piaga*, feiticeiro, pajé, curandeiro, para os indígenas.

Como superior hierárquico de Claude d'Abbeville, que permaneceu no Maranhão por longos anos, Ives d'Evreux sentiu-se no dever de continuar a obra pioneira daquele pioneiro, completando-a e corrigindo-a, quando isso se fazia necessário.

Bibliografia ativa

EVREUX, Ives d'. Suitte des choses plus memorables advenues em Maragnan ès années 1613 e 1614. / Second Traité. Paris, François Huby, 1615.

3. EMPRÉSTIMOS TUPINAMBÁS AOS FALARES DO NOROESTE MARANHENSE OITOCENTISTA NA ÓTICA DE FREI FRANCISCO DE NOSSA SENHORA DOS PRAZERES MARANHÃO (1891)

3.1 - Introdução e proposta

Para o fim que nos propomos, sem dúvida alguma, a mais importante das três obras aqui estudadas é a *Poranduba Maranhense*. Entre os anos de 1942 e 1947, quando eu contava entre meus dez e quinze anos de idade, costumava

passar as férias escolares do então Ginásio Maranhense, dos Irmãos Maristas, com os meus irmãos Cleonice, Lenita e Walter, no distante povoado de São Bento de Guimarães, no noroeste do Maranhão, de cerca de cem habitantes, onde nasceu meu irmão caçula, Prof. Walderez Martins Araújo, professor e engenheiro dos bons.

Os hábitos linguísticos dos idosos do lugar cedo me chamaram a atenção pela forte presença de empréstimos linguísticos tupinambás. À conjuntivite e/ou dor-d'olhos chamavam de *sapiranga*; à erupção da pele e/ou coceira inusitada, de *curuba*; e ao primitivo fogão de chão, formado com pedras, entre as quais queimavam as lenhas, de *tacuruba*, tal como Hans Staden referiu em suas obras.

Um dos mais sólidos princípios linguísticos nos ensina que "quanto mais distante dos grandes centros, mais conservadora é a língua". Daí por que, por mim indagada nossa idosa cozinheira Dona Ana Ricarda Ferreira, mãe da segunda esposa de meu saudoso pai, Elisabete, vulgo Albertina, sobre sua idade, redarguiu-me ela: - Ah! Seu Antoninho, já nem sei mais das minhas eras. A substituição da expressão anos de idade por eras se encontra nos fastos históricos narrados por Fernão Lopes antes dos anos mil e quinhentos em referência à idade dos antigos monarcas lusitanos.

A convite da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES), quando ainda não havia universidades em algumas das principais cidades mato-grossenses, ministrei vários cursos de Conteúdo e Didática da Língua Portuguesa, a docentes do ensino médio em Cuiabá, Campo Grande, Corumbá, Dourados e Ponta Porã. Numa daquelas ocasiões, subindo a rua ao lado do Hotel Santa Rita, onde os professores nos hospedávamos, ouvi a um velho fazendeiro semialfabetizado que ia à nossa frente, informar assim a seu interlocutor sua nova residência: - Compadre, agora eu e minha família estamos assistindo na rua do Coxim. Seria a única vez em minha vida que ouvira o verbo assistir com o sentido de habitar, morar, residir, somente encontrável nas gramáticas em que eu estudara meu encanecido português.

Feitas essas contextualizações de espaço e tempo, informo a meus possíveis leitores que tentarei, neste ensaio, apreciar os principais empréstimos tupinambás dos falares do noroeste maranhense de meados do século XX, que costumava escutar nas citadas férias escolares de minha adolescência nas cidades próximas ao povoado de São Bento de Guimarães, onde meu saudoso pai mantinha um movimentado comércio, como, dentre outros, os atuais municípios de Cedral, Jacarequara, Mirinzal, Parati e Japão.

3.2 - O mundo tupinambá da *Poranduba Maranhense*.

Para o fim que nos propomos, a mais importante das três obras aqui estudadas é a *Poranduba Maranhense*. Como, neste ensaio, visamos principalmente a analisar os usos e costumes, bem como a fauna e a flora daqueles lugares, cremos enriquecedor daquilo a que nos propomos aqui, tudo

o que foi levantado pelo glossário tupinambá-português do frei Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres (preparado por ele a partir de uma listagem anterior da autoria de um certo frei Onofre, obtida por ele diretamente em pesquisa de campo, que exerceu seu sacerdácio no Maranhão, provavelmente na primeira metade do séc. XIX, em suas andanças por lá, colheu muitas informações sobre a fauna e a flora da terra, bem como. Barafustando os manuscritos ali existentes, seu companheiro de ordem, frei Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres, português de Évora (08/07/1780 - (?) / 04/ 1852) encontrou-os e decidiu concluí-los. Daí nasceu a *Poranduba Maranhense*.

Na antiga tradição lusitana de divulgar as excelências das terras para onde levaram nossos colonizadores a fé e o império, a obra dedicou os vinte e nove capítulos iniciais a falar de sua localização geográfica, de seu clima, de seus governadores e bispos, e dos usos e costumes locais. Os capítulos seguintes da obra são dedicados ao levantamento das plantas, dos quadrúpedes, das aves e dos insetos voláteis, dos peixes e anfibios dos rios e lagos, e, finalmente, por completo desconhecimento à época, inadvertidamente afirma que "a mineralogia é pouca neste país; ela se reduz a pedra de granito calcárea, salitre, sal de Glauber, argilas, cal e sinais de ouro e prata".

É a mais longa e variada listagem de empréstimos tupinambás até hoje conhecidas, pois vai da pág. 189 à 277. A *Poranduba Maranhense ou Relação Histórica da Província do Maranhão*, editada inicialmente pela Revista Trimestral do I.H.G.B, tomo LIV, parte I, 1.º e 2.º trimestre (Rio de Janeiro/RJ, Laemmert, 1891). O corpus utilizado aqui é o do Dicionário abreviado da língua geral do Brasil, reescrita e complementada por outro membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no século XIX.

Na análise desse precioso documento, procuramos apreciar os radicais tupinambás mais produtivos na criação lexical, levantar os lemas acrescentados aos glossários tupinambás-portugueses que os precederam, bem como chamar à atenção dos interessados para os principais campos semânticos desses lemas reveladores de sua importância na cultura desses nossos heroicos ancestrais que habitaram o Estado do Maranhão no período colonial. Sem dúvida alguma, tarefa mais do que necessária para entender melhor como viveram os nossos ancestrais pré-cabralinos.

Para o fim que nos propomos, dela retiraremos e comentaremos os empréstimos tupinambás, respeitando, porém, a sua distribuição por áreas temáticas ali encontradas, começando pelo mundo vegetal. Importa ressaltar que seu editor final usava nos lemas ora o nome das árvores (vd. *ateira*); ora, a fruta (vd. *bacaba*), geralmente no singular.

3.3 - O mundo vegetal.

Em ordem alfabética, procuraremos definir apenas aquelas que forem árvores frutíferas de uso industrial ou medicinal de étimo, ou fornecedoras de material para a feitura de móveis e construções.

As frutíferas mais apreciadas são as que nos fornecem o *anajá*, de caroço oleoso; o *ananás*, considerada por muitos a melhor fruta brasileira;

o *araticum*, menos doce que a ata ou fruta-de-conde, da qual é aparentada; a *bacaba*, que dá um bom suco; o *bacuri*, de que se fazem boa geleia, saboroso doce, e, hoje, um dos melhores sucos e sorvetes; a *pacova* (=banana pequena); a *sapucaia*, que dá uns coquilhos comestíveis; a *titara*, produtora de um fruto vermelho; o *tucum*, que dá um coquilho oleoso e folhas de que se fazem tecidos; o *tuterubá* (hoje, no Maranhão se diz *tuturubá*) de polpa amarela e saborosa; o *urucu*, cujos pequenos caroços vermelhos são não só de uso culinário e medicinal, mas também serviam para os índios se adornarem com desenhos vermelhos e caprichosos por todo o corpo; a *urucurana*, coquilho oleaginoso de utilidade culinária.

As de uso industrial, como para a construção de casas e móveis, azeite, sabão e mezinhas são a amejuba (branca ou amarela); a andiroba; o angelim, o angico (ou paricá), cuja resina cura tosse; o aratibá, cuja madeira é avermelhada; o araticum, aparentado da fruta de conde, porem, menos saborosa; a aroeira, alta e de boa madeira; o axixá, também alta mas de madeira tenra: a bracutiara, de madeixa parda ondeada de preto: o caiá (hoje, no MA, cajazinho, para diferenca do cajá-manga ou cajá-do-Pará, bem maior: o *caiu*, cujo fruto é realmente a castanha, que se assa na brasa; da polpa dele se fazem doces, refrescos, sorvetes, picolés; a capeva, cuja erva é de uso oftálmico: a *caranoúba*, árvore de boa madeira: a *carnaúba*, de cujos troncos e folhas se constroem casas; o conduru, que dá madeira fina e avermelhada, ondeada de preto; a copaúba, hoje, no MA, copaíba, que dá óleo de uso medicinal e serve para lustrar móveis; a cotiúba, árvo- grande e de boa qualidade; o criuri, que produz uma fruta semelhante à cereja; o croá ou melão de caboclo, pouco apreciado; o croata, vegetal de que se extrai uma espécie de linho; o cumaru, árvore que dá uma fava aromática; o cururu, arvore alta, de madeira resistente; a cuia, fruto da cueira, cuja casca, após tratada e secada, serve de tigela ao suco de açaí ou buriti para regalo dos aficionados: a gamela, árvore cujo leite é medicinal; o gepió, árvore média de madeira branca muito apreciada; o gerupariboa, o m.g. pau-ferro; a geribeba, arbusto espinhoso; a gororoba, árvore grande de boa madeira; o guabiru, idem; o guandi, árvore grande; guandu ou guando, espécie de feijão; a guabiraba, espécie de feijão; imburaité, árvore pequena; inhaúba, árvore esbranquicada; o *iriri* (hoje *ariri*, no MA) palmeira pequena; a *jabuticaba*, fruta agridoce, pequena e arroxeada; a jaracatutiba, fruta rubra e doce; o ingá, fava de caroços doces; o inhame, radícula apreciada; a maçaranduba, tanto a -mirim, como a -açu dão um bom fruto; o ingá, fava de caroços doces; o inhame, radícula apreciada; a maçaranduba tanto a mirim como a a mandioca ou maniva, radícula comestível; o maracujá, fruta que se presta a sucos, picolés e sorvetes; e cuja flor é conhecida como a flor dos martírios; a guarapiranga, árvore média e de madeira resistente; o imburaité, árvore pequena; a ipecaquanha ou pacaonha, planta de uso curativo; a inhaúba, árvore

esbranquicada; o iriri, hoje ariri no MA, palmeira pequena; onde também é um topônimo; a jabuticaba fruta pequena e arroxeada; a jaracatutiba, fruta avermelhada e doce: o *jacaré-catinga*, fruto negro de sabor agradável: o *jatobá* ou *jutaí*, fruto saboroso: a *jucara* ou o *acaí*, fruto que consiste no invólucro comestível do caroco arroxeado de uma palmeira, que dá bons picolés, sucos e sorvetes; a maçaranduba, tanto a -mirim, como a -açu dão um bom fruto: a *mapá*, árvore de boa madeira cuio leite se acredita curar boubas: a marajá, palmeira espinhosa, cujo fruto é maior que o do anajá; o mastruz ou mastruco, de uso medicinal, rico em cálcio; mirim, árvore cuia resina dá um bom incenso; moconambu, planta usada para atordoar peixes e depois colhêlos facilmente; a mocajuba, coquilho adocicado; o muruci, hoje murici no MA), fruta pequenina e amarela que se presta a sucos, doces, geleias, picolés e sorvetes; o *mururi*, hoje *mururu* no MA, planta aquática; a *sacaca*, arbusto com cuja raiz se atordoa o peixe para mais facilmente pescá-lo; o murutim, hoje buriti no MA, fruto do tamanho de um ovo de galinha, recoberto de escamas vermelhas, de cuia polpa alaraniada se fazem doces, gelejas, picolés, sorvetes e sucos, a paparaúba, de madeira esbranquicada: a parura, árvore alta e de boa madeira; a pecaquanha ou pacaconha, planta de uso curativo, o pequipocuba, idem; a pequirana, de madeira fina e esbranquiçada; o pequi, coquilho de polpa fina amarelada e oleosa; o perinã, palmeira cujo fruto é mais grosso que o do anajá; a pitanga, fruta avermelhada e meio travosa; a pitomba, fruta pequeno de polpa fina e agridoce; a sambaíba, árvore cuja aspereza das folhas se presta a polir madeira; a sapupira, de boa madeira; a sapucaia, de cuja casca se faz estopa para calafetação de canoas e barcos; a sicantan, de madeira fina; a sumaúma, também chamada de barriguda por causa da aparência do seu tronco robusto; cujo fruto fornece enchimento de colchões e almofadas; a sucupira (branca ou preta) de madeira resistente: a tamanca, de madeira amarela; a tocoara (variante de taquara?); flexível e apropriada para a feitura das flechas dos índios; o taquipé, cujas cinzas sevem para ligar o barro de panelas e alguidares, bem como para ligar os fornos de fazer farinha de mandioca; a tatajuba (a amarela, a poca, a preta e a tinta), de boas madeiras; o tauari, cujas tábuas se chamam sapopemas; a timbaúba, de madeira forte; o timbó, cujo cipó é usado para atordoar peixes, e aprisioná-los para o deleite das mesas fartas.

3.4 - A título de conclusão.

No séc. XVI, grande serviço prestou o padre jesuíta canarino José de Anchieta à cultura brasileira com a publicação de sua *Gramática da língua geral mais falada na costa do Brasil*.

Assim como nosso pioneiro canarino abriu as portas europeias para as regras gramaticais e a leitura de uma língua índigena, os capuchinhos franceses setecentistas Claude d'Abbeville e Ives d'Evreux, e o lusitano frei Francisco

de Nossa Senhora dos Prazeres Maranhão renderam culto à língua dos meus ancestrais tupinambás.

No princípio do séc. XVII, os capuchinhos francês Claude d'Abbeville, que acompanhou a equipe de Daniel de la Touche, 'sieur de La Ravardière na frustrada tentativa de colonizar o Maranhão, sob a bandeira francesa, a mando da rainha de Médicis, apesar de lá haver vivido apenas cerca de quatro meses, de volta a Paris, fez editar em 1614, em francês, sua *História da missão dos padres capuchinhos à ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*, como vimos no primeiro destes três ensaios, em que se encontra um apreciávdel rol de palavras tupinambás.

Seguindo suas pegadas, também viveu no Maranhão, por cerca de quatro anos, seu superior hierárquico na ordem capucha, o frade Ives d'Evreux, que, em francês, na Paris de 1615, publicou sua *Continuação da história das coisas mais memoráveis acontecidas no Maranhão nos anos de 1613 e 1614*, obra que enriqueceu a lista de empréstimos tupinambás deixadas por seu antecessor.

Nos meados do séc. XVII, outro sábio jesuíta, o padre Antônio Vieira, que tanto se bateu para evitar que os índios maranhenses fossem escravizados pelos portugueses, chegou a dominar várias línguas indígenas do Maranhão para melhor interagir com eles, levando-lhes, na própria língua deles (repetimos), a mensagem dos Evangelhos. Suas lindas cartas e minuciosos relatórios nos dão conta dessa luta inglória e sem tréguas em favor dos nossos pobres ancestrais indígenas.

No séc. XVIII, frei Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres, que adjudicou o nome de |Maranhão ao seu, tanto ele o amava, escreveu sua famosa *Poranduba Maranhense*, obra em que, além de lhe exaltar as excelências, a partir dos papéis deixados por seu irmão de ordem, o frei Onofre, de certo modo completou os *corpora* de empréstimos tupinambás deixados por seus antecessores.

Enfim e ao cabo, glória a Deus nas alturas e aos homens de boa vontade como esses três abnegados.

Bibliografia ativa

PRAZERES, Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres. *Dicionário da Língua Geral do Brazil* [sic] In Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 1891. Veja-se também na mesma *Revista trimensal*, tomo I, 2.ª série, de 1846, à pág. 69, a *Coleção de etimologias brazílicas*, pelo mesmo autor da *Poranduba Maranhense*.

Bibliografia passiva

MARTIUS, Carl Friedrich Philip von. *Glossaria linguarum brasiliensis / Wörtermmlung brasilianischeer Sprahen*. Erlangen, Junge & Sohn, 1863.

LINGUÍSTICA DESCRITIVA, GRAMÁTICA NORMATIVA E EXCLUSÃO SOCIAL: CONSIDERAÇÕES NECESSÁRIAS FLEIDE DANIEL SANTOS DE ALBUQUERQUE¹

Resumo

Com base nos princípios metodológicos da descrição estrutural e funcional, nomeadamente nos postulados de Coseriu, Câmara Jr. e Herculano de Carvalho, este trabalho postula que a gramática normativa deve ser ensinada na escola e combate opiniões que associam esta gramática à imposição do dialeto das classes dominantes às classes desprivilegiadas. Justifica-se tal ponto de vista levando-se em conta a natureza da própria gramática no escopo de uma teoria da linguagem amplamente aceita. Concebe-se a gramática normativa como instrumento pedagógico cientificamente orientado contra posições que a veem como propagadora de preconceitos sociais e como uma forma de descrição ultrapassada para a realidade escolar brasileira.

Palavras-chave: linguística descritiva e funcional, gramática normativa, exclusão social.

Abstract

On the basis of the methodological principles adopted by descriptive and functional linguistics, namely Coseriu, Câmara Jr. and Herculano de Carvalho's viewpoints, this work defends the use of normative grammar at schools and opposes ideas that associate it to the imposition of high social class dialects to lower class students. We justify this point of view by taking into account the nature of grammar itself in the scope of a widely accepted language theory. We regard normative grammar as a scientific-oriented pedagogical tool against theoretical positions that see it as social prejudice-related and as a type of outdated language description for current Brazilian schools.

Key words: descriptive and functional linguistics, normative grammar and social exclusion

¹⁻ Fleide Daniel Santos de Albuquerque é mestre em língua portuguesa pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ – e professor assistente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

1. Introdução

Este trabalho postula que o ensino da gramática normativa deve integrar, sem constituir o centro de todas as preocupações, as atividades que se estabelecem para o ensino da língua portuguesa nos níveis fundamental e médio. Justifica-se tal posicionamento com base na pesquisa acadêmica sobre o fenômeno das línguas naturais e na necessidade de orientar o aluno no uso da variedade padrão da nossa língua. Combatem-se, desta forma, posições que associam o ensino da gramática normativa à imposição de um dialeto de uma suposta classe dominante sobre as formas linguísticas praticadas pelas classes desprivilegiadas. Argumentamos que o aspecto linguístico é que deve nortear, em primeiro lugar, a escolha da variedade linguística a ser enfocada no ensino de língua materna.

Reconhecemos que as acaloradas discussões a respeito do tema sempre buscam, em linhas gerais, a renovação, evidenciando quase sempre o suposto fracasso do ensino que, ainda calcado na tradição gramatical, não contribui para o desenvolvimento de uma boa expressão oral e escrita. Não obstante, por mais que apontem para o novo e critiquem o que já está arraigado na prática do ensino gramatical, as obras que tratam do assunto estão longe de apresentar uniformidade entre si.

Assim, critica-se a tão propalada inconsistência teórica da gramática tradicional normativa, ora com uma postura declaradamente radical², ora com um pouco de moderação. Apontam-se questões de ordem socioeconômica, com a gramática acusada de elitista e segregadora. Questiona-se amiúde a importância de um ensino que prima pelo domínio de uma nomenclatura em detrimento da expressão escrita clara e objetiva. Questiona-se a importância do ensino de gramática, tomado como ineficiente e até mesmo prejudicial ao ensino da língua padrão.

O debate deve prosseguir, mesmo com a ferocidade de alguns e a ponderação refletida de outros. Embora multifacetada e apontando em diversas direções, a discussão revela o sentido de mudança, de inquietação diante do atual estado de coisas. Entremos também no debate, mas não olvidando os problemas teóricos que antecedem e, por assim dizer, deveriam orientar a consideração da gramática como disciplina no escopo da prática pedagógica em si. Um ponto de vista mais intrínseco ao objeto do ensino confere-nos maior segurança ao lidar com uma questão sobretudo de ordem linguística, qual seja o ensino da gramática normativa perspectivado no de língua portuguesa.

^{2- &}quot;Acreditar na GT (Gramática Tradicional) como explicação válida da língua é acreditar no sistema ptolomaico como descrição acurada da Terra e do espaço extraterrestre". (BAGNO: 2001b: p. 18)

Acreditamos que as considerações de ordem meramente social ou filosófica, biológica ou psicológica enriquecem o debate e trazem luz aos problemas, dados os diferentes ângulos que os vários pontos de vista conferem ao observador. Entretanto, em se tratando do ensino de gramática, não abramos mão do aspecto talvez mais inerente ao ensino: o linguístico. Assim, antes de dizermos se a gramática oprime o homem ou não, se eleva a capacidade de pensamento abstrato, do raciocínio crítico, se se aplica ao aprimoramento da competência linguística do aluno ou se prejudica sua livre expressão, levemos também em conta a natureza da própria gramática. Corremos o risco de ser acusados de frios ou indiferentes aos problemas sociais, de descurar do ensino de língua como instrumento de ação contra-hegemônica, de minimizar a sua importância filosófica, de distanciá-lo dos métodos científicos das ciências naturais, tornando assim o ensino gramatical não científico e inconsistente. Tais ambições, se atacadas ou negligenciadas neste trabalho, extrapolam o âmbito da natureza da gramática de uma língua em si mesma e, em certa medida, de seu ensino.

Neste trabalho, por questões de espaço, manteremos nosso foco em desconstruir a ideia de que a gramática normativa imporia às classes populares, através da escola, o dialeto de uma suposta classe dominante. O posicionamento adotado aqui, apesar de descurar aspectos sociológicos, psicológicos, jurídicos e tantos outros, oferece a vantagem de distinguirmos o que constitui a natureza da gramática normativa daquilo que se diz, se pensa ou se faz dela nas salas de aula.

2. A gramática tradicional e a atitude normativa

Assim, quando se trata de ensinar a língua nas escolas, descarta-se de antemão a linguística descritiva sincrônica, consubstanciada na gramática descritiva do português em particular. Em geral os tratadistas estão longe de concordar que a linguística descritiva, tal como é praticada no meio acadêmico, deva consistir em disciplina escolar³, malgrado sejam capazes de fazer considerações que praticamente igualam o ensino da gramática àquele da gramática descritiva sincrônica da língua portuguesa como tal⁴.

Considerando o viés linguístico por que também devemos abordar o

^{3- &}quot;Mas é claro que a gramática não se confunde com a linguística, tendo em vista os próprios objetivos de cada uma. Enquanto a primeira, normativa, registra o uso idiomático da modalidade-padrão, a segunda, como ciência, estuda a linguagem articulada nos seus polifacetados aspectos e realizações". (BECHARA: 1995, p. 50)

^{4- &}quot;Se o objetivo do ensino é, também, desenvolver atitudes próprias do modo científico de conhecer a realidade, por que se deve evitar expor o aluno a situações de dúvida, típicas de qualquer ciência? (...) Quando falamos em sujeito e predicado (...) estamos falando de noções cujo conhecimento está sujeito à dúvida, porque são concebidas no quadro de um modo científico de conhecer". (AZEREDO: 2000, p. 259)

ensino de gramática, faz-se relevante que distingamos, a princípio, a gramática tradicional, enquanto corpo de teoria gramatical, da sua atitude normativa, já que esses estudos englobam obras que aspiram tanto a ostentar um caráter marcadamente científico quanto a servir a propósitos mais propriamente pedagógicos:

Ora mais propriamente normativas, se limitam a apresentar uma norma de comportamento linguístico, de acordo com a sempre repetida definição – "arte de falar e escrever corretamente". Ora, mais ambiciosas e melhor orientadas, procuram ascender a um plano que bem se pode chamar científico em seus propósitos, pois procuram explicar a organização e o funcionamento das formas linguísticas com objetividade e espírito de análise. (CÂMARA JR.: 1996a, p. 11)

Tal distinção é pertinente porque o abandono do prisma adotado pela gramática tradicional nos estudos linguísticos, com a substituição de critérios logicistas e impressionistas por uma atitude rigorosa baseada na observação empírica, não deve implicar o descarte da atitude normativa, que não foi reformulada e compreendida nos termos dos avanços da pesquisa em teoria da linguagem. Afirma-se que o termo gramática tradicional refere-se a um tipo de gramática hoje praticada pelos gramáticos e lecionada nas escolas⁵, mas tal estudo não mais sequer existe desde que a linguística começou a imporse como disciplina autônoma e a denunciar os critérios em que se assentava esta gramática. O estudo descritivo, tal como apareceu nas primeiras décadas do século passado, surgiu em oposição à própria gramática tradicional. Dado o problema de não se separar a atitude normativa da tradição gramatical, argumenta-se que a primeira também deveria ruir, uma vez denunciada a inconsistência teórica da última⁶. Muitos dos posicionamentos com relação ao ensino se limitam a culpar a atitude normativa pela inconsistência teórica da gramática tradicional e não reinterpretam a normatividade no escopo da própria pesquisa em linguística teórica⁷. A gramática normativa, com isso, permanece não vista sob novos cânones e continua a ser encarada como

^{5- &}quot;De fato a gramática tradicional estabelece regras de um predeterminado modelo ou padrão da língua, para aqueles que já dominam outra variantes dessa língua e também algumas regras daquela variante que é a padrão". (SILVA: 2001, p. 12)

^{6- &}quot;Explicitando: há hoje os que defendem a imposição da gramática prescritiva, segundo as normas idealizadas e propostas por uma tradição já superada e há – acredito que em minoria – os que querem criar condições para que a voz, a palavra, os discursos diversos, diferentes daquele, tenham a sua vez. (id., p. 14)

^{7- &}quot;Estudando a história da filosofia, das ciências e das demais formas de saber, topa-se com um fato histórico surpreendente: a Gramática Tradicional – que ainda é, de longe, a máxima fonte de inspiração doutrinária para o ensino da língua portuguesa no Brasil e para as atividades econômicas a ele associadas (indústria editorial, mídia e multimídia) – repousa até hoje em bases epistemológicas que remontam a uma fase da história do conhecimento humano anterior ao que se convencionou chamar de 'inícios da ciência moderna'." (BAGNO: 2001b, p. 18)

prejudicial ao ensino por parte de alguns membros da academia.

A concepção de gramática normativa é, destarte, ainda equacionada a um mero preceituário de como se deve "falar e escrever corretamente", como nos tempos em que Mattoso Câmara lutava pelo ensino da linguística nas universidades brasileiras, independentemente das circunstâncias em que ocorre a interação comunicativa. Em segundo lugar, além de reduzida a mero sinônimo de gramática tradicional, não é encarada dentro de uma ótica atualizada, a qual leva em conta os pressupostos da educação linguística e o seu lugar perante a descrição estrutural e funcional de uma língua como a portuguesa, como mostraremos linhas adiante. A gramática tradicional ruiu como estudo científico de uma língua, mas isso não implica que a atitude normativa, ou a própria gramática normativa, não deva existir ou não se aplique à sala de aula, muito menos que a gramática escolar deva se aproximar da descritiva⁸.

Atribui-se à gramática normativa, na maioria das vezes ainda identificando-a com uma mera tradição gramatical, um caráter autoritário, dogmático, longe da realidade do ensino; vê-se nela o instrumento de uma suposta classe dominante para sobrepujar a expressão linguística das classes ditas subalternas⁹; atribui-se a ela o fracasso escolar daqueles que devem substituir sua linguagem por aquela imposta pela escola e pela sociedade, que, por si mesma, é injusta e segregadora. Tal visão corrobora o fato de que ainda é identificada com a antiga educação linguística, deixando de ser reinterpretada e analisada segundo concepções atuais de ensino e de funcionamento das línguas naturais.

3. O ponto de vista linguístico

Em se tendo por parâmetro a natureza da gramática, e não somente enfoques sociais, psicológicos, jurídicos e afins, faz-se necessário discutir o lugar da gramática normativa diante da descritiva, assim como o posicionamento desta no ordenamento dos fenômenos da linguagem no escopo

⁸⁻ Bechara opta pelo termo gramática escolar, em vez de gramática normativa, talvez tentando evitar o desgaste atribuído ao termo normativa. Não deixa de mencionar, no entanto, no prefácio de sua obra, o público-alvo em questão: "Esta *Gramática Escolar da Língua Portuguesa* destina-se a alunos das últimas séries do curso fundamental e todo o curso médio". (BECHA-RA: 2002)

^{9- &}quot;Se transpomos, entretanto, para hoje, aquilo que a gramática tradicional remete podemos ver que ela reforça o "dialeto da elite", que ela reforça padrões de uso que são próprios a uma classe dominante, que o seu ensino (quer bem ou mal feito) faz silenciar outros usos". (SILVA: 2000, p. 13)

de uma teoria linguística geral mais amplamente aceita. Antes de querer substituir a gramática normativa por qualquer outra, ou de aproximar o ensino escolar da cientificidade da gramática descritiva, ou mesmo de abolir o ensino gramatical, é salutar fazermos uma explanação sobre uma teoria da linguagem em si¹⁰. Sabendo exatamente o lugar ocupado pela gramática descritiva diante dos fenômenos linguísticos, teremos a medida exata do alcance da gramática normativa, tanto em termos da sistematização da teoria gramatical possível e exequível, como do que se pode esperar dela no ensino, se se concorda que o ensino gramatical deve haurir na descrição da língua portuguesa, e não na lógica e em comentários impressionistas pura e simplesmente, suas diretrizes conceituais.

Desta forma, nossa abordagem parte do pressuposto de que os avanços na teoria linguística têm repercutido nas descrições gramaticais voltadas para o ensino fundamental e médio, o que ainda é sistematicamente negligenciado por alguns tratadistas. Além disso, partimos do fato de que o rompimento com critérios logicistas e impressionistas não implica o descarte da atitude normativa, dada sua relevância sociocultural e o seu papel no ensino escolar. A partir disso, colocamo-nos contra propostas que veem no ensino gramatical normativo um atraso ou mesmo um retrocesso para a escola atual¹¹, bem como a imposição de um suposto dialeto da classe dominante¹².

4. A tarefa da gramática descritiva: descrever uma ordem de fenômenos específica

Falemos então das considerações teóricas necessárias ao entendimento do papel da gramática normativa cientificamente orientada nos dias atuais. Coseriu distingue três níveis na estrutura geral da linguagem: o universal, o histórico e o individual. Ademais, com base em Humboldt, o linguista

¹⁰⁻ O quadro teórico a ser esboçado aqui é uma das interpretações do fenômeno geral das línguas naturais, notadamente o que propõe o linguista Eugenio Coseriu. Não pretendemos que as considerações teóricas ventiladas se erijam como estatuto da verdade. Outros posicionamentos teóricos são possíveis e respeitamos seus pontos de vista. A vantagem desta abordagem é levarmos em conta uma teoria da linguagem para justificar o ensino da gramática normativa, o que serve de parâmetro para balizar considerações de ordem social, psicológica ou antropológica sobre como deve ser o ensino de língua portuguesa.

^{11- &}quot;O ensino da gramática com intuitos eminentemente normativos tem-se aproveitado das teorias linguísticas dominantes". (BECHARA: 1995, p. 51)

^{12- &}quot;As gramáticas normativas brasileiras permanecem apegadas ao mito da 'língua única' e se apresentam como 'descrição' de uma variedade linguística supostamente empregada pelas 'pessoas cultas' do país, isto é, pelas classes dominantes, apresentando-a sempre como o 'padrão' a ser imitado". (BAGNO: 2001b, p. 26)

argumenta que tais níveis podem ser enfocados sob outros três pontos de vista, conforme a linguagem seja tomada como atividade, saber ou produto. Em sua explanação, chega a um quadro sinótico (COSERIU: 1980, p. 93), que reproduzimos abaixo, em que praticamente mapeia a estrutura geral da linguagem, mostrando como se dá o entrelaçamento dos níveis e dos pontos de vista acima:

	atividade	saber	produto
nível universal	falar em geral	saber	totalidade do
		elocucional	falado
nível histórico	língua	saber	(língua
	concreta	idiomático	abstrata)
nível	discurso	saber	"texto"
individual		expressivo	icato

Visando estabelecer o lugar da descrição gramatical e funcional no escopo do fenômeno geral da linguagem, portanto, Coseriu discorre sobre cada um dos itens do quadro, fazendo referência principalmente a Saussure e Wittgenstein. Vamos, aqui, por razões de espaço, restringir nossa atenção ao conceito de língua abstrata¹³ e suas contrapartes nos níveis universal e individual. Em primeiro lugar, situemos o lugar ocupado pela gramática descritiva na estrutura geral da linguagem. Admitindo-se que a gramática normativa deve haurir na descritiva os subsídios necessários à sua atualização e revisão, definir o lugar desta implica apontar também o lugar daquela perante a linguagem. Tal enquadramento se faz necessário também para compreendermos melhor o recorte linguístico possível para a gramática normativa escolar, antes de dizermos se ela privilegia este ou aquele dialeto de forma arbitrária ou opressora, assim como seu papel no ensino escolar.

Temos, então, no nível universal, a totalidade do "falado", ou "a totalidade do que se disse (ou ainda que se pode dizer, sempre que se considere como "coisa feita")" (COSERIU:1980, p. 93). No nível individual, "a linguagem [...]como produto é um texto (falado ou escrito)" (*id, ib*). Assim, a totalidade do falado é inapreensível pelos indivíduos, uma vez que engloba tudo que é dito nos discursos de todos os pertencentes a uma comunidade linguística, ao passo que o texto é o produto de um ato linguístico carreado por determinada pessoa, perfeitamente delimitável e reconhecível por um ouvinte/

¹³⁻ Em ALBUQUERQUE, Fleide D. S. de. *Da Pesquisa Linguística ao Ensino da Gramática Normativa*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado (UERJ), 2004, fazemos uma exegese completa da estrutura geral da linguagem tal como concebida por Coseriu.

escritor que decodifica o que outrem falou ou escreveu.

A totalidade do falado, assim explicitada, emana do falar em geral, de modo que não se pode vislumbrar uma possível totalidade do escrito como produto da linguagem. O saber escrever – abrindo mão de um rigor maior, visto que desnecessário – é uma técnica aprendida posteriormente com base no próprio falar de uma língua especifica, não integrando, assim, o saber elocucional, mas o saber expressivo. Este, por outro lado, definido como o saber relativo à elaboração dos discursos, entre os quais se encontra o discurso escrito, abarca, por conseguinte, o saber referente às construções de enunciados orais, assim como o referente à manipulação do código escrito em qualquer grau de elaboração.

Não obstante, no nível histórico,

a língua não se apresenta nunca de modo concreto, uma vez que tudo que nesse nível se "produz" (se cria) ou redunda num *hápax* (expressão dita uma única vez) ou, se se adota e se fixa historicamente, passa a fazer parte do saber tradicional. Nesse sentido, a língua não é nunca [...] produto, só pode ser a *língua abstrata*, isto é, a língua extraída do falar e objetivada numa gramatica ou num dicionário. (COSERIU: 1980, p. 93)

O conceito de língua abstrata é de suma importância para evidenciar o lugar ocupado pela descrição estrutural e funcional de uma língua concreta, bem como para combater os comentários enganosos ditos sobre a gramatica normativa. Esta ocupa um lugar definido em face da gramatica descritiva para não ser contraproducente ou para estar livre de inconsistência teórica tanto quanto possível, tendo de ser interpretada em função do papel que deve desempenhar no ensino escolar.

Em primeiro lugar, como se verifica no quadro sinótico, temos a oposição concreto/abstrato para a linguagem como atividade, no nível histórico, e como produto, no mesmo nível, respectivamente. A língua concreta se nos apresenta como algo observável, na medida em que é executada por uma massa de falantes. Entretanto, sua concretude não pressupõe que uma língua histórica seja algo tangível, perfeitamente delimitável no tempo e no espaço por uma descrição gramatical. Citando Saussure, Coseriu afirma que "daquilo que é efetivamente a langue se pode dar uma ideia através de uma gramática e de um dicionário" (COSERIU: 1980, p. 94). Concreto deve ser entendido como realização de um saber idiomático, em si mesmo indescritível em toda a sua plenitude. A descrição gramatical tem de definir previamente a

ordem de fenômenos a serem investigados dentro da língua concreta, optando por uma confluência de variedades ao mesmo tempo diatópicas, diastráticas e diafásicas. Seria uma pretensão exacerbada pretender que a gramática descritiva desse conta de toda a amplitude de uma língua histórica, que se acha alicerçada no saber idiomático de uma massa falante.

A língua enquanto produto só pode ser abstrata porque jamais refletirá a língua concreta ou o saber idiomático como tais, sendo antes o resultado da observação e sistematização dos fatos linguísticos. Trata-se de uma língua objetivada numa gramatica ou num dicionário, em oposição ao saber idiomático, em si mesmo subjetivo porque somente é percebido e realizado por toda uma comunidade linguística. Mesmo delimitando um feixe de variedades diatópicas, diastráticas e diafásicas dentro de uma língua concreta, a gramática descritiva só nos poderá dar uma impressão, ou seja, uma visão aproximada da realidade e da amplitude dos fatos, do que é realmente uma língua natural.

O objeto próprio da descrição linguística, entendida como descrição estrutural e funcional, é, justamente, a "língua funcional" ou, repetindo mais uma vez: um só "dialeto", considerado em determinado "nível" e num determinado "estilo de língua". (COSERIU: 1980, p. 114)

O observador desatento, portanto, será tentado a ver, na escolha de determinada língua funcional, a exclusão dos falantes das línguas funcionais não contempladas pela descrição. Tal escolha se faz necessária, a princípio e em princípio, por uma necessidade metodológica, a não ser que nos deixemos levar pela infantilidade de querer realizar a descrição de mais de uma língua funcional. A necessidade de se optar por uma ordem de fenômenos específica tem seu início na própria gramática descritiva, portanto, o que repercute necessariamente na gramática normativa, se se concorda que esta deve encontrar naquela os subsídios adequados à teoria gramatical veiculada pelo ensino escolar

Tenhamos em mente, por assim dizer, os seguintes fatos: a atitude de eleger determinada língua funcional se impõe pelo próprio método de descrição linguística. Consequentemente, a gramática normativa, para não ser contraproducente, haverá de herdar uma atitude seletiva diante do mosaico de variedades linguísticas que constituem uma língua histórica.

5. Gramática descritiva, gramática normativa e ensino

Assim não percamos de vista o sentido de língua abstrata conferido

à gramática descritiva. Se se tem em mente o ensino escolar e, dessa forma, um objetivo de atender indiretamente ao ensino, a gramática descritiva deverá contemplar a língua usada em situações comunicativas para as quais é necessário o devido preparo linguístico, como se observa nas considerações de Câmara Jr. quando da elaboração de sua gramática descritiva do português:

se a língua é variável o espaço e na hierarquia social, ou ainda num mesmo indivíduo, conforme a situação social em que se acha, a gramática descritiva pode escolher seu campo de observação. Se ela tem em vista, indiretamente, o ensino escolar, (...), a escolha está de certo modo predeterminada. A descrição não tomará por base, evidentemente, uma modalidade popular ou remotamente regional. Muito menos vai assentar num uso elaborado e sofisticado, como é, por exemplo, a língua da literatura. Partirá do uso falado e escrito considerado 'culto', ou melhor dito, adequado às condições formais de intercâmbio linguístico no sentido inglês do adjetivo. (CÂMARA JR.: 1996a, p. 16)

Quando se refere à descrição que vise "indiretamente" ao ensino, Câmara Jr. privilegia uma descrição que dê conta do uso falado e escrito nas situações formais de interação comunicativa. O deslocamento pedagógico se daria, desta forma, no sentido da apreensão de formas linguísticas impassíveis de serem aprendidas no convívio familiar ou nas situações cotidianas de intercurso linguístico. Além disso, pressupõe um ensino calcado no desenvolvimento da competência comunicativa, porquanto não faria sentido elaborar uma gramática descritiva para o uso falado e escrito em circunstâncias formais se a comunicação em tais situações foge ao âmbito do ensino de língua¹⁴.

Além disso, Câmara Jr. introduz um fato novo na descrição, pois partirá "do uso falado e escrito considerado 'culto'". Citemo-lo novamente para verificarmos o que ele quis dizer com tal espécie de uso linguístico:

na língua comum, ou língua nacional, isto é, comum a toda uma nação, tende a constituir-se, a partir de certo estágio de civilização, uma modalidade de seu uso, dita língua culta, que serve para as comunicações mais elaboradas da vida social e para as atividades superiores do espírito. Superpõe-se à língua cotidiana, e dela se

¹⁴⁻ Em nenhum momento Câmara Jr. diz que não se deve respeitar o estágio de amadurecimento do aluno ou que devem ser desprezadas outras variedades diafásicas, diatópicas ou diastráticas no ensino escolar. O linguista tem em mente a formação de um cidadão capaz de fazer uso de uma modalidade de língua presente na comunicação cultural e científica de um país, como ficará claro linhas adiante.

distingue principalmente – a) pela maior nitidez e constância na fonação, b) pela maior coerência e fixidez nas formas gramaticais, c) pela maior riqueza e sutileza do léxico. É na base da língua culta que se constitui a língua escrita. (CÂMARA JR.: 1996b, p. 58)

Trata-se de entender a gramática normativa e a própria língua padrão, termo usado de forma tão estereotipada e preconceituosa por certos autores¹⁵, tendo em mente um critério linguístico antes de qualquer outro. A língua culta, explicitada desta forma, não consiste em variedade desta ou daquela classe social, não estando a serviço da imposição de determinado dialeto aos falantes de outras variedades linguísticas. O uso culto emana, como se vê, da língua comum, de um fenômeno linguístico com que a totalidade dos falantes entra em contato em maior ou menor grau.

Temos, dessa forma, uma modalidade da língua ainda mais homogênea, "pela maior coerência e fixidez nas formas gramaticais", por exemplo, e de incomparável tangibilidade, porque é na língua culta que se espelha a língua padrão¹⁶, podendo esta servir de parâmetro aproximativo para aquela. Tudo isto torna a tarefa da pesquisa linguística ainda melhor exequível, conseguindo-se maior grau de coerência interna e credibilidade descritiva.

Falar da língua culta, e da gramática normativa, sob um ponto de vista estritamente linguístico, desprezando malquerenças e outras superstições¹⁷, significa falar de uma variedade de uso da língua que, além de representar um meio termo entre os falantes – pois todos estariam em condições de aprendê-la –, surge também em função do exercício de reflexão do homem sobre sua linguagem¹⁸.

Temos então dois objetivos que acabam convergindo um para o outro: <u>a necessidade de</u> tornar a descrição linguística metodologicamente viável 15- "Sou a favor do ensino da norma-padrão para que os alunos oriundos das camadas sociais desfavorecidas (ou seja, a imensa maioria da população brasileira) possa ter como lutar com as mesmas armas do 'inimigo'. (BAGNO: 2001b, p. 158)

- 16- Doravante tomemos o termo língua padrão como equivalente de língua culta escrita.
- 17- "Me parece muito instrutivo comparar a Gramática Tradicional à Alquimia e à Astrologia. Cada uma dessas três pseudociências, (...), está na origem de uma ciência, no sentido moderno desse termo: respectivamente, a Linguística, a Química e a Astronomia. Gramática Tradicional, Alquimia e Astrologia baseiam-se em visões de mundo, da natureza e do homem incompatíveis com tudo o que atualmente se sabe a respeito do mundo, da natureza e do homem". (BAGNO: 2001b, p. 22)
- 18- Em nenhum momento Coseriu declara que toda a pesquisa deve se orientar somente pela língua comum. A opção por ela revela a necessidade de levar a cabo uma descrição de interesse prático para o todo da sociedade, principalmente quando se pressupõe o ensino escolar como responsável pela inserção do cidadão na atividade cultural de um país e na compreensão e debate das ideias veiculadas pelo discurso refletido escrito e falado formal.

coincide com o objetivo de descrever a língua funcional mais difundida na sociedade, revelando no escopo da língua comum, em termos do ensino de língua materna, a ordem de fenômenos intrínsecas à língua culta. Algumas das mais conhecidas descrições elaboradas para o português seguem estes princípios metodológicos:

Na elaboração da presente Gramática, optei por considerar o padrão geral, aquela variedade da língua que se manifesta de maneira uniforme nos textos técnicos e jornalísticos de todo o país. (PERINI: 2002, p. 26)

O objetivo desta gramática é a variedade padrão escrita do português em uso no Brasil. (AZEREDO: 2008, p. 25)

A Gramática da Língua Portuguesa Padrão, descritiva, normativa e crítica, (...), é uma tentativa de sistematização da tradicional teoria gramatical do português acadêmico, objetivando uma reflexão crítica sobre o estado atual da língua portuguesa no que ela tem de sistemático, de gramatical, e, sobretudo, sobre a importância da norma padrão no livro didático, em sua função sociocultural. (HAUY: 2014, p. 33)

6. Gramática normativa e exclusão social: conceitos e preconceitos

Se pretendemos lançar mão de uma descrição linguística, mormente que sirva de base para o ensino, livre de controvérsias e cientificamente orientada, não tenhamos em mente uma gramática que oponha dados pertencentes a línguas funcionais diferentes — porque estes fenômenos não apresentam oposição entre si — ou uma língua funcional específica — porque não seria a mais difundida na sociedade. O conceito de língua padrão, no escopo, portanto, da pesquisa linguística, permite-nos distinguir claramente o que há de estereótipo e confusão relativos ao uso da gramática normativa na escola.

Tais problemas se apresentam num círculo vicioso que parece não ter fim, sempre que se considera uma língua funcional, ou uma variedade padrão da língua portuguesa, sob aspectos outros em detrimento do linguístico propriamente dito:

Todo padrão é estabelecido com vistas a uma uniformização, a uma homogeneização de formas e usos, situando-se por cima e por fora de toda variabilidade, de toda heterogeneidade. Como é sabido, a característica precípua da norma padrão é supor uma língua

descontextualizada (...). Com tais argumentos é possível criticar (e descartar) o uso de outras expressões como língua padrão e dialeto padrão. (...) O conceito de norma só pode ser bem apreendido e analisado quando se abandona o campo estritamente linguístico e se recorre a outros pontos de vista, como o antropológico, o histórico, o sociológico, o psicanalítico, o pedagógico, o jurídico, etc. (BAGNO: 2001a, p. 11)

A não ser que abramos mão de uma gramática descritiva livre dos problemas metodológicos mencionados acima e, em seguida, de uma gramática escolar cientificamente orientada, não se compreende como se poderia estabelecer um padrão considerando a variabilidade linguística em toda sua amplidão. Um fenômeno que reúne em si mesmo um espectro de coincidências verificadas na própria diversidade linguística é tomado por alguns renomados autores como algo que se situa "por cima e por fora de toda variabilidade". O que antes pressupõe a própria variabilidade linguística e consiste numa necessidade metodológica é inversamente interpretado como um defeito. O que deveria ser encarado como um mérito — como uma democracia linguística (para usar um termo sociopolítico...), estabelecida para todos os falantes, em que nenhuma língua funcional efetivamente falada pelos estratos sociais e culturais entra no que se considera como língua padrão — é deturpadamente visto como um fato de "homogeneização de formas e de usos", num sentido autoritário.

A língua padrão, tal como estabelecida por uma descrição estrutural e funcional cientificamente plausível, emana da própria heterogeneidade linguística, antes pressupondo-a do que superpondo-se a ela, haurindo nas línguas funcionais existentes numa comunidade linguística o que há de comum entre elas em termos das três ordens de variações vistas acima. Finalmente, a língua padrão só pode ser descontextualizada no sentido de que retrata a invariabilidade profunda, e não uma língua funcional específica, com o objetivo de atender a todos, consistindo na variedade mais difundida numa comunidade linguística.

A não ser que se admita que um ensaio científico possa ser redigido da mesma forma que uma carta endereçada a um ente querido, que se chegue à conclusão de que o uso linguístico apropriado em uma entrevista seletiva para o cargo em uma empresa coincida com o mesmo adotado em uma conversa entre amigos em um restaurante, abramos mão desse conceito de língua padrão e, na outra extremidade, da própria necessidade de uma gramática descritiva orientada para o ensino.

Prossigamos, assim, na nossa tarefa de dissipar estes mal-entendidos,

analisando a afirmação de Câmara Jr¹9 à luz dos resultados obtidos pelos estudos da linguagem. O que o autor chama de "atividades superiores do espírito" não deve ser entendido como o oposto das atividades inferiores, desempenhadas por indivíduos ditos igualmente inferiores, vítimas da opressão social que permeia o ensino escolar. Neste sentido, não cabe dizer que o ensino normativo prega que a língua falada pelas crianças pobres deveria ser substituída por outra, a chamada imposta pelas classes ditas dominantes para a manutenção do *status quo*, ou que a língua padrão consiste no ideal linguístico objeto de preocupação daqueles possuidores de uma linguagem estigmatizada, contribuindo, na verdade, para a demarcação das desigualdades sociais. Por atividades superiores do espírito Câmara Jr. se refere especificamente àquelas situações em que o uso da linguagem coloquial espontânea, entendida aqui como uma variação no registro ou como uma língua funcional distinta da língua padrão, não seria adequado. Trata-se do uso da língua como veículo da manifestação cultural e científica.

A definição também não permite entrever que o conceito de língua culta, ou língua padrão, implique a existência de uma língua inculta, desprezível, usada por aqueles que a escola deve "socorrer" com o devido inculcamento de uma modalidade considerada "superior". Falamos aqui da habilidade de usar a língua em situações em que o falante / escritor precisa praticar uma técnica linguística específica, inapreensível espontaneamente no convívio familiar e, por isso, ministrada na escola.

Uma vez entendido que a norma padrão se faz necessária por injunções de ordem prática na sociedade, apresentando-se como a língua funcional mais difundida nos sentidos da variedade linguística e base da língua escrita, não nos esqueçamos do viés linguístico por que ela deve ser enfocada e não entremos em considerações de caráter puramente sociológico, passíveis de contestação no final.

Para tomarmos um exemplo, dizer que o "dialeto padrão" pertence às classes dominantes é ignorar que uma língua natural, composta de subsistemas que recobrem variedades diatópicas, diastráticas e diafásicas, seja um complexo de heterogeneidades. Parte-se de uma posição extremista em que uma língua funcional, ou variante, ou um dialeto se reduz a somente um

¹⁹⁻ Transcrevemos aqui o trecho aludido, para facilidade de consulta: "na língua comum, ou língua nacional, isto é, comum a toda uma nação, tende a constituir-se, a partir de certo estágio de civilização, uma modalidade de seu uso, dita língua culta, que serve para as comunicações mais elaboradas da vida social e para as atividades superiores do espírito. Superpõe-se à língua cotidiana, e dela se distingue principalmente – a) pela maior nitidez e constância na fonação, b) pela maior coerência e fixidez nas formas gramaticais, c) pela maior riqueza e sutileza do léxico. É na base da língua culta que se constitui a língua escrita". (CÂMARA JR.: 1996b, p. 58)

tipo de variação, a social, a tal ponto de considerar-se o "dialeto padrão" tão somente em termos da estratificação social, levando-se em conta, portanto, as variedades diastráticas como definidoras do que venha a ser um dialeto padrão em relação a um não padrão:

Quer se trate de educação compensatória, (...) e quer se trate de educação para o bidialetalismo funcional, (...) o que se propõe, sempre é, explicitamente, a imposição do dialeto padrão das classes dominantes (...) e, implicitamente, a sujeição dos dialetos não padrão a um dialeto padrão. (SOARES: 2000, p. 53)

Tendo em mente uma perspectiva meramente social, é natural que este aspecto se sobressaia em uma argumentação do tipo, dependendo da ideologia em causa. Se tivermos em vista, por outro lado, a formação linguística voltada para o engajamento do aluno na vida cultural e científica, o prisma há de ser outro, concordando que "o objetivo precípuo da escola consiste na formação, aperfeiçoamento e controle das diversas competências linguísticas do aluno" (BECHARA: 1995, p. 40). Desse modo, mais linguística que socialmente falando, a língua padrão se erige em torno daquilo que é comum numa comunidade linguística, não tão marcada pelas diferencas dialetais presentes nos discursos de falantes de regiões ou classes sociais diferentes. A língua padrão, entendida por um viés científico, não pode ser atrelada ao uso específico de uma determinada classe social, como querem alguns. Às vezes é muito mais difícil atacar o problema frontalmente e dizer que a classe dominante, se é que tal porção da sociedade é dessa forma delimitável, achase mais aparelhada tanto em termos de recursos humanos quanto materiais para dominar a língua padrão.

Dada a divergência de pontos de vista e a desconsideração da natureza da própria gramática descritiva – e de sua contraparte no ensino, a gramática normativa – o ensino da língua comum merece algumas ressalvas por parte dos professores que militam na escola, no sentido de alertar os usuários do português e, consequentemente, a sociedade em geral, de que a língua lecionada serve a propósitos bem definidos, como os mencionados acima, não se identificando com a totalidade da língua tomada de forma homogênea. O que possui caráter homogêneo é a língua abstrata, aquela extraída do falar e sistematizada na gramática descritiva. A língua concreta, por sua própria natureza, só pode ser encarada de forma heterogênea. Opiniões mais ponderadas nos permitem distinguir o que é a gramática normativa do que se diz ou se faz dela na escola:

Soares (1979: capítulo 9) diz que às vezes é preciso ensinar *gramática normativa*. Para nós isto deve ser feito sempre porque representa desenvolver a competência comunicativa do aluno de forma que ele seja capaz de utilizar adequadamente também a variedade padrão culta da língua, que é uma variedade importante por seu papel e *status* social, inclusive de veículo, no modo escrito, de toda a produção cultural. Todavia, isto deve ser feito deixando bem claro para os alunos o papel dessa gramática normativa de forma a evitar a formação de preconceitos e a inculcação de incompetência que levam egressos de nossas escolas a declararem em bom Português que não sabem Português ou Português é uma língua muito dificil. (TRAVAGLIA: 2002, p. 229)

Este ponto de vista deve integrar as preocupações do professor em sala de aula, no sentido de alertar os alunos para o perigo de supor, por exemplo, que uma forma linguística é intrinsecamente mais apropriada para a expressão linguística. O que deve reger o uso desta ou daquela expressão ou palavra é a aceitabilidade nesta ou naquela situação comunicativa, sendo a gramática normativa aquilo que orienta o usuário da língua nas ocasiões mais formais e no discurso refletido.

A identificação da língua padrão com a classe dominante é talvez explicável pela associação do falar das classes mais privilegiadas economicamente com o registro formal. Em outras palavras, estabelecese um paralelismo implícito entre nível social e registro engravatado, com as variedades diafásicas formais sendo mais típicas do meio social mais elevado política e economicamente. Temos então uma outra ordem de desentendimentos, baseada na confusão entre os planos diafásico e diastrático do uso linguístico.

Não obstante, em se tratando do ensino de língua, a gramática normativa constitui um "corpo de recomendações de como se deve dizer, subjetivamente selecionadas e fixadas por larga tradição entre os falantes de nível superior de uma comunidade, especialmente no uso escrito. É uma gramática que tem finalidade didática" (BECHARA: 1995, p. 71).

Assim, em primeiro lugar, não se deve identificar o ensino como veiculando um "dialeto padrão" da classe opressora, pois a gramática escolar cientificamente orientada privilegia uma variedade sinfásica, especialmente a língua escrita no registro formal, em detrimento do falar coloquial. Não são as variedades diastráticas que servem, em primeiro plano, como parâmetro para a composição da gramática normativa.

Em segundo lugar, quando se alude aos "falantes de nível superior",

é preciso ter em mente todos aqueles usuários da língua que participam mais ativamente da vida intelectual de um país. Os desentendimentos são gerados também quando se emprega o termo falante para designar o usuário de uma modalidade linguística essencialmente escrita. Conclui-se que a língua padrão retratada na gramática normativa é efetivamente "falada pelas classes dominantes", principalmente se se interpreta o termo "nível superior" como relativo à classe superior ou opressora.

Conseguintemente, perde-se vista o fato de que existem usos da língua mais elaborados, complexos, ou "superiores", em oposição aos usos mais espontâneos, descontraídos, típicos da conversa informal. Câmara Jr. fala em "atividades superiores do espírito", embora não explicando exatamente o que quer dizer com tal expressão, na mesma acepção que Bechara.

Em terceiro lugar, pretender que o ensino de língua imponha o uso linguístico da classe opressora é afirmar que todos os falantes de formação acadêmica superior ou que fazem uso, por um motivo ou por outro, da língua padrão pertençam à classe dominante. No mais, cabe perguntar como deverá ser usada a língua pelas classes desfavorecidas no registro formal. Será que, das situações sociais mais importantes, só participam aquelas pessoas oriundas das classes sociais mais elevadas? Se houver um fundo de verdade nisso, tratase mais propriamente das precárias condições materiais de acesso à educação e à informação em que se acham os menos favorecidos. A língua padrão serve para as comunicações mais elaboradas da vida social, não se tratando, em princípio, do uso linguístico desta ou daquela classe social.

7. Conclusão

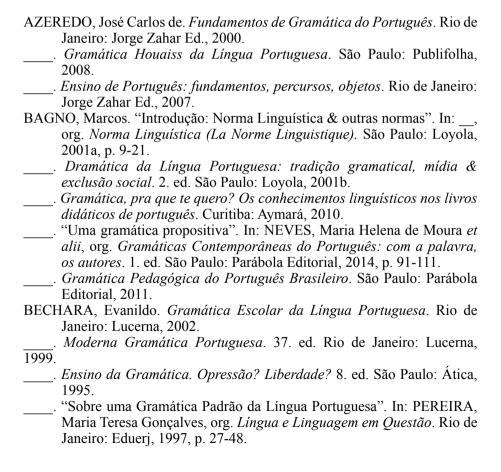
Dado o exposto, se se insiste em tratar como exclusão social a opção pela língua comum culta no ensino escolar, eis o que podemos dizer: se nem todos os falantes chegam a dominar essa modalidade de uso da língua, não se trata de uma exclusão linguística de per si, determinada pelo recorte linguístico da gramática normativa, mas das diferentes condições de acesso ao comando eficaz da língua, algo relacionado com as disparidades verificadas no ensino de língua a falantes das diversas classes sociais.

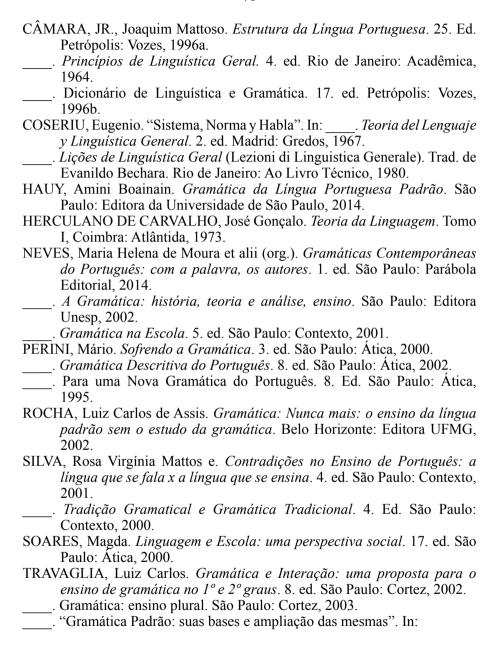
Não se trata de escolher a variedade de maior prestígio na sociedade pura e simplesmente, mas também de atender a necessidades metodológicas encontradas pela própria pesquisa em gramática. A língua padrão é um fenômeno depreendido pela análise linguística e consumado na escrita, não praticado espontaneamente por qualquer classe social. Isso quer dizer que, para qualquer classe social, é uma modalidade da língua que precisa ser

aprendida formalmente no ambiente escolar.

A linguística descritiva e, por conseguinte, a gramática normativa não podem garantir que todos acedam ao uso cabal da escrita refletida. A gramática usada na escola é sempre a mesma, porém as condições de ensino e aprendizagem da língua portuguesa variam consoante as classes sociais, as condições de trabalho dos professores, os recursos materiais da escola e dos próprios alunos. O que pode garantir condições igualitárias de acesso à língua padrão é o próprio ensino. Não cabe à gramática normativa ser diferente conforme a classe social a que é ministrada. Não confundamos exclusão linguística com exclusão social, plasmada pelas condições precárias de aprendizagem da língua padrão em que se acham os menos favorecidos.

Referências bibliográficas





O PEQUENO "SERTÃO" DE TUTAMEIA

(Terceiras estórias), 1967

GILBERTO MENDONCA TELES*1

RESUMO

Toda a obra de Guimarães Rosa pode ser vista na imagem de um perfeito losango: os dois ângulos agudos formados por *Sagarana* (1956) e *Tutameia* (1967), pontos extremos - Sul e Norte - da produção literário do escritor. Os dois ângulos obtusos, no centro, -Leste / Oeste - formados pelas grande narrativas de *Corpo de baile* (1956) e *Grande sertão: veredas* (1956). A partir daí *Primeiras estórias* (1962) e *Tutameia* 1967), marca o aparecimento da micronarrativa, como em *Tutameia*, o último de seus livros.

Como homem do sertão, procurava cada vez mais conhecer o sertão –

na sua tríplice geografia de Minas Gerais, Bahia e Goiás. Para a obra literária que sonhava realizar, soube recolher da matéria bruta do sertão a essência do que lhe parecia o melhor, o mais original. Guimarães Rosa soube reunir * GILBERTO MENDONCA TELES é de Bela Vista de Goiás e reside no Rio de Janeiro há 42 anos. Professor Emérito da PUC-Rio e da Universidade Federal de Goiás; Professor Honoris Causa da Universidade Federal do Ceará e da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Professor (aposentado) da Universidade Federal Fluminense e da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ex-professor no Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro, em Montevidéu (Uruguai); e das universidades de Portugal (Lisboa), França (Rennes e Nantes), Estados Unidos (Chicago) e Espanha (Salamanca). Poeta e crítico, a sua poesia se encontra reunida em Hora aberta, 4.ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003. Entre seus livros de ensaios se destacam Drummond, a estilística da repetição [1970], Vanguarda europeia e modernismo brasileiro [1972, hoje na 20ª ed.]; A retórica do silêncio [1979]; Escrituração da escrita [1995]; Contramargem I [2003] que lhe deu o prêmio "Juca Pato" e o título de "Intelectual do Ano 2002" Detentor do prêmio "Machado de Assis", da Academia Brasileira de Letras. Tem antologias poéticas na França (duas), em Portugal, na Espanha, na Itália e na Bulgária. Pertence à Academia das Ciências de Lisboa e recebeu do governo português a Comenda do Infante D. Henrique. O Governo de Goiás lhe concedeu a comenda Ordem do Mérito Anhanguera, em 2004. Em 2006, saiu o livro A Plumagem dos nomes: Gilberto, 50 anos de literatura, organizado por Eliane Vasconcellos, em homenagem ao escritor. "Medalha Jorge Amado" e o título de "O Intelectual do Ano" (Troféu Rio), da União Brasileira dos Escritores (UBE do Rio de Janeiro). Em 2010, Medalha de Honra ao Mérito nos 70 anos da PUC-Rio. Em 2014, a PUC de Goiás lhe concedeu o título de Doutor Honoris Causa; e a União Brasileira dos Escritores do Rio de Janeiro concedeu a Darcy França Denófrio, estudiosa de sua obra, o "Prêmio Gilberto Mendonca Teles".

1- Depoimento no Centro Murilo Mendes da Universidade Federal de Juiz de Fora, em 23 de setembro de 2008. E nos "100 Anos de G. Rosa", PUC, 7.10.2008. E na Academia Brasileira de Filosofia, em julho de 2014.

à realidade anotada o real imaginário dos causos, das estórias, lendas e sagas de vaqueiros e jagunços que percorriam e continuam a percorrer o sertão que vive pelas páginas de seus livros. Para isso foi direto à fonte, viajou a cavalo com os vaqueiros que conduziam uma boiada pelo interior de Minas. Registrou numa caderneta o nome das coisas e anotou os costumes, a valentia e as misérias do homem dessa região; falou de seus medos e superstições, de seus sonhos e desejos, de sua convivência com bichos e plantas, e da coragem de uma de suas personagens ao tentar um pacto com o Demônio. A sua obra foi o resultado de uma trabalho estético que narrava tudo com os olhos puros e inocentes de uma criança predestinada a criar, pela verdade estética de uma linguagem nova e difícil, o sentido maior da narrativa brasileira.

Essa mudança progressiva do **conto** para a **novela** e desta para o romance, ponto culminante de uma escalada literária, assinala a progressão do escritor na criação da narrativa maior, na direção de uma macrovisão do Sertão, em que a história é mostrada em plano cinematográfico, superpondose ao discurso: os acontecimentos prendem o leitor e o ajuda na travessia do discurso. Depois dessa escalada, o plano narrativo inclina-se e se desce do romance ao conto, que começa a ser percebido agora como estória, (como causo e até como anedota), dado o teor de oralidade que se vai impondo no discurso.(Cf. Primeiras estórias e Tutameia, principalmente no seu primeiro prefácio). Percebe-se uma concentração, uma contração dos elementos da narrativa no sentido de um texto curto de natureza oral apropriado para captar os elementos mínimos de uma microvisão do Sertão, cujo ponto extremo de fragmentação é o livro *Tutameia*, título — repetimos — indicado nos originais de Sagarana e escolhido para fechar a obra e ao mesmo tempo a vida do escritor. É como se Guimarães Rosa passasse toda a sua vida literária pensando. por modéstia e disfemismo, que toda a sua obra literária, tão exaltada pela crítica, não passava de "tutameia".

Palavras-chave - Guimarães Rosa - Tutameia - microvisão do sertão.

Introdução

Como ainda não tive tempo para escrever de maneira definitiva estas anotações, publico-as como foram lidas e explicadas no seminário do Centro Murilo Mendes da Universidade Federal de Juiz de Fora.

O título que dei às notas do seminário é formado por um decassílabo que faz alusão ao *Grande sertão: veredas* (na antítese com "pequeno") e explicitamente ao último livro de Guimarães Rosa (*Tutameia*), ficando no

centro do verso a palavra-chave — **sertão** —, que aponta para o grande romance e também para a matéria real e ficcional de toda a obra do escritor, resumida no seu último livro em vida, *Tutameia*. É dele, do sertão, que saem os temas, o vocabulário e a técnica oralizante da fala do brasileiro sertanejo. É dele, da sua substância real e mítica, que provêm as narrativas de *Sagarana*, assim como é dos contos de *Tutameia* e das novelas (ditas "poemas") de *Corpo de baile* que vão sair as convergências para a grande narrativa de Riobaldo: o *Grande sertão: veredas* pode ser comparado ao Rio São Francisco, para onde fluem os córregos (os corgos), ribeirões e rios narrativos (estórias, contos e novelas) que formam *Sagarana* e *Corpo de baile, Primeiras estórias* e *Tutameia*. Sabese que o *Grande sertão: veredas* foi publicado seis meses depois de *Corpo de baile.* Mas não resta dúvida de que os dois mais volumosos livros do autor foram gerados concomitantemente nos dez anos que os separam de *Sagarana*, inclusive com alguns contos retirados deste livro.

Por outro lado, tomando-se agora como ponto de partida a culminância que é o *Grande sertão: veredas*, a mais alta construção literária elaborada por Guimarães Rosa, todo esse material cultural e literário vai-se fracionando, desdobrando-se e ramificando-se em pequenos *contos*, melhor dizendo, em *estórias*, em pequenas narrativas, em muitas das quais o que menos se conta é a *fábula*, a *estória*, mas a maneira de narrá-la, o *modus faciendi*, com a ênfase inteira posta no processo, no jeito de narrar, numa sintaxe retorcida e fragmentada, mais nominal que verbal, como é o que se dá com *Primeiras estórias* e chega ao outro ponto culminante, agora invertido, do grande para o pequeno, totalmente documentado no seu último livro em vida, em *Tutameia*, lugar do "pequeno", dos pequenos textos, das miseriazinhas humanas, dos "ossos-de-borboleta", na expressão do próprio autor.

Neste sentido, como dissemos no início, toda a obra de Guimarães Rosa pode ser vista na imagem de um perfeito **losango**: os dois ângulos agudos formados por *Sagarana* (A) e *Tutameia* (E), do conto à estória (ou anedota), começo e fim de toda a produção literária em vida do escritor; e os dois ângulos obtusos formados por *Corpo de baile* (B) e *Grande sertão: veredas* (C), das novelas ao romance, o espaço de maior desenvolvimento das ações narrativas; e, do meio das quais, na direção de *Tutameia*, se compuseram as *Primeiras estórias* (D). Apurando a imaginação, o leitor consegue ver esse losango estendido, de sul a norte, de Cordisburgo a Salinas, sobre o espaço geográfico por onde circulam as personagens de seus contos, novelas e romance. No meio, entre os triângulos obtusos, está o núcleo maior do que o escritor via como **sertão**, a que ele dava várias definições, entre as quais: "O sertão está em toda parte", "O sertão é do tamanho do mundo" ou, ainda:

"O senhor vê aonde é o sertão? Beira dele, meio dele?..." No fundo, é como se as suas obras representassem o losango da bandeira brasileira estendida simbolicamente pelos traços culturais dos estados de Minas, de Goiás e da Bahia. Por aí continuam a passar e a agir as suas personagens.

De Sagarana a Corpo de baile e Grande sertão: veredas, o escritor foi abrindo as suas asas, ampliando o seu poder de narrador, passando do conto à novela e desta à monumentalidade do romance, realmente de natureza épica. Depois, como se estivesse esquecido de narrar as pequenas coisas do sertão, empreende, não a desconstrução, mas a construção de contos, de estórias, como em Primeiras estórias, até chegar ao mínimo múltiplo comum da arte de contar, chegar à síntese do conto, a esboço de temas, a traços de lembranças fragmentadas, mistura de ficção e metaficção, na ânsia de dizer e mostrar logo como dizer. É por aí que o obsessivo tema do sertão se vê fragmentado em subtemas etnográficos, orográficos, hidrográficos, fitográficos e demográficos, como se Guimarães Rosa o estivesse filmando: primeiro no zoom dos grandes planos, depois na descrição minuciosa de todos os detalhes, os menos importantes, os mais insignificantes, coisas à toa, tutameias.

Falamos no início que o título da conferência forma um decassílabo: O PEQUENO "SERTÃO" DE TUTAMEIA. Claro que isto não é gratuito: alude à fraseologia poética de Guimarães Rosa, geralmente ritmada por decassílabos, como em Sagarana: "Brincar remoça... Isso é saber viver" (Traços biográficos de Lalino Salãnthiel, p.77), "Maria Irma riu, com rimas claras" (Minha gente, p.179), "Nem goiano, porque não é andejo..." (A hora e vez de Augusto Matraga, p. 323). Ou como em Grande sertão: veredas, com inúmeros exemplos, entre os quais: "Viver nem não é muito perigoso" (.37, uma das inúmeras variantes da famosa expressão do Escritor), "feito entre madrugar e manhecer" (p.43), "os pássaros de rios e lagoas" (id), "sufusa uma aragem dos acasos" (p.44), "todo o mundo sonhado satisfeito" (id) e "primeiro por campinas de brejais" (id), para ficar aqui só nessas citações do início do livro. Eis agora as notas que lemos no seminário e que serão mais desenvolvidas oportunamente.

I – Aspectos Descritivos.

Do ponto de vista da quantidade de livros editados, a obra de **Guimarães Rosa** pode ser considerada pequena, neste sentido é comparável à de Graciliano Ramos, que só escreveu 4 romances. Guimarães Rosa estreou tarde, aos 38 anos, deixou apenas **5 livros** (entre contos, novelas e romance) publicados em vida. Depois de sua morte, em **1967**, apareceram mais 2 volumes: *Estas estórias* (contos, 1969) e *Ave palavra* (1970, livro misto de vários gêneros), além de *Magma* (Poemas, 1936) que só foi editado em

1997. Para efeito deste estudo, contam-se apenas os cinco primeiros livros publicados.

Olhada em perspectiva de <u>tempo</u> e de <u>gênero</u>, a sua produção começa em **1946** com *Sagarana*, livro publicado com **nove** grandes **contos**. O original, concluído em 1937, tinha o título de *Sezão* e eram composto de **doze** contos. Para concorrer ao Prêmio Humberto de Campos, da Livraria José Olympio, o autor mudou-lhe o título para *Contos*, e usou o pseudônimo de Viator. No momento da publicação, compôs o belo título de *Sagarana* ("Saga-rana = "coisa que parece saga"). O curioso é que, nos originais anunciava-se o próximo livro com o nome de "Tutameia", o que confirma a ideia de que um "pequeno sertão", um sertão como lugar de pequenas coisas, já o atormentava desde o início de sua carreira literária.

Dez anos depois publica, <u>em janeiro de 1956</u>, os dois volumes de *Corpo de baile*, contendo **sete novelas** (que ele chamava de "poemas"). A partir de 1972 esta obra passou a ser dividida em <u>três volumes</u>:

Manuelzão e Miguilim, contendo dois (2) textos: "Campo Geral" (a história de Miguilim), no final do livro mencionada como <u>Romance</u>; e "Uma história de amor" (Festa de Manuelzão), indicada no final como <u>Conto</u>. [Esta ordem é alterada no "sumário" final", assim como ele vai fazer mais tarde com *Tutameia*.]

No Urubuquaquá, no Pinhém, com três contos: "O Recado do Morro" e "Cara-de-Bronze"; e o dito <u>romance</u> "A Estória de Lélio e Lina", que no "Sumário" final [também invertido] aparece apenas como Lélio e Lina.

Noites do sertão contém dois <u>Romances</u>: "Dão-Lalalão" (O devente) e "Buriti", também em ordem invertida no "sumário" final.

No mesmo ano, <u>em maio de 1956</u>, publica *Grande sertão: veredas*, romance de tonalidades épicas, com 594 p. Seis anos depois (agosto de 1962) aparece um livro de contos com o título de *Primeiras estórias*, composto de 21 narrativas que ele chamou de **estórias** e que, além dos títulos, são também numeradas com algarismos arábicos. Cria-se com isto a particularidade lúdica de denominar-se a estória n.º 11 de "O espelho".

Cinco anos depois, em junho de 1967, publica-se o seu último livro em vida, *Tutameia*, com o subtítulo entre parênteses de "Terceiras estórias". O livro é composto de **40** pequenas estórias, minicontos ou miniestórias), **4** prefácios intercalados entre as estórias, **2** sumários (um no início, outro no fim do livro) e **duas** epígrafes, também no início e no fim.

Tutameia saiu cinco meses antes da morte do escritor. É um livro da sua plena maturidade criadora. **Um livro que deve ser entendido em relação**

ao conjunto do que escreveu em 21 anos. O seu título já estava anunciado nos originais de *Sagarana* como o próximo livro a ser publicado, mas o projeto acabou ficando para o fim da sua criação literária. O leitor pressente o sentido geral de **tutameia** nos aspectos descritivos das outras narrativas. Por isso é fácil relacioná-lo (o livro) com a primeira e uma das últimas palavras de *Grande sertão veredas*: **nonada** é o mesmo que **tutameia**, isto é, coisa à-toa, sem importância. Tem a ver com o primeiro conto de *Tutameia* ("Antiperipleia", isto é, contrário à fala complicada) e com uma figura da retórica, o **disfemismo**, como se pode deduzir da "antífrase carinhosa" do Zito, seu companheiro de tropas e boiadas pelo sertão de Minas, Goiás e Bahia.

II – Estratégias para a Leitura de *Tutameia* em direção ao Grande Sertão: Veredas

A obra de Guimarães Rosa é daquelas em que o sentido nunca é plural e só pode ser percebido na sua prístina pureza do singular, e único. Nela cada "sentido" é apenas uma parcela somada a uma Sentido Maior -- o **Sentido.** O *sensum* (sentido sensorial do latim) só se completa com as várias direções do *Sinnes* (sentido direcional do alemão) na cultura anglo-germânica. Assim, o mais comum é nos contentarmos com algumas dessas "parcelas", com algumas somas que conseguimos articular, na esperança de algum dia chegar ao Sentido absoluto.

Com essas observações tentaremos demonstrar que o belo romance *Grande sertão: veredas* e as pequenas estórias de *Tutameia* (sub-intituladas de "Terceiras Estórias") estão sob o signo do **disfemismo**, estratégia discursiva (ou figura de pensamento) que consiste em substituir uma expressão dura, vulgar ou grosseira por outra *suave* ou *elegante*. Tem algo da **dissimulação** de_Machado de Assis. Ao contrário do conhecido **eufemismo** existe o pouco divulgado, mas muito praticado **disfemismo**: Maneira de dizer que consiste em nomear uma realidade, mas de modo a degradá-la. E tem a ver com uma moda bem atual de introduzir o feio e o vulgar na literatura. Ex.: Dizer *Venha à minha "choupana"*, quando se trata de uma bela casa; meus "trapos", em lugar de roupas finas, e assim por diante. Eis algumas dessas "estratégias":

1. Leitura Crítica

Uma leitura crítica inicial de toda a obra de Guimarães Rosa deve ser de ordem externa e cronológica e deve levar em conta o tempo de amadurecimento do escritor entre um livro e outro, no período de 21 anos de sua produção – do 1.º para o 2.º e 3.º livros = **10 anos**; do 3.º para o 4.º = **6 anos**; do 4.º para o 5.º = **5 anos**. Isto significa que nada foi feito às pressas, de afogadilho. Houve tempo de leituras literárias, linguísticas, religiosas,

esotéricas, filosóficas e antropológicas. Foi ampliando-se a sua visão da vida e do mundo, assim como houve tempo de pesquisa para o seu trabalho, de amadurecimento, de seleção de temas sertanejos, de experimentação de novas técnicas de narrar, de aprimoramento do estilo, com a substituição de palavras, de frases e a introdução de ludismos, sempre em busca da *originalidade* de livro a livro, atingindo-se assim uma linguagem própria – o estilo *rosiano* –, que vem influenciando toda uma geração de novos escritores no Brasil e em países de língua portuguesa, na África.

2 Leitura Histórico-Literária

Este tipo de leitura, de ordem externo-interna, põe ênfase na transformação do seu gênero narrativo, primeiro na comparação com as modificações das melhores narrativas brasileiras do século XX; depois em relação a seus próprios livros, de Sagarana a Tutameia. É preciso verificar o nome do gênero ou da espécie literária que deu à sua narrativa (conto. novela. "poema", romance e estória) e ver se a denominação está compatível com o texto narrado ou se se trata de um jogo, de uma "brincadeira" literária fácil de ser percebida como preferência do escritor. A sua obra começa com os grandes contos de Sagarana (que chegam até a 60 pág.), passa às novelas (ou "poemas") de *Corpo de baile* (+ de 120 pág.) e chega ao **romance** *Grande* sertão: veredas (590 p.) para retornar aos **contos** (migalhas) que ele agora chama de estórias (Primeiras estórias) e terminar a sua produção literária com os minicontos ou **pequenas estórias** de *Tutameia* (2 a 3 p.). Há, como se vê, um sentido de experimentação narrativa dentro do mais canônico dos gêneros literários. Essa mudança acompanha mesmo a transformação cultural do escritor? Teria feito parte de seu projeto de escritura? A diminuição do tamanho dos textos pode revelar cansaço intelectual ou amadurecimento na direção do menor, do melhor, dentro da filosofia do provérbio espanhol do "Lo menos, lo más"?

3. Primeira Leitura Analítica

Essa mudança progressiva do **conto** para a **novela** e desta para o **romance**, ponto culminante de uma escalada literária, assinala a progressão do escritor na criação da narrativa maior, na direção de uma **macrovisão do Sertão**, em que a história é mostrada em plano cinematográfico, aparentemente superpondo-se ao discurso: os acontecimentos prendem o leitor e o ajuda na travessia da linguagem. Depois dessa escalada, o plano narrativo inclina-se e se desce do **romance** ao **conto**, que começa a ser percebido agora como **estória** (como **causo** e até como **anedota**), dado o teor de oralidade que se vai impondo no discurso. (Cf. *Primeiras estórias e Tutameia*, principalmente no seu primeiro prefácio). Percebe-se uma concentração, uma contração

dos elementos da narrativa no sentido de um texto curto de natureza oral apropriado para captar os elementos mínimos de uma **microvisão do Sertão**, cujo ponto extremo de fragmentação é o livro *Tutameia*, título — repetimos — indicado nos originais de *Sagarana* e escolhido para fechar a obra e ao mesmo tempo a vida do escritor. É como se Guimarães Rosa passasse toda a sua vida literária pensando, por modéstia e disfemismo, que toda a sua obra literária, tão exaltada pela crítica e tão criticada à boca pequena por muitos escritores, não passasse mesmo de **nonada**, de simples **tutameia**.

Em 1990, em *A crítica e o romance de 30 no Nordeste*, já havíamos escrito sobre essa dupla visão (grande e pequena do sertão), vendo uma oposição entre a vanguarda de *Macunaíma* e o tradicional do romance *A bagaceira*, ambos de 1928. E anotamos que é dessa dialética que nasce a moderna narrativa brasileira, de onde sairá a **grande síntese** de Guimarães Rosa, acrescentando:

Mais do que ninguém ele compreendeu o jogo de formas entre o **romance**, destinado aos grandes acontecimentos, e o **conto**, que se ajustava à expressão da <u>cor local</u>. Para dar uma idéia do **sertão** como lugar de latifúndios e epopeias, ele escreveu o romance *Grande sertão*: *veredas*, publicado em 1956; e, para mostrar a pequenez, as "miseriazinhas" das personagens perdidas no vasto mundo sertanejo, escreveu o livro de contos *Tutameia*, de 1967, espécie de "grande sertão" fracionado em pequenas narrativas. A **nonada** do romance encontra o seu paralelismo nas ninharias de *Tutameia*, nos "ossos-de-borboletas" do livro de contos.

Neste sentido, a função histórico-literária de Guimarães Rosa na literatura brasileira é semelhante à de Machado de Assis, pois os dois escritores cultivaram, com igual zelo, o romance e o conto. Machado traçou os grandes e pequenos acontecimentos da cidade; e Guimarães Rosa voltou-se inteiramente para o grande e para o pequeno mundo do sertão. O mundo que, para Drummond, é ao mesmo tempo grande e pequeno, pois é o mundo na linguagem.

4. Segunda Leitura Analítica

Outro tipo de leitura de *Tutameia* deve levar em consideração que o livro é formado de **quarenta miniestórias** e **quatro prefácios**, além de **duas epígrafes** tomadas a Schopenhauer e de **dois Sumários**^{2*}: um no início com 2- * Em 1969, quando se preparava a 3.ª edição de *Tutameia*, fui à José Olympio visitar meu amigo Daniel Pereira, irmão do grande editor e responsável pelas edições. Ele me recebeu afavelmente e me disse: "Estamos fazendo uma nova edição de *Tutameia*". E foi logo me mostrando as provas. Vi que faltava o Sumário do fim do livro e lhe disse que eram dois os Sumários, um no início outro no fim. Ele pegou logo a edição anterior e confirmou a minha observação, dizendo: "Achei mais econômico suprimir um, mas vou reintegrá-lo por causa da sua observação".

os textos em ordem alfabética, a fim de meter aí as iniciais do nome do autor – JGR; outro no fim, com prefácios reunidos num grupo diferente das estórias. Coisa até parecida com o que ele vinha fazendo nos livros desmembrados de Corpo de baile, como já anotamos nos Aspectos Descritivos. Há portanto no livro, o diálogo entre a linguagem das 40 estórias e a metalinguagem dos 4 prefácios, como se o autor quisesse deixar claro para o leitor que tudo se junta na criação literária e que a crítica dos prefácios (ou a teoria neles implícita) é também uma forma especial de narrativa dentro do livro de narrativas. É curioso anotar que Guimarães Rosa nunca prefaciou nenhum de seus livros anteriores. Quando preparava os originais de Sezão (título anterior de Sagarana), ele escreveu, não um prefácio, mas um posfácio que se chamou "Porteira de fim de estrada", **retirado** da edição de *Sagarana*. De acordo com Sônia Maria van Dijck Lima (em "Reconstituição e gênese de Sagarana", Revista Philológica, 1998), o autor declarou nesse posfácio que reviu o original do livro, e nele mexeu, na forma, mínimas modificações: nenhum acrescimento, quase que supressões somente [...] muitas moita má [...] melhor rende deixar quieto o mato velho, e ir plantar roça noutra grota.

Voltando aos prefácios de *Tutameia*, eles podem ser estudados separadamente ou em relação às estórias. Separadamente, eis como estão sintetizados:

O **Primeiro Prefácio** se denomina "Aletria e Hermenêutica" e discute logo de início a oposição entre *História* e *estória*, abrindo os olhos do leitor para a intromissão do popular nas suas narrativas e pregando a utilização de todo o tipo de matéria para o conto e para a poesia. Diz ele que:

A estória não quer ser história. A estória, em rigor, deve ser contra a História. A estória, às vezes, quer-se um pouco parecida à anedota. / A anedota, pela etimologia e para a finalidade, requer fechado ineditismo. Uma anedota é como um fósforo: riscado, deflagrada, foi-se a serventia. Mas sirva talvez ainda a noutro emprego a já usada, qual mão de indução ou por exemplo instrumento de análise, nos tratos da poesia e da transcendência. Nem será sem razão que a palavra "graça" guarde os sentidos de gracejo, de **dom sobrenatural**, e de atrativo. No terreno do **humour**, imenso em confins vários, pressentem-se mui hábeis pontos e caminhos. E que, na prática de arte, comicidade e humorismo atuem como catalisadores ou sensibilizantes ao alegórico espiritual e ao não-prosaico, é verdade que se confere de modo grande. Risada e meia? Acerte-se nisso em Chaplin e em Cervantes. Não é o chiste rasa coisa ordinária; tanto seja porque escancha os planos da lógica, propondo-nos realidade

superior e dimensões para mágicos novos sistemas de pensamento.

Depois de discutir os vários aspectos da realidade na anedota (na estória), tal como, no *Crátilo*, fez Platão com a linguagem, Guimarães Rosa conclui o seu primeiro prefácio dizendo:

Por onde, pelo comum, pode-se corrigir o ridículo ou o grotesco, até levá-lo ao sublime. Seja daí que seu entrelimite é tão tênue. E não será esse um caminho por onde o perfeitíssimo se alcança? Sempre que algo de importante e grande se faz, houve um silogismo inconcluso, ou, digamos, um pulo do cômico ao excelso.

Vê-se que há toda uma teoria que cobre as duas vertentes do conto: a erudita e literária e a popular e oral, como nas *Formas simples*, de André Jolles

O **Segundo Prefácio**, intitulado "Hipotrélico", prega a liberdade de expressão na criação dos neologismos e no uso da gíria. Traz passagens interessantes sobre a **língua** e a **linguagem**, como a definição que aparece no início:

Para a prática, tome-se **hipotrélico** querendo dizer: antipodático, sengraçante imprizido; ou talvez, vice-dito: indidivíduo pedante, importuno agudo, falto de respeito para com a opinião alheia Sob mais que, tratando-se de palavra inventada, e [...] embirrando o hipotrélico em não tolerar neologismos, começa ele por se negar nominalmente a própria existência.

Somos todos, neste ponto, um tento ou cento hipotrélicos? Salvo o excepto, um neologismo contunde, confunde, quase ofende.. [...] Saia todo –o-mundo a empinar vocábulos seus, e aonde é que se vai dar com a língua tida e herdada? Assenta-nos bem à modéstia achar que o novo não valerá o velho; ajusta-se à melhor prudência relegar o progresso no passado.

É interessante acompanhar as reviravoltas do pensamento de Guimarães Rosa: ora ataca o neologismo, ora o defende e faz a sua apologia com certa ironia, como no texto a seguir:

Sobre o que, aliás, previu-se um bem decretado conceito: o que só o povo tem o direito de se manifestar, neste público particular. Isto nos inquieta. A gente pensa em democráticas assembléias, comitês, comícios, para a vivíssima ação de desenvolver o idioma;

senão que o inconsciente coletivo ou o Espírito Santo se exerçam a ditar a vários populares, a um tempo, as sábias, válidas inspirações. Haja para. Diz-se-nos também, é certo, que tudo não passa de um engano de arte, leigo e tredo³*: que quem inventa palavras é sempre um indivíduo, elas, como as criaturas, costumando ter um pai só; e que a comunidade contribui apenas dando-lhes ou fechando-lhes a circulação. Não importa. Na fecundidade do araque apura-se vantajosa singeleza, e a sensatez da inocência supera as excelências do estudo. Pelo que, terá de ser agreste ou inculto o neologista, e ainda melhor se analfabeto for.

Há um **Pós-Escrito** e, nele, a citação de uma sentença de Quintiliano, em latim, que ele mesmo traduz. Só não indica o lugar nas *Institutionis oratoriae*. A sentença é sobre o uso das palavras velhas e novas. Quintiliano é taxativo ao dizer:

O mais seguro é usar as usadas, não sem um certo perigo cunhamse novas. Porque, aceitas, pouco louvor ao estilo acrescentam, e, rejeitadas, dão em farsa. Ousemos, contudo; pois, como Cícero diz, mesmo aquelas que a princípio parecem duras, vão com o uso amolecendo.

O Terceiro Prefácio tem o nome de "Nós, os temulentos" e enaltece a embriaguês (temulentus, em latim) como incentivo à inspiração. Diz-se que um escritor está inspirado quando, além da sua capacidade criadora, crê-se que o move uma força superior que interfere na sua obra. Platão, no Íon, foi o primeiro que examinou este problema. E chega a dizer que mesmo um poeta sem mérito pode produzir excelente poesia, desde que esteja inspirado. Seu livro foi conhecido no Renascimento como De furore poetica. Aristóteles, na sua *Poética*, 17, fala também da *loucura* [μανικός]. E assim todos os estudiosos e grandes poetas, pagãos e cristãos, se dizem relacionados com a inspiração. Diz García Lorca: "Se é verdade que sou poeta pela graça de Deus — o do demônio —também é verdade que o sou pela graça da técnica e do esforço". E o nosso João Cabral de Melo Neto fala "na inspiração e no trabalho de arte". É bem conhecida a frase de Valéry, segundo o qual os deuses nos dão o primeiro verso: cabe a nós fazer o segundo (e corrigir também o primeiro, acrescentou Onestaldo de Pennafort). Ora, Guimarães Rosa, conhecedor de tudo isso, não podia desprezar a inspiração na produção de sua obra. Neste prefácio, Rosa coleciona uma següência de anedotas de um bêbado, a que deu o nome de

^{3- *} Cf. Camões: "Naquele engano da alma, ledo e cego", III, 120.

Chico como no final do seu estudo:

E, desistindo do elevador, embriagatinhava escada acima. Pode entrar no apartamento. A mulher esperava-o de rolo na mão. — Ah querida! Fazendo uns pasteizinhos para mim? — O Chico se comoveu.

E, caindo em si e vendo mulher nenhuma, lembrou-se que era solteiro, e de que aquilo seriam apenas reminiscências de uma antiquíssima anedota. Chegou ao quarto. Quis despir-se, diante do espelho do armário: — Que?! Um homem aqui, nu pela metade? Sai, ou eu te massacro.

E, avançando contra o armário, e vendo o outro arremeter também ao seu encontro, assestou-lhe uma sapatada, que rebentou com o espelho nos mil pedaços de praxe. — Desculpe, meu velho. Também, quem mandou você não tirar os óculos? — Chico se arrependeu.

E, com isso, lançou: tumbou-se pronto na cama; e desapareceu de si mesmo

O **Quarto Prefácio**, com o título estranho de "Sobre a escova e a dúvida", é o mais extenso e traz várias epígrafes: é dividido em sete capítulos e cada um tem a sua. Dá-se aí a diversificação da personalidade do escritor diante da criação literária. Vejo neste prefácio uma parte **autobiográfica** de Guimarães Rosa, casos bem humorados de sua experiência como diplomata, como logo no início aquela de "pajear" em Paris o pretenso escritor Rão, apelidado Radamante, numa bela alusão à personagem do *Orlando furioso* e possível *alter ego* de Guimarães Rosa. Com uma polpuda bolsa do governo, esse Rão chega a Paris para uma missão, mas só quer saber de *mulheres*. Vive projetando um romance e tem a opinião de que o "romance gênero estava morto", dizendo a seu interlocutor (Guimarães Rosa?) — "Você é o da forma, desartificios..." [...] Você, em vez de livros verdadeiros, impinge-nos..." Possivelmente, eco do que uma parte da crítica brasileira e a maioria dos escritores diziam enciumados das obras do autor de *Grande sertão: veredas*.

Trata a seguir do processo de germinação de um romance: "*Tudo se finge, primeiro; germina autêntico é depois*". Através da personagem Lucêncio, que ele inventa para falar em seu nome, o capítulo IV mistura personagens da mitologia com Carnaval e com textos anedóticos. Mas é no VI, com epígrafe de Sêneca, que, tratando de sonhos premonitórios, chega a seu *plano de criação literária*, em forma de depoimento. Vale a pena a transcrição dessa página:

Tenho de segredar que — embora por formação ou índole oponha escrúpulo crítico a fenômeno paranormais e em princípio rechace a experimentação metapsíquica — minha vida sempre e cedo se teceu de sutil gênero de fatos. Sonhos premonitórios, telepatia, intuições, séries encadeadas fortuitas, toda sorte de avisos e pressentimentos. Dadas vezes, a chance de topar, sem busca, pessoas, coisas e informações urgentemente necessárias. [Cita em nota de rodapé a palavra SERENDIPITY.]

No plano da arte e criação — já de si em boa parte subliminar ou supraconsciente, entremeando-se nos bojos do mistério e equivalente às vezes quase à reza — decerto se propõem mais essas manifestações. Talvez seja correto eu confessar como tem sido que as estórias que apanho [negrito meu] diferem entre si no modo de surgir. A "Buriti" (Noites do sertão), por exemplo, quase inteira, "assisti", em 1948, num sonho duas noites repetidos. "Conversa de bois" (SAGARANA), recebia-a, em amanhecer de sábado, substituindose a penosa versão diversa, apenas também sobre viagem de carrode-bois e que eu considerara como definitiva ao ir dormir na sexta. "A terceira margem do rio" (PRIMEIRAS ESTÓRIAS) veio-me, na rua, em inspiração pronta e brusca, tão "de fora", que instintivamente levantei as mãos para "pegá-la"4*, como se fosse uma bola vindo ao gol e eu o goleiro. "Campo geral" (MANUELZÃO E MIGUILIM) foi caindo já feita no papel, quando eu brincava com a máquina, por preguiça e receio de começar de fato um conto, para qual só soubesse um menino morador à beira da mata e duas ou três caçadas de tamanduás e tatus; entretanto, logo me moveu e apertou, e, chegada ao fim, espantou-me a simetria e ligação de suas partes. O tema de "O recado do morro" (no Urubuquaquá, no Pinhém) se formou aos poucos, em 1950, no estrangeiro, avançando somente quando a saudade me obrigava, e talvez também sob razoável ação do vinho ou do conhaque. Quanto ao Grande sertão: veredas, forte coisa e comprida demais seria tentar fazer crer como foi ditado, sustentado e protegido — por forças ou correntes muito estranhas.

A partir daí, o prefácio continua, meio que autobiograficamente, em forma de relato e do diálogo do Dr. João [Guimarães Rosa] com os tropeiros e boiadeiros. Um deles, o Zito, diz-lhe no início da viagem com a boiada: 4- * As expressões "histórias que apanho" e "pegá-la", que negritamos, lembram um costume bântu dos contadores (akpalôs) das estória diárias: Quando chega ao fim do dia e todos voltam das fainas diárias e se reúnem em círculos, alguém levanta a mão, como se estivesse agarrando um fio de noite da estória sobe suas cabeças, e começa: "Minha estória é sobre o leão"; terminada, outro levanta a mão e conta o que lhe aconteceu; e assim sucessivamente. A estória é percebida como uma nuvem sobre a cabeça de cada um para ser contada à boca da noite.

"— Dr. João, na hora em que essa armadilha rolar toda no chão, que escrita bonita que o sr. Vai fazer, heim?". No final do prefácio (Já na parte VII), quando o narrador em primeira pessoa começa a falar dos "epos das boiadas", "prenarrando-lhe romance a escrever", é esse mesmo Zito quem lhe diz:

O sr. ponha perdão para o meu pouco-ensino...— olhava como uma lagartixa. — A coisada que a gente vê, é errada... — queria visões fortificantes — Acho que... O borrado sujo, o sr. larga na estrada, em indústrias escritas isso não se lavora. As atrapalhadas, o sr. Exara dado desconto, só para preceito, conserto e castigo, essas revolias, frenesias... O que Deus não vê, o sr. dê ao diabo. [...] E conclui: O mundo supura é só a olhos impuros. Deus está fazendo coisas fabulosas. Para onde nos atrai o azul?—calei-me. Estava-se na teoria da alma.

É aí que aparece o "Glossário" onde se lê a definição de "**tutameia** : nonada, baga, ninha, inânias, ossos-de-borboleta, quiquiriqui, tuta-e-meia, mexinflório, chorumela, nica, quase-nada, *mea omnia*."

5. Terceira Leitura Analítica

Um leitor de *Tutameia* deve saber que o livro está estruturado por duas vertentes que se dialogam, se misturam e compõem um estilo de narrar atualizante, uma vez que, partindo das formas tradicionais da narrativa literária e incorporando as fórmulas protocolares da narrativa popular, atualizam a linguagem de Guimarães Rosa e o leva a uma estilística toda sua, própria. Os casos (e causos), as anedotas, as sentenças e provérbios, os mitos e lendas, enfim, todas as formas simples estão presentes nesse livro. As técnicas de abertura e de fechamento dos contos passam do narrador ao leitor (ouvinte), como num sanduíche em que o elemento oral aparece para abrir e fechar o conto. É o que se pode ver em "Desenredo" e "Uma vela ao diabo", por exemplo. Só uma leitura analítica de cada texto pode dar conta de como a **estória** está espremida pelo discurso do narrador.

Além disso, o leitor de *Tutameia* tem de estar atento às pequenas sugestões, como a do sentido reiterativo das duas **epígrafes** de Schopenhauer, uma no início, outra no fim do livro: ambas chamando a atenção para a necessidade de se fazer pelo menos duas leituras dos textos. Não se deve esquecer o sentido **lúdico** da ordem alfabética no primeiro Sumário.

Para uma leitura bem didática o que se deveria fazer era ver a **relação dos prefácios com as estórias**, dessas com a das *Primeiras estórias*, passando

daí às novelas e destas ao romance. Só assim, se poderá definir os limites dos tipos e gêneros e das formas simples com as tradicionalmente literárias.

6. Mais uma Leitura Propedêutica

O problema que mais tem chamado a atenção dos estudiosos de *Tutameia* é o que diz respeito ao subtítulo do livro — "Terceiras Estórias" — , sendo que houve as *Primeiras* e não houve as **Segundas**. Num artigo em *O Estado de São Paulo*, de 1968, Paulo Rónai, falando a propósito do título do livro, se interroga: "Atribuiria ele realmente tão pouco valor ao volume? Ou terá adotado a fórmula como **antífrase carinhosa** e, talvez, até supersticiosa?" Paulo Rónai inclina-se para a última suposição. E conta que o escritor lhe segredou:

Que dava a maior importância a este livro [Tutameia], surgido em seu espírito como um todo perfeito não obstante o que os contos necessariamente tivessem de fragmentário. Entre estes havia interrelações as mais substanciais, as palavras todas eram medidas e pesadas, postas no seu exato lugar, não se podendo suprimir ou alterar mais de duas ou três em todo o livro sem desequilibrar o conjunto. [Negrito nosso]

A seguir Paulo Rónai explica a expressão latina *mea omnia* [meu tudo?] que Rosa põe como sinônimo de *Tutameia* no glossário já citado. E diz que "Esta etimologia, tão sugestiva quanto inexata, faz de *tutameia* vocábulo mágico tipicamente rosiano, confirmando a asserção de que o ficcionista pôs no livro muito, se não tudo, de si." E a respeito do título, Rónai lhe pergunta: "— Por que **Terceiras Estórias** — se não houve as segundas? — Uns dizem: porque escritas depois de um grupo de outras não incluídas em *Primeiras estórias*. Outros dizem: porque o autor, **supersticioso**, quis criar para si a obrigação e a possibilidade de publicar mais um volume de contos, que seriam então as **Segundas estórias**. — O que diz o autor? — O autor não diz nada".

Quanto a mim, penso que os **Prefácios** de *Tutameia* se deixam ler mesmo como uma espécie de **Segundas estórias**, isto é, como estórias não ditas, aspectos teóricos entremeados de pequenas narrativas que apontam ao mesmo tempo para a linguagem e para a metalinguagem, além de conotar os quarenta contos do livro. A separação dos Prefácios no "Primeiro Sumário" de *Tutameia* é apenas um despistamento, tanto que, no "Segundo", eles vêm juntos, formando os 4 capítulos do livro "teórico", que Guimarães Rosa não chegou a escrever em forma de **uma poética** de suas narrativas. Em vez de fazê-lo no início de sua produção, vai fazê-lo no fim, quando está senhor de seus temas preferidos, das técnicas que escolheu para narrar e da visão maior

de sua linguagem, criando uma estilística narrativa bem pessoal, capaz de dar conta das formas tradicionais da ficção e das formas simples das narrativas populares, como a *lenda*, a *saga*, o *mito*, o *conto*, o *causo*, o *provérbio* e a *sentença* que aparecem comumente em toda a sua produção, de *Sagarana* a *Tutameia*.

Sem descartar o não dito supersticioso, prefiro, portanto, ler os prefácios como o olhar autocrítico e teórico de Guimarães Rosa ao fechar a sua produção literária. É neste sentido que se pode olhar os prefácios como espécies de "estórias", não só porque dentro deles há pequenas narrativas de casos e anedotas, de sentenças e provérbios, como também porque, entre as Primeiras estórias e Tutameia (Terceiras Estórias), há o entrelugar, o espaço das "Segundas Estórias" não ditas no título de um livro mas facilmente perceptíveis na hermenêutica da leitura. Os quatro tipos de **metalinguagem** dos prefácios encobrem muita **linguagem** de estórias, anedotas, casos, pequenas narrativas que nem chegam a ganhar o estatuto autônomo de "estória", mas que estão no bojo de acontecimentos que se dão entre o real e o imaginário. Éssas "Segundas Estórias", em forma de prefácio finalizam, com Tutameia, a visão prática e ao mesmo tempo teórica de Guimarães Rosa: de um lado os minicontos, as pequenas estórias; do outro, os fragmentos de sua teoria da narrativa, ambos os lados amadurecidos e calados ao longo de toda a sua produção literária. A respeito desses famosos prefácios, é importante repetir e saber que:

- a) O primeiro deles se intitula Aletria e Hermenêutica. Ora, *Aletria* é palavra árabe para designar "fio", daí o macarrão ou, como sugere Guimarães Rosa, o fio da narrativa curta. O termo *Hermenêutica* provém de Hermes, o deus grego encarregado das comunicações e dos segredos. Daí provém o sentido de *interpretação* para hermenêutica. Neste Prefácio o Autor chama atenção para a diferença entre os três termos: **História** (com maiúscula), **história** (com minúscula) e **estória** (sem h). E, claro, dá realce ao sentido de *graça*, de *humour* e de *anedota*, como matriz eletrizante de um conto (as "anedotas de abstração").
- b) O segundo prefácio, denominado HIPOTRÉLICO, é um ensaio em linguagem poética sobre os Neologismos, como fez Platão em O Crátilo, estudando a propriedade das palavras.
- c) O terceiro prefácio, Nós, os TEMULENTOS, põe em cena o termo latino *temulentus* que significa "fortemente alcoolizado, bêbado" e, num sentido maior, *inspirado*. Guimarães Rosa trata aqui da inspiração, como no *Íon*, de Platão.
- d) O quarto, com o estranho título de Sobre a Escova e a Dúvida, expressa uma forma de **autobiografia**, da sua autobiografia literária, em VII capítulos, numero que não deixa de relacionar-se

com o sentido simbólico presente obscuramente em toda a sua obra. Além disso, há no final um **Glossário**, onde se define o título do livro *Tutameia* e sintetiza toda a teoria de sua produção literária.

Guimarães Rosa expõe aí os principais elementos de sua **Poética** e de sua **Retórica**, ou seja, de uma **Poética Geral**, que contempla os 4 pontos cardeais de sua concepção literária. Aí estão: o **Autor**, o **Universo**, a **Obra** em si e, finalmente, o **Leitor**. E, também, a matéria que se quer literária, a linguagem e o *modus operandi* do trabalho intelectual. Atente-se para o fato de sua Teoria da Narrativa vir depois das experiências com as suas grandes obras. É portanto um trabalho intelectual de ordem *indutiva* e não uma teoria feita *avant la lettre*, dessas que se costuma trazer no bolso do colete...dedutivamente para impingir aos alunos da universidade.

Numa carta que escreveu a seu tradutor alemão, Curt Meyer-Clason, a respeito de *Corpo de baile*, mas que, como afirmar Paulo Rónai, "se refere a toda a sua obra", Guimarães Rosa acaba dando a entender que, na sua escrita, tenta esgotar uma espécie de *imagem primordial*, que todo escritor esconde nos seus recônditos:

O Corpo de baile tem de ter passagens obscuras. Isto é indispensável. A excessiva iluminação, geral, só no nível do raso, da vulgaridade. Todos os meus livros são simples tentativas de rodear e devassar um pouquinho o mistério cósmico, esta coisa movente impossível, perturbante, rebelde a qualquer lógica, que é chamada "realidade", que é a gente mesmo, o mundo, a vida. Antes o óbvio, que o frouxo. Toda lógica contém inevitável dose de mistificação. Toda mistificação contém boa dose de inevitável verdade. Precisamos também do obscuro.

Assim, um dos índices dessa "obscuridade" é o fato curioso de que, num livro como *Tutameia*, haja a coincidência simbólica do número quarenta (40) na quantidade de contos do livro que se abre com quatro (4) prefácios. É fácil imaginar-se uma casa com seus quatro pilares (esteios = evangelhos), com a sua linguagem mágica e cabalística, tal como a que rodeia o número 40, que deve ser lido como "tempo de espera", de "atenção", de "preparação", "tempo de prova", de "castigo" e de "salvação". Os escritores bíblicos, conforme se pode ver no *Dictionnaire des symboles*, de Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, "marcam a história da salvação assinalando os seus acontecimentos maiores com este número". Esta simbologia coincide na *Bíblia*, como em:

- a Saul, David e Salomão reinaram 40 anos.
- b A aliança de Noé, 40 dias no dilúvio.
- c Moisés é chamado por Deus aos 40 anos e fica 40 dias no alto do Sinai.

- d Os judeus erram 40 anos no deserto.
- e Jesus é levado ao Templo 40 dias depois do seu nascimento.
- f Jesus prega 40 meses.
- g Tem 40 dias de tentação.
- h Fica 40 horas enterrado.
- i Aparece ressuscitado nos 40 dias que precedem a Ascensão.

Dentro desta perspectiva de imaginário esotérico e místico, é bom lembrar que em *Tutameia* o primeiro e o último conto (1.º e 40.º) exploram o tema do **cego**, talvez a sugerir ao leitor, como o Autor o fez nas epígrafes de Schopenhauer, a descoberta de outros sentidos, no além da língua, no universo da cultura geral tal como se vê em todos os seus livros. O interessante é que as três palavras-chave da hermenêutica esotérica apontam para os sentidos de **cego**, **surdo** e **mudo**, "qualidades" que o iniciado deveria ter na convivência com os segredos do **Grande Mistério**. E não é à toa que a raiz indo-europeia de mistério é **my**-, sufixo de tonalidade negativa presente em palavras como *míope* (**my** + **opsis** = olho em grego), *miotis* (**my** + **Otis** = ouvido, doença do ouvido) e *mudo* (**my** + **um** = fazer ruído com a boca, daí não falar, murmurar ou mugir como os animais).

Como na *Bíblia*, a pronúncia de Deus (o *Fiat*) e o *Verbum* (o *Lógos*) do evangelho de São João abrem e fecham o conjunto dos livros, assim também o *nonada* que abre o *Grande sertão: veredas* está em perfeita sintonização com a pulverização dos contos, das estórias no sertão de *Tutameia*, que é o "pequeno sertão" em oposição de complementaridade com o *Grande sertão: veredas.* E, a recobrir tudo isso o sentido de **disfemismo**, de modéstia, de **nonada**, de **tutameia** que nos passa João Guimarães Rosa em toda a sua criação literária. Ao reafirmar o negativo, acaba chamando a atenção para a importância de sua obra.

7. SERTÃO / SERTÕES

Se o 40 é um número cheio de relações míticas (e místicas), o número 7, que calhou de aparecer por aqui, tem lá seus tons misteriosos, pelo menos para o "pintor" que pinta o sete... Voltando-se agora para toda a obra de Guimarães Rosa, vista na figura do losango imaginado no início, ao vértice que se abre de *Sagarana* para *Corpo de baile* e *Grande sertão: veredas,* pode-se dizer que o escritor, como homem do sertão, procurava cada vez mais conhecer o **Sertão** – na sua tríplice geografia de Minas Gerais, Bahia e Goiás. Para a obra literária que sonhava realizar, soube recolher da matéria bruta do sertão a essência do que lhe parecia o melhor, o mais original. Soube reunir à realidade anotada o real imaginário dos causos, das estórias, lendas e sagas de vaqueiros e jagunços que percorriam e continuam a percorrer o sertão, agora muito mais vivo pelas páginas de seus livros. Para isso foi direto à fonte, viajou a

cavalo com os vaqueiros que conduziam uma boiada pelo interior de Minas. Registrou numa caderneta o nome das coisas e anotou os costumes, a valentia e as misérias do homem dessa região; falou de seus medos e superstições, de seus sonhos e desejos, de sua convivência com bichos e plantas, e da coragem de uma de suas personagens ao tentar um pacto com o Diabo. A sua obra foi o resultado de um trabalho literário que narrava tudo com os olhos puros e inocentes de uma criança predestinada a criar, pela verdade estética de uma linguagem nova e difícil, o sentido maior da narrativa brasileira.

Essa mudança progressiva do **conto** para a **novela** e desta para o **romance**, ponto culminante de uma escalada literária, assinala a progressão do escritor na criação da narrativa maior, na direção de uma **macrovisão do Sertão**, em que a história é mostrada em plano cinematográfico que aparentemente se superpõe ao discurso: os acontecimentos prendem o leitor e o ajuda na travessia do discurso.

Depois dessa escalada, o plano narrativo inclina-se e desce do **romance** ao **conto**, que começa a ser percebido agora como **estória**, (como **causo** e até como **anedota**), dado o teor de oralidade que se vai impondo no discurso. (Cf. *Primeiras estórias e Tutameia*, principalmente no seu primeiro prefácio). Percebe-se uma concentração, uma contração dos elementos da narrativa no sentido de um texto curto de natureza oral apropriado para captar os elementos mínimos de uma **microvisão do Sertão**, cujo ponto extremo de fragmentação é o livro *Tutameia*, título — repetimos — já indicado nos originais de seu primeiro livro (*Sagarana*) e escolhido para fechar a obra e ao mesmo tempo a vida do escritor. É como se Guimarães Rosa passasse a vida inteira (toda a sua vida literária) pensando, **por modéstia e disfemismo**, que toda a sua obra literária, tão exaltada pela crítica, não passasse de "tutameia". É claro que, no fundo, ele pensa o contrário, mas ao sugerir o pequeno ele está pensando o maior, como no provérbio sevilhano: "*Lo menos, lo más*".

É por aí que se pode chegar à comparação com *Os Sertões*, de Euclides da Cunha: Publicado cinqüenta e quatro anos antes, o livro de estudo de Euclides da Cunha abriu uma nova visão para a compreensão da realidade no interior do Brasil, até então apenas visto na sua faixa litorânea, continuando a visão e previsão de Frei Vicente do Salvador no século XVII.

Só quando começa a falar das *secas* é que Euclides da Cunha define claramente, em termos menos rebuscados, o espaço que ele vê como o do **sertão**, esclarecendo ao mesmo tempo os sentidos de singular e plural com que o termo aparece na sua obra:

O Sertão de Canudos é um índice sumariando a fisiografia dos sertões do norte. Resume-os, enfeixa os seus aspectos predominantes numa escala reduzida. É-lhes de algum modo uma zona central comum (p. 30).

Tem-se, deste modo, o "sertão de Canudos" — o sertão da Bahia — , o mais bem descrito no livro; e os "sertões" que estão além, na vasta região que abrange o fundo de todos os estados do Nordeste. E, relacionado com esses "sertões", o de Minas Gerais, de Goiás e Tocantins, do Mato Grosso e o do Pará. Estes são, "sumariados", os sertões geográficos e horizontais — o da **Terra** (o meio), o do **Homem** (a raça) e o da **Luta** (o momento), esquematizado a partir dos três estados do *Curso de filosofia positiva*, de Augusto Comte, em 1842. Todos esses "sertões" compõem o grande espaço brasileiro, com todos os seus problemas humanos e sociais, como o da anemia e da fome, da saúde e da falta de escola e lazer, verdadeiro purgatório do homem brasileiro, a que se acrescenta hoje o sertão dos latifúndios em face do movimento dos semterra

Mas ao lado (acima ou abaixo) desse sertão horizontal, geográfico, mais descrito que estudado, há o outro, o sertão vertical, etnológico, das lendas e mitos, dos casos e anedotas, do Messianismo, fácil de assimilarse a outros mitos, como o do Sebastianismo que aparece no romance de Ariano Suassuna. É o sertão do luar e das fantasmagorias, das assombrações, das superstições, enfim, o sertão do imaginário, das "horas abertas" a um mundo paralelo ainda não bem estudado no Brasil.

Os dois sertões fornecem, por um lado, o modelo para uma série de clichês que se documentam no título de obras que se denominam sertão alegre, brabo, bravio, da onça, de espinho e de flor, de Nhô Davi, desaparecido, diferente, do Boi-Santo, do Velho Chico, da viola, o sertão e o centro, e o mundo, e o sertanejo, em carne e osso, em flor, em poesia, maluco, o rio e a terra, sem fim, e caatinga, além de muitos outros. E, por outro, é o lugar da mais autêntica matéria da literatura brasileira: a dos bons regionalistas, como o do goiano Hugo de Carvalho Ramos em Tropas e boiadas (1917), onde se fala dos "sertões ainda por violar"; ou no monumental Grande sertão: veredas (1956), de João Guimarães Rosa, em que as definições do termo adquirem as mais ousadas concepções, de linguagem e metafísica, como, dentre outras, as que procuram configurar o lugar do sertão, como estas colhidas e recolhidas ao longo do romance-epopeia de Guimarães Rosa:

O sertão está em toda parte", "sertão é onde manda quem é forte", "Sertão. O senhor sabe: sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte do que o poder do lugar", "O sertão é do tamanho do mundo", "O senhor vê aonde é o sertão? Beira dele, meio dele?..." "O sertão não tem janelas nem portas".

Ou então, a página inicial do *Grande sertão: veredas*, quando o narrador, Riobaldo, começa a contar a sua história, dizendo:

O senhor tolere, isto é o sertão. Uns querem que não seja: que

situado **sertão** é por os campos-gerais a fora a dentro, eles dizem, fim de rumo, terras altas, demais do Urucuia. Toleima. Para os de Corinto e do Curvelo, então, o aqui não é dito **sertão**? Ah, que tem maior! Lugar **sertão** se divulga: é onde os pastos carecem de fecho; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade. [Negritos nosso]

Para Bezerra de Freitas, *Os sertões*, de Euclides da Cunha, são um livro-síntese e, para Antônio Cândido, o fim de uma era literária e o começo dos estudos científicos sobre o Brasil. Já o *Grande sertão: veredas*, escrito cinqüenta e quatro anos depois, assinala o fim de uma narrativa realista que teve o seu apogeu com Graciliano Ramos e o começo de uma nova maneira de narrar, com o imaginário em aberto para todas as formas de ficção, erudita e popular. Na obra de Euclides da Cunha, o *sertão* é de natureza realista e naturalista, positivista, documentando-se horizontal e geograficamente com espírito científico; na de Guimarães Rosa o *sertão* é vertical, de dentro para fora, mistura digerida dos dois tipos de sertão, que passa a ser compreendido como o lugar, melhor, o luar — o lu(g)ar — da imaginação ou das superstições nas noites claras, como a que se tece em torno do pássaro *urutau*, também conhecido como *o mãe-da-lua*, que vive amedrontando os sertanejos, sobretudo nas noites de lua cheia.

Pode-se dizer, para terminar, que a obra crítica de Euclides da Cunhas e a visão ficcional de Guimarães Rosa — os sertões horizontal e vertical — se reúnem no olhar do leitor para a representação do grande e do pequeno no **sertão**, que se representa como o lugar de latifúndios e epopeias e, também, lugar da pequenez, das "miseriazinhas" de personagens perdidas no vasto mundo sertanejo, como se vê no livro de contos *Tutameia*, de 1967, espécie de "grande sertão" fracionado em pequenas narrativas.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 2009. Goiânia, 30 de junho de 2015.

ASPECTOS DA UNIDADE E DIVERSIDADE LEXICAL NO ATLAS ETNOLINGUÍSTICO DO

ACRE-ALAC

LUÍSA GALVÃO LESSA KARLBERG (UFAC E ABRAFIL) LESSALUISA@YAHOO.COM.BR

Artigo em homenagem ao estudioso Olmar Guterres da Silveira – meu professor na UFF. Ali o mestre assumia o professor e foi sempre um guia na linha de saber. Não fazia isso de forma fria; pelo contrário, fazia o seu saber se incorporar ao do aluno como forma, também, de ver e sentir o mundo. Era o mestre de formação segura, responsável e, por isso, inesquecível.

RESUMO

O artigo "Aspectos da unidade e diversidade lexical no Atlas Etnolinguístico do ACRE- ALAC" é um trabalho em homenagem ao grande professor Olmar Guterres da Silveira. É também uma contribuição aos estudos dialectológicos do Brasil e, em particular, ao Atlas Etnolinguístico do Acre- ALAC. Tem por finalidade fornecer dados acerca do vocabulário da região acriana, no que diz à vida e aos costumes do lugar. Utilizam-se, aqui, levantamento do 1º. Vol. do Atlas Etnolinguístico do Acre – Cartas Lexicais, com dados colhidos nos três Vales delimitados e em nove Zonas de Pesquisa: Vale do Acre - Rio Branco, Plácido de Castro e Xapuri; Vale do Purus - Sena Madureira, Manuel Urbano e Assis Brasil; Vale do Juruá – Cruzeiro do Sul, Tarauacá e Feijó. Os informantes são homens e mulheres na faixa etária A (16-25 anos), B (26-35 anos) e C (35-80 anos). Para o estudo da unidade e da diversidade linguística utilizam-se dados dos mapas ou cartas léxicas do ALAC. O método utilizado foi o da Cartografia e o da Geolinguística, amplamente utilizados nos trabalhos dos Atlas linguísticos regionais brasileiros. Dentre as várias conclusões pode-se afirmar que a linguagem acriana possui forte teor conservador e as palavras estão intimamente ligadas à vida que as pessoas levam no interior da região amazônica sul-ocidental. A região do Acre é mais inovadora, a do Purus conservadora e a do Juruá apresenta-se entra o conservantismo e a inovação. Desses fatos decorre a importância do estudo dialectológico que possibilita o registro de formas linguísticas em fase de desaparecimento e de outras que estão a inovar o cenário da linguagem regional.

PALAVRAS-CHAVE: Dialectologia Social, Geografia Linguística, Lexicologia e Lexicografia, Unidade e Diversidade Linguística.

1 – INTRODUÇÃO

É no léxico que se encontra uma grande variedade regional e sociocultural do português do Brasil. Assim, o léxico pode apresentar um papel importante em termos de variação e mudança de uma língua.

A língua é um fenômeno heterogêneo, variável, indeterminado sob o ponto de vista semântico e sintático e que está situado em contextos concretos tais como o texto e o discurso. Esse caráter dinâmico encontra um campo para aumentar as fronteiras do domínio do repertório linguístico de muitas sociedades no nível lexical.

Conforme assinala Marcuschi (2004), a língua é um fenômeno heterogêneo, variável, indeterminado sob o ponto de vista semântico e que está situado em contextos concretos tais como o texto e o discurso. Esse caráter dinâmico encontra um campo para aumentar as fronteiras do domínio do repertório linguístico de muitas sociedades no nível lexical. É justamente nesse nível de análise da língua que pode haver a construção, projeção e manutenção da maneira como os falantes concebem o mundo no qual vivem, bem como a sua interação com todas as esferas da sociedade, adequando-se aos mais variados contextos das situações comunicativas. Nesse sentido, a variação linguística refere-se ao espaço em que os indivíduos se encontram em interação nos contextos comunicativos, realizando adequações das formas alternantes de se dizer o mesmo com o mesmo valor de verdade.

Sobre essa questão, Moreno Fernández (1998) expõe que a variação lexical se dá sob o uso alternante de certas formas léxicas em umas condições linguísticas e extralinguísticas determinadas: podem ser unidades de diferentes origens geolinguísticas que estiveram presentes em uma comunidade, de estilo mais ou menos formal, entre outras possibilidades.

Nesse sentido, considerando a linguagem como atividade social, histórica e cognitiva, admite-se, com Marcuschi (2004), que ela seja passível de análise e observação. Dessa forma, entender é sempre entender no contexto de uma relação com o outro situado numa cultura e num tempo histórico e esta relação sempre se acha marcada por uma ação. Nessa perspectiva, não há uma relação direta entre linguagem e mundo e sim um trabalho social designando o mundo por um sistema simbólico cuja semântica vai se construindo situadamente.

Sobre essa questão, Biderman (1984) esclarece que o léxico de uma

língua engloba o conjunto de signos linguísticos por meio dos quais o homem não só se expressa, se comunica, mas também cria novos conhecimentos e/ou assimila conhecimentos que outros homens criaram, não só na sua civilização mas também em outras civilizações.

2 – UNIDADE E VARIEDADE À LUZ DE TEÓRICOS

2.1 – Os caminhos trilhados

Na confecção deste artigo, seguiram-se os caminhos trilhados pela Dialectologia Social, Geografia Linguística, bem como os ensinamentos da Lexicologia, da Lexicografia, da Semântica e da Linguística Geral. São postulados que fazem parte dos pressupostos teóricos para o fazer científico, pois informam, auxiliam e dirigem os resultados obtidos e ora apresentados.

Compreende-se o conceito de língua como sendo "um sistema de sinais acústico-oral, que funciona na intercomunicação de uma coletividade". Aqui será compreendido, observado, descrito e analisado naquilo que diz Coseriu (1979, p. 31) sobre linguagem "... é um processo histórico, evolutivo."

Segundo Suzana Cardoso (1999, p.37), "falar de língua é operar uma abstração e uma generalização consideráveis uma vez que sob essa denominação de língua há uma gama de variações, consequência direta da diversidade dos seus usuários".

Segue-se, ainda, a linha de alguns linguistas que compartilham a tese de Fernão de Oliveira (1536), nosso primeiro gramático, de que "os homens fazem a língua e não a língua os homens".

Seguem-se, ainda, os ensinamentos: Brandão (1991); Ferreira & Cardoso (1999); Coseriu (1979); Cunha (2006); Isquerdo (2004); Nascentes (1963); Amaral (1976); Silva Neto (1958), Melo (1964), dentre outros, na visão da língua como produto de cultura.

Observa-se, na natureza do comportamento linguístico do falante acriano que ele possui aquilo que Gladstone Chaves de Melo (1981) chama de "vocabulário fundamental". As palavras que compõem o universo linguístico da comunidade interiorana atende às necessidades básicas de comunicação, para dizer da família, do trabalho, do corpo, das doenças, da vizinhança e da fé em Deus.

Assim, a maioria das palavras, utilizadas pelos falantes, surge dos mecanismos que a língua oferece, valendo-se do processo de formação de palavras para falar e dizer do mundo. Por meio do conhecido, denomina-se o desconhecido, utilizando comparações, combinações de palavras e muitas vezes criando, formando novas expressões.

2.2 - Sílvio Elia: Lusitânia

Para ele, a exemplo do sentido que emprega à *România*, no mundo neolatino, chama *Lusitânia* o espaço geolinguístico ocupado pela língua portuguesa, no conjunto de sua *unidade* e *variedades*. Segundo diz, esse é o espaço da *lusofonia*: os seus usuários serão os *lusofalantes*. Como "estágio atual da língua portuguesa no mundo", considerara a situação da Lusitânia após a Segunda Guerra Mundial.

Então, sob esse olhar, distingue cinco faces na Lusitânia atual, que assim denomina: Lusitânia Antiga, Lusitânia Nova, Lusitânia Novíssima, Lusitânia Perdida e Lusitânia Dispersa. A Lusitânia Antiga compreende Portugal, Madeira e Açores. A Lusitânia Nova é o Brasil. A Lusitânia Novíssima abraça as cinco nações africanas que adotaram o português como língua oficial: Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Lusitânia Perdida são as regiões da Ásia ou da Oceania onde já não há esperança de sobrevivência para a língua portuguesa. Embora, anos mais tarde, após esse texto dele, o Timor Leste tenha o português como língua oficial.

Ao final, fala sobre a Lusitânia Dispersa, comunidades de fala portuguesa espalhadas pelo mundo não lusófono, em consequência do afluxo de correntes imigratórias.

2.3 - Paul Teyssier: Brasil e Portugal

Para esse linguista o português é a língua de Portugal e do Brasil, assim como dos diversos países da África e da Ásia que estiveram sob administração portuguesa. Depois, estabelece diferenças entre o português de Portugal e o do Brasil. Essas diferenças abrangem todos os aspectos da língua - fonética, vocabulário, morfologia, sintaxe. A própria ortografia não está ainda unificada. Por isso afiança que "cada uma das duas formas que toma a língua escrita e falada deve ser considerada, no seu domínio geográfico próprio, como a única válida e «correta».

Sobre as normas, diz haver duas. Cada uma das quais forma um sistema autônomo e coerente. O estrangeiro que aprende a língua deverá, pois, optar pela feição europeia ou brasileira. Adverte, todavia, que aquela pessoa que deseja dominar, verdadeiramente, o português, deverá adquirir certo conhecimento das principais características da outra norma linguística dos países lusófonos da África, Ásia e Portugal.

2.4 - Mary Kato: Morfologia flexional - empobrecimento

A linguista chama à atenção para o empobrecimento morfologia

flexional no português do Brasil, com o uso extensivo de categorias vazias cuja identificação não pode ser feita através da flexão; a falta de mobilidade, ou de movimentos longos, de elementos distintos, como verbos, pronomes interrogativos e clíticos. Por outro lado, mesmo quando a morfologia é capaz de identificar um pronome nulo, é o pronome lexical que se manifesta.

Diz que a consciência dessas mudanças sistemáticas, que desembocam em uma língua distante de suas irmãs românicas, até mesmo do português de Portugal, é necessária para entender por que os estudantes escrevem como escrevem e por que a língua dos textos escolares, para as camadas que vêm de pais iletrados, pode parecer tão estranha quanto a de um texto do século XVIII.

Chama à atenção para a extrema 'diglossia' entre a fala do aluno que entra para a escola e o padrão de escrita que ele deve ali adquirir. não se eliminaram de áreas isoladas ou laterais em relação às grandes correntes de comunicação da vida colonial. A imensa vastidão do território brasileiro e as modalidades de uma exploração intermitente e caprichosa já propiciavam, aliás, por si sós, uma complexa dialetação, que ainda está por estudar cabalmente.

2. 5 - Eni Orlandi: variante nacional brasileira

Refere-se a autora sobre a questão da língua nacional no Brasil como um dos elementos de definição da identidade brasileira. Esta questão leva à consideração da variação (e por aí da diversidade) na medida em que ela pode caracterizar o Brasil como um país distinto de Portugal.

Mas, por outro lado, isto se inscreve na constituição da unidade necessária (ou de uma nova unidade) nesse novo espaço que é o Brasil. Assim, os indigenismos, os africanismos, os provincianismos, os regionalismos aparecem como diferenças "domesticadas", enquanto características do Brasil. Em outras palavras, todas as diversidades dos falares e a diversidade do conjunto das línguas indígenas brasileiras e das línguas indígenas brasileiras e das línguas africanas faladas no Brasil são referidas à unidade da língua nacional. Elas se organizam em relação a essa unidade. O que há de específico é que esta unidade não é referida ao português de Portugal, as ao do Brasil.

2. 6- Alguns dados do ALAC – Unidade e diversidade lexical nas áreas da pesquisa ALAC

Em relação às perguntas do questionário semântico-lexical (QSL), foram levantadas 54 variantes nas áreas da pesquisa. Os dados abaixo estão

a apontá-las.

3 – UNIDADE E DIVERSIDADE LINGUÍSTICA NAS ÁREAS DE PESQUISA ALAC

VALE DO ACRE	VALE DO JURUÁ	VALE DO PURUS
VALE DO ACRE	VALE DO JURUA	VALE DO PURUS
5.11	5 11 / 11	7.11
Balde	Balde/baldo	Baldo
Bandêra	Bandêra	Bandêra/pano
Boça da estrada	boca da estrada	Boca
Bóia	Rancho	Rancho Borracha
Borracha Caba	Pele/pela	Borracha
Caba	Camārada	Sujeito Caboquim da mata/Chefe da
Caboquim da Mata	Caboquim/Pai da Mata	
*	•	Mata Faça de seringa
Cabrita	Faca	Cabrita Cabrita
Caça	Cernambi	Cabina
Camarada	Pessoa	cabra varador
Camin	Estrada	
Canoa Cara	Casco/canoa Rosto	casco
Carnambi		cara
Cernambi Chá de quina quina	Cernambi	cernambi Chá de mato amargo mei do mato Boia/quimbebe
Chá de quina quina	chá de quina quina	mei do mato
Colocação Comida	Colocação Comida	Roja/gumbebe
Barulho	Alvoroco	zuada zuada
Escada	Trepessa	tranacca
Espigão	Festa	trepęssa comida
Espigão Estirão	Retão	retão
Estrada	Estrada de seringa	estrada
Estrepada	Estrana Le Serriga	furada
Jirau	Estrepe Jirau	trapiche
Fornáia	Forno	fornaia
Garapé	Fonte/garapé	garapé
Lamparina	Tocha Tocha	ţocha
Leite	Leite	leite
Macaxêra	Mandioca	mandioca
Comerciante	Mandioca Marretêro/regatão Mãe da Mata Malária/cezão	marretêro
Comerciante Mãe da Seringuêra	Mãe da Mata	marretêro Mãe da Mata Impaludismo
Malaria	Malária/cezão	Impaludismo
Paiol	Paiol	Paiol
Paiol Minguante Companheira Payigha	Lua minguante	Paiol Minguante
Companheira	Parecêra	Mulher
Paxiúba	Parecêra Paxiúba	Paxiubão
Pé de burro	pé de burro	Escada
Poronga	Poronga	Lamparina
Principe	Príncipe	Lamparina Borrachinha
Zói ruim	Príncipe Quebrante	Zói ruim
Rancho	Comida	Rancho mensal
Rapaiz	Meninote	Meninote
Seringal	Seringal	Seringal Terçado
Sefingal Terçado	Seringal Facão	Terçado
l Gamela	Gamela	Ciamela
Remédio	Farmácia	Remédio da mata
Volta	Rodo	rodo
Oito	Oito	Vai e vem
Seringal	Sede	Seringal
Espingarda	Rifle	Bereta
<u>Faca</u>	Pexeira	Facão
Escada	Trepeça	Trapeça
Namoro	Xodó	Xodó
11010	71000	71000

4 – CONCLUSÃO

É possível observar, com base nos dados dos inquéritos analisados, os traços de unidade e de diversidade entre as Áreas de Pesquisa do ALAC. As mudanças ocorrem, sobretudo, em consequência do processo de modernização que, aos poucos, vem alterando a vida dessa população e, consequentemente o seu universo linguístico. À medida que os objetos desaparecem, com eles se perdem também as palavras que os denominavam. Todavia, a linguagem, nessa região, é extremamente conservadora, em face do distanciamento em que vivem às pessoas dos centros irradiadores de cultura.

Ademais, sabe-se que a língua de um povo resulta de um conjunto das variedades linguísticas existentes em meio a uma dada comunidade de falantes. Estudar essas variedades, no aspecto da unidade e da diversidade linguística, é fator importante para compreensão da vida humana em determinado espaço geográfico. Assim sendo, tanto mais se conhecerá uma língua quanto mais dela se tenha informações, especialmente das diferenciações que nela têm lugar.

Desse modo, a história do ser humano está inteiramente associada à linguagem por ele utilizada. É como afirma M. Alvar (1979, p. 37) "língua é um espelho da vida e, se esta se modifica, suas mudanças se refletem necessariamente na imagem do espelho".

Aqui, neste estudo dialetal, a história da população regional está retratada nas palavras que utilizam, porque elas traduzem o mundo em que vivem essa gente, a atividade que exercitam, as crenças, o saber, os costumes. As variações linguísticas são decorrentes da diversidade cultural, do espaço geográfico em que vivem essas pessoas, do trabalho que exercitam, da forma de viver e estar no mundo.

Observa-se, ainda, que embora o mundo viva o século XXI, aqui tanta gente não conhece a modernidade da vida atual e muitos vivem igualmente viviam seus pais e avós. Mesmo assim, embora muita pessoas pratiquem uma mesma atividade econômica, ainda assim a linguagem não se apresenta uniforme nas três áreas da pesquisa. Existe uma nítida diferença de linguagem, entre uma faixa etária e outra, entre o sexo masculino e o sexo feminino, entre um ponto de inquérito e outro, entre as Zonas e Áreas de Pesquisa.

Em relação à unidade e diversidade linguística da comunidade, observando as variações diatópicas, diastráticas e diafásicas, nota—se que o informante do sexo masculino apresenta traços mais conservadores na sua linguagem, sendo que entre os informantes do sexo feminino há uma clara distinção

entre aqueles da Área do Acre, Juruá e Purus, talvez pelo fato de a mulher ser responsável por repassar os conhecimentos, costumes, através do tempo, aos filhos. As mulheres, embora estejam inteiradas das tarefas masculinas, são mais dedicadas aos afazeres domésticos. Logicamente, essa contextualização ganha um matiz peculiar na linguagem.

Compreende-se, pela pesquisa aqui empreendida, que o conhecimento humano passa pela língua e cada língua tem, para seu uso, uma gama de termos e expressões gerais e de generalidades que se estende para a fala diária. Esta é, no entanto, mesclada de mutabilidades que revelam o dinamismo a que toda língua viva está sujeita. Ora, o que é dinâmico não pode ser estável. No entanto, a língua se apresenta como um paradoxo - imutabilidade dinâmica, sujeita a modificações.

A mutabilidade da língua se manifesta nas variações regionais da fala que, dentro do arcabouço imutável, apresenta variantes contínuas da fala. São variações que se manifestam no aspecto fônico, morfológico ou sintático e, de modo mais acentuado no lexical e semântico. É a "lei do menor esforço", ou melhor, a economia linguística provoca as mutações que se processam de modo lento e persistente, criando as variações na linguagem, o regionalismo, o dialeto acriano.

Os dados aqui apreciados apontam a presença marcante dos substantivos, por serem denotadores da ação do homem em nomear as coisas do mundo em que vive. Embora o ALAC trabalhe com verbos, adjetivos e advérbios terminados em —mente, aqui, no presente artigo, não se faz análise do uso e frequência dessas classes de palavras.

A capacidade de fazer representar de diferentes formas a realidade circundante do Acre não é condição apenas de grupos heterogêneos. Mesmo em comunidades relativamente homogêneas é possível perceber essa realidade, que se coloca como uma réstia por onde se vislumbram sombras do passado que se unem como elos da história.

A Dialetologia, tomando o espaço areal como contexto para a investigação da fala, apresenta quadros multiformes da realidade linguística, em que a descrição da fala nos espaços geográficos constitui verdadeiros documentos do registro dos elementos que se unem à história, à cultura, aos percursos, aos trajetos no espaço e aos contatos entre as diferentes culturas.

Diz-se, finalmente, na brevidade deste artigo, que se os registros de um atlas permitem visualizar a distribuição espacial das variantes linguísticas, por outro lado, levam a conjecturas sobre as condições de aparecimento ou não de dado fenômeno. Isso porque as cartas linguísticas não são representações opacas da realidade, cujos registros se esgotam em

si, mas se oferecem em sua dupla feição como registros da história dos homens. Trata-se, portanto, de uma dupla realização: a) do espaço e das rotas ou trajetos entre os pontos; b) da sociedade e das projeções que os dados acionam no interior das variáveis extralinguísticas.

Ao asseverar que a "língua não pertence à ordem causal (não é aleatória, não é involuntária, não é natural), mas à ordem final, aos fatos que se determinam por sua função", Coseriu (1988, p. 29) reconhece a mudança como ordenada, e as 'restrições' como condições que coabitam o campo da finalidade, da atividade e do existir concreto da língua. Pode-se considerar que se trata de um 'processo' no qual se manifestam 'aspectos' que emanam de um jogo de forças sociais e estruturais.

Concluindo, independente dos questionamentos que se façam, a língua portuguesa viva e sã, floresce no Acre, e se assume não apenas na sua literatura cada dia mais forte, mas na voz a ser ouvida de cada acriano, qualquer que seja a sua região geográfica (Acre, Juruá, Purus) ou classe social. Com esse Atlas – ALAC, reforça-se a língua portuguesa no Estado do Acre, com traços lusitanos, africanos e indígenas. São dados que irão se somar àqueles já coletados em outras localidades do imenso Brasil.

5 – REFERÊNCIAS

AMARAL, A. *O dialeto caipira*, 2. ed., São Paulo, UCITEC/Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *A ciência da lexicografia*. ALFA, São Paulo, pp. 1-26, 1984.

BRANDÃO, Silvia F. A geografia linguística no Brasil. Rio de Janeiro: Ática, 1991.

CÂMARA JR., J. M., 1972. *Línguas europeias de ultramar: o português do Brasil*, in: J. M. Câmara JR, Dispersos, Rio de Janeiro, Fundação GetúlioVargas, 71–87.

_____. *História e estrutura da língua portuguesa*, Rio de Janeiro, Padrão, 1976.

CARDOSO, S. A. M., 1986. *Tinha Nascentes razão? Considerações sobre a divisão dialetal do Brasil*. Estudos: Linguísticos e Literários, 5, 47–59.

CARDOSO, S.A. M.A (org). *Diversidade linguística e ensino*. Salvador: UFBA,1999.

COSERIU, Eugenio. *Teoria da linguagem e linguística geral*. Rio de Janeiro: Presença/ São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

_____. *Sincronia, Diacronia e Historia*. El problema Del Cambio linguístico. Madrid: Gredos, 1988.

CUNHA, C. de S. (org) *Estudos geo-sociolinguísticos*, Rio de Janeiro, URFJ, 2006.

CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.

FERREIRA, Calota & CARDOSO, Suzana. *A dialectologia no Brasil*. Coleção repensando a Língua Portuguesa. São Paulo: Contexto.

ISQUERDO, A. N., 2004. De Nascentes ao ALiB: a propósito da definição da rede de pontos em pesquisas geolinguísticas no Brasil, in: D. E. G. da Silva (Org.)., II Encontro Nacional do Grupo de Estudos da Linguagem do Centro-Oeste. Integração linguística, étnica e social, Atas, Brasília, Oficina Editorial do Instituto de Letras da UnB, Vol. I, disponível no site http://www.gelco.crucial.com.br.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *O léxico: lista, rede ou cognição social?* Rio de Janeiro, Contexto, 2004.

KATO, Mary A. Como, o que e por que escavar? Português Brasileiro. Uma viagem diacrônica. Mary A. Kato (orgs.), Campinas, Editora Unicamp, 1993.

MELO, G. C. de. *Dialetos brasileiros*. Revista do SEPRO Lisboa, 23, 41–43, 1964.

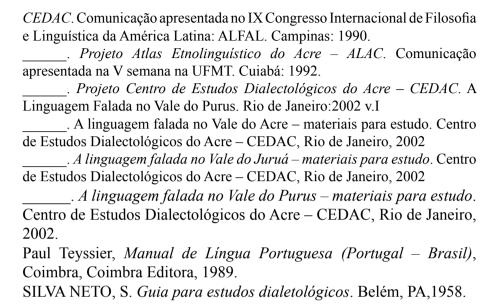
modernidade. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MORENO FERNÁNDEZ, Francisco. *Princípios de sociolinguística y sociologia del lenguaje*. Barcelona: Editorial Ariel, 1998.

NASCENTES, A., 1958, 1961. *Bases para a elaboração de um atlas linguístico do Brasil*, I e II, Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa.

ORLANDI, Eni. Ética e política linguística, Línguas e instrumentos linguísticos, 1, 1998.

SILVIO, Elia. *A língua portuguesa no mundo*, São Paulo, Ática, 1989. LESSA, Luísa Galvão. *Projeto Centro de Estudos Dialectológicos do Acre*



TABU OU ESCRITA?

LUIZ CESAR SARAIVA FEIJÓ(UFF, UERJ, ABRAFIL)

Ao Prof. Olmar Guterres da Silva, com minha eterna saudade

RESUMO

Procura-se argumentar, em geral, como significantes adquirem novos significados, de acordo com processos de formação de palavras, característicos do sistema da Língua Portuguesa. Em particular, o uso e o emprego dos termos "tabu" e "escrita"

Palavras-chave - Linguagem figurada. Metáfora. Expansão. Semantização. Linguagem especial. Etimologia popular.

Em nosso livro, FUTEBOL FALADO (2010), que estuda a linguagem especial do futebol, do ponto de vista da criação verbal, mostrando e analisando os fenômenos de renovação e inovação lexicais, entre outras abordagens linguísticas, sociológicas e históricas, na página 131, apresentamos o verbete ESCRITA, que diz o seguinte:

126- ESCRITA

Na linguagem esportiva em geral, significa um determinado fato que, sempre da mesma forma, acontece. Uma rotina. Muito usado nas transmissões de futebol. "Manteve a escrita"; "Olha a escrita aí"; "o Vasco manteve a escrita com o Botafogo"; "O Fluminense manteve a escrita com o Vasco". Substantivação da forma feminina do particípio do verbo ESCREVER.

O vocábulo ESCRITA, em linguagem figurada informal, está dicionarizado e é assim que Antônio Houaiss registra esse vocábulo, em seu Dicionário da Língua Portuguesa: "Escrita é o que constitui uma rotina ou aparenta constituir uma rotina".

Parece que esse termo tem sua origem nos cadernos de anotações que existiam nas antigas vendas, empórios ou armazéns de antigamente, onde o dono do negócio dava crédito aos seus melhores fregueses, anotando, escrevendo no seu caderno os valores devidos, referentes a gastos no estabelecimento, geralmente de secos e molhados. "Está no caderno" ou "ficar na escrita do português da venda" eram expressões que se ouviam e se presentificavam como formas linguísticas vivas, ativas, portanto, num determinado tempo, e

perduraram enquanto esse comércio de bairro pode resistir às investidas dos supermercados, que hoje dominam esse segmento do comércio de atacado e varejo, das utilidades e gêneros alimentícios de primeira necessidade. Essas expressões marcaram significativamente a vida de todos os cidadãos modernos e hoje estão recuperadas e se resumem no termo ESCRITA, que, portanto, se prende ao campo semântico de <u>rotina</u>, <u>costume</u> e <u>repetição</u>. Em <u>rotina</u> está presente a ideia do hábito de caminhar. Aliás, <u>rotina</u> vem do francês "routine", que significa propriamente hábito do caminho (*route*), como nos ensina A. Nascentes.

Então, ESCRITA, sob este aspecto, isto é, como linguagem figurada, surgiu metaforicamente, significando uma forma de crédito numa operação comercial dos pequenos armazéns de antanho. Possivelmente, essa metáfora se estendeu para outras linguagens especiais, mas é na linguagem especial do futebol que é usada ainda hoje, como exemplifica o filólogo Antônio Houaiss. Também, no *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, vamos encontrar o mesmo registro, com um exemplo bem mais significativo, pois cita a fonte do emprego da linguagem figurada que envolve o termo ESCRITA, situado no campo semântico de ROTINA. Assim: "O América conseguiu sua primeira vitória na Taça de Ouro ao derrotar o Bahia por 2 a 0, ontem à noite, na Fonte Nova, confirmando a escrita de que dificilmente perde seus jogos na Bahia" (Jornal do Brasil, 14.2.1985).

Ultimamente, estamos observando que muitos comentaristas de futebol, como também locutores, repórteres e demais profissionais ligados aos esportes de massa, eletrônicos ou não, estão relacionando o termo ESCRITA com o termo TABU, atribuindo a este os significados daquele, numa espécie de expansão de conceitos. Aliás, a EXPANSÃO é um fenômeno linguístico comum e que acontece com alguns termos da linguagem especial do futebol. cujo bom exemplo seria o verbo PENDURAR, que passou também a significar APOSENTAR-SE, na expressão PENDURAR AS CHUTEIRAS. Isso ocorre por similitude das ações, pois quem PENDURA a sua ferramenta de trabalho num prego, em uma parede, está querendo dizer que deixa o trabalho, definitivamente, para se aposentar. O ex-presidente Jânio Quadros pendurou um par de chuteiras no lado externo da porta de seu gabinete de trabalho, quando resolveu não mais se candidatar a nenhum cargo político eletivo. A pressão social do futebol, invadindo a vida social, foi enorme, pois o político se utilizou de um símbolo do futebol, que, semiologicamente, traduziu sua intenção de abandonar a vida política, aposentando-se. Uma metáfora plástica e semiológica, portanto. E, talvez, muito mais. APOSENTA-SE, para viver de outras fontes de renda

Mas entre ESCRITA e TABU essa similitude não é tão evidente, a não

ser que o conceito de TABU esteja, coletivamente, tomando outro significado, num determinado segmento sociocultural específico, de forma equivocada. Isso também pode acontecer e é um fenômeno linguístico possível de ser explicado, como acontece, por exemplo, com o termo PINGUE, onde seus constituintes fônicos parecem quebrar a arbitrariedade do signo linguístico, dando a falsa impressão de se tratar de alguma coisa que significa POUCO, quando, na realidade etimológica (Lat. *Pingue, is*), PINGUE significa MUITO, ABUNDANTE, GORDO, NUTRIDO.

Já o termo TABU vem do polinésio tabu, que significa sagrado, invulnerável. "TA" significa marcado e "BU" é uma partícula intensiva. Talvez esteja aí a ligação semântica, através do processo conhecido como etimologia popular (aqui não fonética), pois é forte o sema contido em ESCRITA, relacionado a MARCADO, ANOTADO, ROTINEIRAMENTE ANOTADO, ROTINEIRAMENTE ESCRITO, ROTINEIRAMENTE MARCADO. Mas isso é uma especulação etimológica, uma hipótese diacrônica, num estudo superficial que pode até estar correto, mas é duvidoso e especulativo. Contudo, a nosso juízo crítico e aprofundado, não existe essa ilação e o que ocorre mesmo é que está se dando um novo significado ao significante antigo TABU, quer por desconhecimento dos sentidos primeiros do termo polinésio ou por se querer encontrar no invulnerável, no sagrado de tabu, uma relação qualquer com ROTINA. Não vejo como conciliar isso. A não ser que, através de um tremendo esforco semântico, se imprimisse ao sintagma OUEBRAR UM TABU, o sentido de OUEBRAR UMA ESCRITA e, nesse caso, o termo TABU perderia totalmente o seu significado primeiro. Isso, contudo, poderia ocorrer e não seria nenhuma surpresa, pois é muito difícil, como já dizia Freud (*Totem* e Tabu, Standard, 1996) encontrar uma tradução final para o TABU polinésio, pois não se possui mais o primitivo conceito que conotava e o definia como um termo que possuía dois sentidos contraditórios: o sagrado e o proibido. Observem os exemplos abaixo. Lá não se encontram os sentidos de sagrado nem de proibido:

- A) "O Brasil nunca foi campeão olímpico. Vamos quebrar esse TABU (ESSA ESCRITA), em 2014";
- B) "Veja esse TABU (ESSA ESCRITA) futebolístico(a). O Brasil sempre perde nas Olimpíadas";
- C) "O Brasil não possui o título de campeão olímpico. Isso é um TABU (UMA ESCRITA) a ser quebrado(a)".

Portanto, não concordamos com a criação de novos significados para TABU, deixando essa palavra que era conhecida entre os antigos romanos como "sacer", entre os gregos como "äyos" e entre os hebreus como "kadesh", todas com o sentido aproximado do termo polinésio. TABU será, portanto,

tanto sagrado, consagrado, como misterioso, perigoso, proibido, impuro. Mas, nunca ROTINA, e muito menos ESCRITA.

REFERÊNCIAS

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de Linguística e Gramática*. Petrópolis, Vozes, 1999.

FEIJÓ, Luiz Cesar Saraiva. Futebol falado. ABF, Rio de Janeiro, 2010.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da Língua Portugues*a, Curitiba, Ed. Positivo, 2010.

FREUD, Sigismund. Totem e Tabu, Standard, Rio de Janeiro, 1996.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.

COMPREENSÃO LEITORA E PROPOSTAS DE ENSINO

MARIA ANGÉLICA FREIRE DE CARVALHO (UFPI)

RESUMO

Neste texto expõem-se ideias sobre o desenvolvimento de estratégias de compreensão para o texto escrito. Pretende-se com o estudo contribuir com reflexões sobre o ensino da leitura. Muitas afirmações apresentadas se baseiam nos estudos de BAKHTIN [1959] (2010); KOCH (2007); IRWN (2006), dentre outros. A partir desses estudos listados, é possível afirmar que o processo de compreensão não envolve só o reconhecimento de palavras nem a identificação de conteúdo; envolve, também, a relação entre as ideias no texto e a conexão com o contexto extralinguístico; para isso, o leitor realiza estratégias inferenciais, constituindo o processo de integração, o qual envolve as ações de conectar e integrar as unidades de significação. Com os processos listados, pode-se concluir que a construção de sentidos para um texto é um diálogo constante entre autor, texto e leitor, permitindo que a leitura seja entendida sob uma cosmovisão integradora, requerendo do leitor uma atitude responsiva ativa.

Palavras-chave: texto - leitura - estratégias - diálogo - compreensão

Introdução

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998:22) entendem o texto como a manifestação do discurso produzido nas interações e resultante de práticas orais e escritas com a linguagem, pode ser entendido, pois, como uma sequência verbal unificada, com extensão variada e constituída por relações de sentido. Essa concepção de texto deriva de pressupostos de que todo ato enunciativo se dá em resposta a outro: o princípio de uma compreensão ativa, conforme Bakhtin (2010).

Para o autor, o sujeito tem sempre uma atitude responsiva ativa frente aos enunciados, ou seja, ele sempre age nos enunciados como respondente, produzindo uma "reação-resposta ativa responsiva", até mesmo o silêncio é motivado por uma ação dialógica que o antecede. Bakhtin defende que "toda compreensão plena é ativamente responsiva e

não é senão uma fase inicial preparatória da resposta (seja qual for a forma em que ela se dê)". (BAKHTIN, 2010)

A resposta pode ser uma réplica, mesmo em se tratando de uma única palavra, em que se concorde ou discorde de algo ou de alguém, como também pode ser uma atitude ou mudança de atitude em se tratando de um comando recebido. Para o autor: "toda compreensão é prenhe de resposta e, de uma forma ou de outra, forçosamente a produz: o ouvinte torna-se o locutor". A compreensão sob esse princípio prevê a participação do outro, vista como a causa da fala do locutor. Bakhtin reitera que "para a palavra (e, por conseguinte, para o homem), nada é mais terrível do que a *irresponsividade* (a falta de resposta)".

A compreensão sob a perspectiva responsiva ativa deve ser vivenciada em uma prática pedagógica cuja orientação se dê sob o paradigma do desenvolvimento de competências, ultrapassando a decifração do material linguístico e o nível da construção do significado na estrutura da frase, mas estabelecendo relações com os implícitos, a exterioridade e com o contexto

2. Texto e processamento de sentidos:

O processamento de sentidos envolve não só o material linguístico de que dispõem os interlocutores na interação, mas também os diferentes contextos de produção e de uso desse material de linguagem. No processamento com o texto, ressaltam-se diferentes estratégias de natureza cognitiva, linguística e discursiva, pois o texto é visto como um ato de comunicação unificado num complexo de ações humanas, em que se preserva uma organização linear —aspectos coesivos — e uma organização reticular ou tentacular — configurando níveis de significação e intenções; em outras palavras, níveis semântico e pragmático, respectivamente, que devem ser postos em inter-relação para esse processamento.

As orientações devem ser propostas para a mobilização de competências com base em um processamento sociocognitivo, ou seja, que envolvam os níveis cognitivo, linguístico, discursivo e social para o processamento de sentidos, por meio do emprego de estratégias de compreensão.

Deve-se orientar para compreender a relação entre os elementos frasais e a coerência interna entre eles, de modo a estabelecer modelos mentais que permitam o levantamento de hipóteses, a formulação de ideias e opiniões sobre um conjunto de informações que se tem acesso durante

a leitura, levando em conta a integração necessária aos conhecimentos anteriores e as interações dos sujeitos.

Nessa relação, observa-se a construção referencial que é realizada por meio dos textos os quais são matéria para a construção das (re) apresentações mentais e para as categorizações sociais dos falantes e, ainda, para circulação e construção de conhecimentos socialmente partilhados. Os interlocutores atuam sobre o material linguístico de acordo com a sua proposta de sentido, realizando processamentos diversos como: ativar, reativar, desativar os referentes, por meio de recursos de ordem "gramatical" ou de ordem lexical como, por exemplo, no emprego de hiperônimos, sinônimos, nomes genéricos ou, ainda, elipses, conforme KOCH (2007, p.124), elaborando textos e reelaborando-os na construção de sentidos, tanto na escrita quanto na leitura.

3. Desenvolvimento de atividades de compreensão leitora

A aplicação de tarefas de ensino para a compreensão leitora pode ser feita em três fases, conforme se postula no trabalho de Judith Irwn (2006) publicado em 1986 A autora afirma que a compreensão leitora resulta da integração de processos cognitivos: microprocessos, processos integrativos, macroprocessos, processos elaborativos e processos metacognitivos.

Os microprocessos incluem as capacidades de reconhecimento de palavras e de agrupamento em unidades significativas à compreensão de frases, a identificação por meio da qual o leitor destaca a ideia principal de cada frase, correspondendo a uma microsseleção.

O processo de compreensão não envolve só o reconhecimento de palavras nem a identificação de conteúdo; envolve, também, a relação entre as ideias no texto e a conexão com o contexto extralinguístico; para isso, o leitor realiza estratégias inferenciais, constituindo o processo de integração, o qual envolve as ações de conectar e integrar as unidades de significação.

O leitor identifica o texto como um conjunto de ideias, sobre o qual tem capacidade para compreender a organização interna, operando uma macrosseleção, e dando conta de macroprocessos de leitura. Para Irwin, reconhecer a macroestrutura textual, ou seja, identificar o conteúdo global por meio da relação entre o que está explícito e implícito no texto, como também identificar a organização temática e estabelecer uma coerência, é uma estratégia que permite ao leitor sumarizar conteúdos no texto e, do

mesmo modo, parafraseá-lo.

No processo de compreensão, portanto, um leitor proficiente se envolve de modo ativo e participativo, estabelecendo relações de sentido por meio de estratégias de previsão e checagem de hipóteses, por meio do emprego dos diferentes níveis de conhecimentos como, por exemplo, o enciclopédico; utilizando, também, sua imaginação e emoção ao imprimir um sentido sobre o que lê; realizando, portanto, o processo elaborativo na compreensão.

O leitor também lança mão de estratégias de remediação quando na sequência de sua compreensão aconteça um impasse comunicativo entre ele e o texto; desse modo, procura adequar seu movimento de leitura, agindo metacognitivamente sobre o texto. Esse processo metacognitivo ele realizará sempre que estiver diante de situações em que identifique problema para o entendimento, o que pode ocorrer em diferentes níveis: microprocessual (desconhecer o significado de uma palavra); integrativo (precisa acessar a rede de implícitos); macroprocessual (texto com estrutura complexa, requerendo releituras para obter um sentido global); elaborativo (ausência de familiaridade com o conteúdo do texto, necessidade de ativar conhecimentos extralinguísticos).

Para controlar sua leitura e resolver as dificuldades de compreensão, conta-se, portanto, com esse processamento metacognitivo. Nas partes do texto em que há a dificuldade de compreensão, o leitor poderá centrar sua atenção e expor questões sobre o conteúdo, sublinhar as ideias principais; enfim, ele poderá buscar meios para "sanar" o impasse diante do texto.

4. Ensino e o emprego de estratégias de compreensão:

Os propósitos de compreensão em uma tarefa de leitura se diferenciam, dependendo do objetivo que se pretende alcançar : podemos verificar a capacidade de o leitor localizar informações explícitas no texto (realizando uma compreensão literal); a de formular ideias, antecipar conteúdos ou fazer suposição sobre o texto a partir de indícios ou pistas deixadas por seu autor (realizando uma compreensão inferencial); ou, ainda, de o leitor sistematizar, esquematizar, resumir, consolidar ou reordenar as ideias a partir da informação que vai obtendo durante a leitura.

Com isso, elaborar uma síntese compreensiva (reorganização); expressar uma opinião sobre a leitura, por meio da avaliação sobre o conteúdo do texto, apresentado respostas que reflitam sua subjetividade impressa na leitura (realizando uma compreensão crítica).

As propostas devem se aplicar articulando três níveis de compreensão: literal; relacional e coesivo; inferencial e crítico. Com um ensino que considere essas etapas no processo de compreensão, será possível auxiliar o aluno no desenvolvimento de uma melhor comunicação com o texto e, também, um melhor domínio para refletir sobre ela e sobre o que dela resulta.

Na ação pedagógica, a autora orienta, ainda, um trabalho que considere os níveis de interação do leitor no texto, dividindo três momentos de preparação: atividades anteriores à leitura que objetivam explorar a curiosidade do leitor e exercitar a capacidade de predição; atividades durante a leitura, que orientam os alunos para acompanhar e identificar conteúdos no texto, relacioná-los, ativar conhecimentos; e atividades após a leitura, que envolvem tanto a identificação do conteúdo global como possíveis associações a partir dele e, também, promovem o senso crítico. Apresentam-se as descrições dadas pela autora Judith Irwn (2006) com acréscimos e adaptações, aqui, feitos.

Etapa 1: conhecimento do código linguístico; decodificação; Predição - leitura silenciosa, releitura, leitura em voz alta)

O texto apresenta um conteúdo sugerido por sua materialidade, ficando a cargo de quem o lê acessá-lo. O acesso é feito por meio de estratégias desenvolvidas em uma segunda etapa na leitura, ciente de que para um entendimento da semântica do texto é necessário o estabelecimento de relações que se podem fazer a partir do que é disposto em sua tessitura, considerando implícitos e o conhecimento de mundo leitor. Então, não se pode avançar para uma etapa de leitura sem realizar a etapa de decodificação. Por isso, decodificar é apenas um primeiro passo para a leitura do texto, sendo fundamental ações como **identificar** e **prever**.

Etapa 2: estabelecimento de relações de sentido; enumerar elementos repetidos, sequenciar ideias e fatos; ordenar fatos e acontecimentos.

Uma segunda etapa leitora envolverá ações como **relacionar**, **enumerar**, **associar**, **ordenar**, **sequenciar** e **verificar**, ou seja, o leitor perceberá relações de sentido no texto e não basta perceber, deve ser estabelecido um sentido entre as ideias. É possível identificar elementos que se repetem e ideias que se associam; por isso, o leitor enumerará,

por exemplo, repetições, verificando a função desse recurso no texto, buscando sempre uma associação e checagem de seu olhar sobre os itens relacionados; não só na textualidade, mas também no que se pode interligar a partir dela, com sua habilidade leitora e com base no seu conhecimento de mundo.

Com essas ações, o leitor tem um domínio do que está dito ou sugerido no texto tendo habilidade para reordenar, selecionar os conteúdos relevantes, por meio da enumeração de ideias, fatos e acontecimentos.

Etapa 3

Com o domínio da estrutura linguística, o leitor se fixará no que está além dela, isto é, no conteúdo que não está dito, mas é sugerido nas entrelinhas, o que depende de conhecimentos e habilidades. Conta-se com a estratégia de inferência (relacionar informações sugeridas por meio de pistas da materialidade textual com outras, por meio do estabelecimento de pontes de sentido, que podem ser integradas a um contexto externo ao texto (extralinguístico) ou integradas ao mundo discursivo do leitor. Neste caso, essa etapa compreende: entrelinhas, inferências; extralinguístico, intertextualidade (relação com outros textos e discursos; a intertextualidade depende da memória textual do leitor) conforme Samoyault (2008), ela exige do leitor uma ação subjetiva na qual suas leituras e sua memória serão fundamentais para o desenvolvimento do processo intertextual).

Etapa 4: Universo Leitor: integração e Participação

Espaço de ação e atuação do leitor sobre o texto, em que ele pode recriar e opinar sobre o conteúdo lido. E a partir disso recriá-lo. Nessa etapa é sugerido a indicação de atividades de produção a partir da leitura como, por exemplo, retextualizações.

Verifica-se, com a reflexão sobre as etapas de leitura e o estudo das estratégias leitoras, que, para se realizar um ensino efetivo com a compreensão leitora, requer-se do professor um conhecimento sobre os níveis de processamento leitor e sobre a realidade de seu aluno a partir das ações que ele pode desempenhar na compreensão de textos.

Percebe-se que uma ação pedagógica com a leitura, objetivando a compreensão do texto e a ressignificação do conteúdo pelo leitor, deve considerar os níveis de processamento e o estabelecimento de estratégias leitoras, a partir do que compete ao leitor em cada nível de processamento cognitivo.

Considerações finais

As ideias expostas levam à conclusão de que, para o desenvolvimento da compreensão leitora, há modos de agir do leitor que o fazem seguir no fluxo informativo do texto sob processamentos estratégicos cognitivos e metacognitivos; assim, ele realiza ações automatizadas com as estratégias cognitivas e, autorreguladoras com as estratégias metacognitivas.

As estratégias metacognitivas são utilizadas com o objetivo de resolver impasses de compreensão, sendo necessário empregar estratégias como, por exemplo, predição e inferências para melhorar o desempenho leitor, cf. Brown (1980 *apud* Kato,1985); trata-se de estratégias desenvolvidas no perfil de escolarização e ensino da leitura.

É possível afirmar que a sistematização de questões de compreensão de textos pode integrar perguntas, se for o caso de aplicá-las, pois é uma proposta questionada por muitos educadores. O importante é aplicar atividades em geral que exijam do aluno diferentes níveis de competências: referencial, inferencial e crítica.

Ao leitor cabe realizar seu caminho: dedutivo processando conteúdos, articulando o texto em diferentes níveis, estabelecendo predições, suposições e inferências a partir do seu conhecimento prévio. Com esse processo, reconhece a materialidade textual e espera-se o relacionamento de conteúdos no texto bem como o estabelecimento de estratégias interativas.

Esses níveis de compreensão articulados, *referencial* ou *literal* (na base do texto), *inferencial* (nas relações com os implícitos e predições), *crítica* (com a possibilidade de o leitor intervir e participar criticamente no texto), permitem pensar a leitura sob uma cosmovisão integradora: autor, texto e leitor em constante integração; por isso, ocorrendo uma ação dialógica e havendo, portanto, uma atitude responsiva ativa.

REFERÊNCIAS:

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. HUCITEC, 14^a, São Paulo, [1929] 2010.

_____. *Estética da criação verbal*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

_____. Mary Aizawa. Estratégias cognitivas e metacognitivas na aquisição da Leitura. In: *O aprendizado da leitura*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 4ed.

IRWIN, J. (2006). Teaching reading comprehension processes. Englewood

Cliffs, 3 ed., N.J.: Prentice-Hall.

KLEIMAN, Ângela. *Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura*. 7 ed. Campinas: Pontes, 2000.

_____. Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2007.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. *Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio*: Linguagem, códigos e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

SAMOYAULT, Tiphaine. *A Intertextualidade*. Editora Hucitec; São Paulo, 2008

SOLÉ, Isabel. *Estratégias de leitura*. Trad. Claudia Schilling – 6 ed. Porto Alegre: Artmed, 1998

VAN DIJK, T. Modelos na memória – o papel das representações da situação no processamento do discurso, In: *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto, 3 ed., 2000, p. 158-181.

ENTREVISTA

O editor da Revista da Academia, Prof. Manoel P. Ribeiro, entrevista Francisco Venceslau dos Santos sobre o romance *Os anos da juventude*

Francisco Venceslau dos Santos é doutor em Teoria Literária (UFRJ).

Nasceu em Francisco Santos, Piauí. Migrou para Teresina, e depois para o Rio de Janeiro, onde mora desde 1963. Professor Adjunto de Teoria da Literatura da UERJ (aposentado). Nesta Universidade, atuou no Mestrado em Literatura Brasileira e Doutorado em Literatura Comparada. É membro efetivo da Academia Brasileira de Filologia, ex-parecerista do Ministério da Cultura. Autor de vários ensaios e artigos sobre literatura e cultura, principalmente contemporâneas. Publicou, dentre outros, os livros: *Autoritarismo e solidão* (1990), *Callado no lugar das ideias* (1999 e 2004), *Dessertões* (poesias, 1999), *Subjetividades da ficção brasileira contemporânea* (2004). *Os anos da juventude* (um romance), 2014.

1 – Por que um romance sobre a juventude dos anos de 1960?

Trata-se de um romance, uma obra de ficção onde incorporo literariamente a minha experiência, assim mesmo, com muitas alterações. De forma que não é um livro sobre minha juventude, mas sobre a juventude em Teresina, e no Rio de Janeiro. Por que o tema? Nos anos 1960, havia a ideia de que os jovens podiam tudo. Daí, os slogans "A imaginação no Poder", "Faça amor, não faça a guerra".

Existia também o pensamento do "muda tudo", do amor romântico que evolui para o amor livre, na segunda metade da década. Havia o desejo de partir mundo afora, os jovens compartilhavam esta mentalidade. Eu quis retomar o clima de festa, de energia, de sinceridade, de política cultural e política de verdade que eram os anos sessenta, sob uma perspectiva de hoje. A gente lia, escutava rock, via os filmes da *nouvelle vague*, lia os poetas *beats*, Marx, Freud, Carlos Drummond de Andrade, Guimarães Rosa, os cientistas políticos, e depois ia para os bares, os cineclubes e para as festas. A gente tinha o sentimento de que podia fazer qualquer coisa, era só querer.

2 – Por que este tema?

Para dizer que a juventude, na época, não tinha nada de indecisão, de fragilidade. Ela queria mudar as coisas, mudar a família, todas as estruturas.

Era uma mudança com amor, com beleza. Foi um dos períodos mais belos de minha vida, e dos meus companheiros de jornada. Quis, utilizando a ficção, criando um grupo fictício (alguns existiram de verdade, estão no livro com traços modificados), traçar um painel ético-estético dos anos sessenta (a narrativa vai do final de década de 1950 até dezembro de 1968), com o AI-5. E conservar o foco no tempo da narrativa. Distante da literatura panfletária, até mesmo de um ensaísmo histórico-anacrônico. Acho que fragmentos das raízes daquela festa, das paixões, da "imaginação no poder" continuam no imaginário contemporâneo. E alguma coisa da ética do compromisso, do amor aos estudos e às artes podem contribuir bastante para a construção da autonomia dos jovens de hoje expostos a um hedonismo sem limites.

Eu quis fugir de uma literatura preocupada com a documentação histórico-autobiográfica, mas o filão regionalista está ali: as cadeiras de couro, de palinha, os sorvetes de manga, de caju e de coco, as mangueiras e os pés de oiti. Há um léxico localista equilibrado, nenhum desamor à terra. O leitor pode sentir a energia dos afetos, a fidelidade dos sentimentos, o som do rock e do samba, e o sonho de uma viagem para um lugar qualquer.

3 – Por que parte do cenário do romance em Teresina?

Sou piauiense, de Francisco Santos. Morei nove anos em Teresina. Cursei o Cientifico no Liceu Piauiense. Fui rádio-escuta na Rádio Clube de Teresina. A ação da Parte 1 do romance é ambientada em Teresina. O cenário onde os jovens de classe média atuam são ruas, praças, lojas de discos, o Arquivo Público do Piauí, os cinemas Rex e IV de Setembro. Retrato o ambiente cultural da época com foco na juventude que lê, faz teatro amador, discute cinema. Escuta rock, junta-se para discutir e aprender redação criativa Quatro destes personagens vêm para o Rio de Janeiro. Neste novo espaço aparecem a luta cultural, as passeatas (inclusive a dos cem mil), um vídeo sobre o Calabouço – um restaurante para estudantes pobres, principalmente imigrantes nordestinos, a existência dos clandestinos, e daqueles que lutam pela vida nas pequenas editoras, nos jornais, e nas revistas. Eles traduzem, dão aulas, escrevem roteiros de cinema, fazem de tudo um pouco.

4 – Você escreveu um romance autobiográfico?

Sei que o narrador é sempre um fantasma do autor. No plano consciente, incorporo a minha experiência, alterando-a, uma vez que não pretendo escrever um romance autobiográfico. Porém, ficam sempre as marcas do Inconsciente, e eu costumo utilizar a imaginação, aproveitando a minha vivência, na construção da narrativa. Sim, o narrador Augusto sou eu,

ou qualquer jovem classe média que migra para o sudeste, a fim de estudar. O romance trata da construção da sua autonomia e da independência os outros personagens, da ética da existência, do código do namoro, do hábito de estudar antes de ir para a festa, presente nos anos sessenta, no Brasil, nos Estados Unidos e na Europa.

Quis traçar um painel ético-político-cultural dos anos sessenta, até o final de 1968, (daí o estilo cinematográfico), a presença do rock, do samba, dos Festivais de Música, do cinema, do teatro, da moda. Procurei vestir as garotas e os jovens de acordo com a roupa da época. Mas eu altero com a imaginação as minhas pesquisas, para não ficar preso a uma verdade exterior. O intento é escrever um romance, uma obra de ficção, e não um livro de história da cultura, da política ou de qualquer outro gênero não literário.

5 – Que deseja mostrar com este romance?

O exemplo ético da juventude dos anos de 1960. Sua contribuição para a música, a moda, o seu hedonismo que não chega nem de perto ao de hoje. Para mostrar que tudo começou naqueles anos de festa e de luta, em osso país. E oferecer ao leitor uma narrativa de ficção que problematiza uma época, ainda bem recente.

RESENHAS

MESTRE OLMAR, BEM MAIS QUE UM "APENAS - CATA-PULGAS" HILMA RANAURO (UFF e ABRAFIL)

FREITAS, Horácio Rolim de. *A Obra de Olmar Gutterres da Silveira, Sua contribuição aos estudos das línguas portuguesa e latina*. Rio de Janeiro, Metáfora Editora Ltda., 1996. 376 p.

É de Horácio Rolim de Freitas (*Princípios de Morfologia*) o projeto de reunião, em livro, de trabalhos de Olmar Gutterres da Silveira, Catedrático de Língua Portuguesa da UERJ. A esse projeto se engajaram amigos e colegas de Olmar, além de alguns de seus ex-alunos. De todos eles se toma conhecimento na *Tabula Gratulatoria*, ao final do livro. Horácio Rolim de Freitas cumpre, assim, a missão que se propusera: levar a público a obra de seu velho professor, obra que "não poderia ficar guardada em gavetas ou conhecida de apenas alguns privilegiados". (Prefácio, p.01)

O livro dado a público por Horácio Rolim de Freitas, ex-aluno que veio a tornar-se colega e amigo de Olmar Gutterres da Silveira, divide-se em seções, distribuídas em 14 capítulos: Sintaxe, Morfologia, Fonologia, História da Língua, O Ensino do Idioma, Comentários Filológicos, Sociolingüística, Discursos, Palestras, Conferências, Prefácios, Traduções, Artigos, Crônicas, Contribuições para o Estudo da Língua Latina, O Filólogo Poeta. Este último capítulo apresenta duas das incursões de Olmar na poesia: "Obrigado", um autorretrato, e "Novo Decreto", poema dedicado a Renée Amaral da Silveira, casada com Olmar desde 1945.

Horácio nos apresenta as contribuições de Olmar Gutterres da Silveira aos estudos das línguas portuguesa e latina. Por essas contribuições, pode-se depreender sua vasta cultura, seus conhecimentos da Filologia, Linguística Geral e Sociolinguística, além de seus estudos de Filosofia. Associada a tais conhecimentos, é de se salientar a facilidade com que Olmar passeia pelos vários temas, de forma clara, direta, objetiva, didática, de fácil compreensão até pelos que se iniciam nos assuntos abordados, sempre se apoiando nos mais atualizados princípios linguísticos, alertando para aspectos em que a confusão entre pontos de vista diversos leva a equívocos na interpretação dos fatos da língua: os enfoques sincrônico e diacrônico no que diz respeito ao estudo

¹⁻ *In Confluência*, Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, n.º14, 1.º semestre/1997. p.110-113.

dos verdadeiros prefixos produtivos em português, no processo vernáculo de derivação, por exemplo.

É constante a preocupação de Olmar com o ensino e com a aprendizagem da língua portuguesa. Expondo seu plano de trabalho, reconhecendo o muito que há por dizer sobre os temas em estudo, explicando o enfoque que vai apresentar, sempre com farta fundamentação teórica, alertando para o fato de que "não é tão pacífica a interpretação dos diversos estudiosos, pois os conceitos que lhes servem de apoio frequentemente lutam entre si", propondo reformulações (não mais Sintaxe e Morfologia, mas Sintagmática e Paradigmática, ou seja, "o exame das palavras na expressão oracional, ou o da sua própria constituição"), esclarecendo, por vezes, não estar propondo uma teoria nova, mas tão somente acompanhando-a da defesa que lhe empresta, expondo os princípios em que ela repousa, Olmar apresenta os caminhos e etapas por ele percorridos até a conclusão do que vem a propor, sugerir, dando oportunidade a quem o lê de percorrer esses mesmos caminhos, essas mesmas etapas, como que a querer prevenir possíveis dificuldades, dúvidas, questionamentos dos que o lerem. Não satisfeito, expõe esse processo, com minúcias muitas vezes, no estímulo ao raciocínio, ao desenvolvimento do espírito crítico, na construção do saber, coisa que só um professor sabe fazer. E ele o faz sem abrir mão do rigor científico, do confronto de teorias, opiniões, posições, numa avaliação criteriosa.

Em Olmar Gutterres da Silveira se depreende o professor que se faz constantemente aluno, até mesmo, ou principalmente, de colegas que, segundo ele mesmo afirma, o ajudaram a ordenar suas pesquisas, suas indagações, seu autodidatismo. Nele, conjugam-se a vontade de aprender, seu entusiasmo diante da descoberta de boas obras, de bons trabalhos, e sua preocupação em divulgá-los, passá-los adiante, informar sobre eles aos que, como ele e com ele, se dedicam ao estudo e ao ensino da língua portuguesa. E ele não o faz em resenhas críticas, enviadas para publicação em revistas especializadas ou periódicos, como costuma ocorrer. O texto por ele escrito é, por vezes, reproduzido em cópias enviadas a seus pares. Exemplo disso nos é dado na carta aberta ao prof. Sílvio Elia ("Carta Aberta a um Grande Mestre", p. 216-224, capít. 7, "Sociolinguística").

É constante a preocupação de Olmar Gutterres da Silveira em contribuir para maior aprofundamento na análise dos fatos da língua portuguesa, apontando os pontos não resolvidos, ou mal resolvidos, aqueles que não resistem a uma análise mais acurada, sem esquecer, contudo, do cuidado e respeito para com os que, antes dele, deram inegável contribuição para a análise das questões por ele abordadas. Olmar faz questão de salientar que

não busca entrar no juízo crítico da doutrina de cada um deles, naturalmente diversa segundo a época em que cada um publicou seu(s) trabalho(s). Ao contrário do que costuma ocorrer, Olmar não ignora a importância dos que, antes de nós, trataram de temas que, hoje, com muito mais fontes de consulta, com o avanço dos estudos linguísticos, estão a exigir novo tratamento. A partir dos que nos antecederam, e, muitas vezes, graças a eles, é que nós podemos aperfeiçoar teorias, enfoques, abordagens. Lembremos, com apoio em Olmar, que é "de nosso feitio, infelizmente, esse vezo de aderir a certas ideias e provar-lhes absoluta lealdade com o abandono e desprezo do que já existia," o que é muito comum à "fúria iconoclasta das revoluções", cujos riscos e consequências todos os que labutamos, com seriedade, no magistério "das letras" conhecemos muito bem.

Para Olmar, nos cursos de formação de magistério (cursos superiores, especificamente), é absolutamente imprescindível que todas as teorias lingüísticas compareçam a debate e experimentação, de modo a oferecer ao professor oportunidade de integração nas várias conquistas das ciências linguísticas, sem que se permita que "a diversidade de princípios doutrinários conduza à pluralidade de posições extremadas". Alerta, ainda, para a "rigidez" e as "minudências" com que se desenvolve a nomenclatura especializada, o que, alerta, "mais é fator de incompreensão, do que é útil instrumento de trabalho". Como exemplo, cita, dentre outros, os vários métodos de trabalho no campo das investigações fonológicas (fonêmicas).

Todos os que logramos "ensinar português" sabemos do que fala Olmar. Os vários princípios doutrinários que invadiram escolas, universidades e até livros didáticos levam a que a matéria de estudo venha a adquirir "aspecto de porta aberta apenas aos iniciados", como bem afirma.

Em "A Grammatica de Fernão d'Oliveira" (p. 102-117), Tese para provimento de uma cátedra de Português no Colégio Pedro II, Olmar nos dá mostra de sua capacidade de análise, sua perspicácia, sua vasta cultura. Seu artigo "A Filologia no Brasil" (p. 119-127) é de leitura obrigatória a quantos se dediquem a pesquisas referentes à historiografia dos estudos filológicos no Brasil. Nele, Olmar apresenta autores e obras fundamentais para esse tipo de pesquisa, ressaltando a importância do que chamou de "movimento de revistas especializadas", bem como o papel decisivo da Filologia Brasileira para a uniformização e simplificação da Nomenclatura Gramatical.

Também Horácio Rolim de Freitas, ao resgatar os trabalhos de Olmar Gutterres da Silveira, reunindo-os em livro, informando sobre o mestre, sua atuação como professor, com importantes contribuições para os estudos da Língua Portuguesa e da Linguística, assume seu lugar, definitivamente, entre

os que deixam importante e decisiva contribuição à historiografia dos estudos científicos da linguagem no Brasil.

Questionado por nós² sobre sua "rebeldia de pôr em letras de forma o resultado de seus trabalhos", a que se refere Evanildo Bechara no texto de apresentação da obra, e sobre o "idiossincrático pudor intelectual" com que "quase que segregava sua produção científica" a que se reporta Sílvio Elia numa das orelhas do livro, mestre Olmar vem a afirmar que tudo que produzira o fizera "obrigado pelas circunstâncias" e que mais não fizera "por preguiça mesmo".

Sobre a possibilidade de, uma vez aposentado, vir a escrever mais, nada nos prometeu, limitando-se a informar que andava escrevendo, por sugestão de Horácio Rolim de Freitas, para um jornal da Ilha do Governador. Ao falarmos da impressão que nos ficara de que ele era, mais que tudo, professor, na preocupação maior de ensinar, de passar adiante suas aquisições intelectuais, seu saber, suas interpretações, conclusões, estudos e pesquisas, afirmou-nos que estávamos certa, que sempre fora *professor*. "Só professor", enfatizou. "De vários níveis", fez questão de acrescentar.

A Obra de Olmar Gutterres da Silveira. Sua contribuição aos estudos das línguas portuguesa e latina, organizada por Horácio Rolim de Freitas, tem texto de apresentação de Evanildo Bechara, 4.º de capa de Manoel Pinto Ribeiro, e depoimentos de Leodegário A. de Azevedo Filho e Sílvio Elia; todos igualmente professores com trabalhos publicados. Professores escrevendo sobre professores... Não bastasse o ingente (indigente?) trabalho de sala de aula, no "afã proletário em busca do pão de cada dia" de que já falava João Ribeiro, a "regência de turmas" (quantas!) com tudo que ela envolve, pertencem todos ao grupo dos que marcam gerações de alunos, contribuem para a formação e informação de futuros professores e pesquisadores. Não satisfeitos, ainda publicam trabalhos, e, insatisfeitos ainda, põem-se à faina de catar, aqui e ali, trabalhos dos que, iguais, sabe-se Deus a que penas duras, ainda conseguem pesquisar, estudar, elaborar teses, monografias, ensaios, artigos...

Alguns até se permitem cometer a "saliência" (aproveitemos expressão de Olmar) de escrever sobre trabalhos de colegas, como ora fazemos.

Devemos todos ser portadores daquela "índole de apenas - catapulgas" de que fala (sabe Deus querendo dizer o quê) Olmar Gutterres da Silveira, resgatado para nós e para a tão necessária memória de nossos estudos de linguagem por Horácio Rolim de Freitas, também ele autor de trabalhos importantes para os estudos da língua portuguesa.

²⁻ Contato por telefone em 19/08/1997.

SANTOS, Francisco Venceslau dos. Os anos da juventude; um romance. Rio de Janeiro: Caetés, 2014. 150 p. ROBERTO ACÍZELO DE SOUZA (TITULAR DE LITERATURA/UERJ)

Com ação ambientada em Teresina, na primeira parte, e no Rio de Janeiro, na segunda, a obra compõe um painel do viver de certa parcela da juventude, no lapso de tempo que se estende de meados da década de 1950 a fins da subsequente. Certa parcela — dissemos —, porque a galeria de personagens se restringe a jovens de classe média, cuja trajetória a narrativa apresenta, desde fins dos últimos anos de seus estudos em nível médio até o ingresso em cursos universitários.

Escolhido assim o segmento sociocultural a que pertencem protagonistas e figurantes, o relato, mediante seleção criteriosa de detalhes representativos, vai descrevendo comportamentos que configuram verdadeiro estilo de vida. Ficamos assim sabendo, por exemplo, como se vestiam os jovens da época e como eram suas diversões, e, sobretudo, quais as suas preferências em matéria de orientações políticas, bem como o universo de suas opções culturais, aí compreendidas manifestações da literatura, do cinema e da música. Desse modo, se vai compondo um mural de época, através de uma técnica de acumulação de pormenores significativos, multiplicando-se as alusões aos ícones da cultura jovem do tempo, da moda à filosofia, passando por romances, poemas e filmes. O resultado do processo é a construção do que se pode caracterizar como um quadro ético-estético de um passado mais ou menos recente, flagrado a partir de uma perspectiva brasileira, ainda que não alheio à conjuntura mundial daquele momento.

Para não ficar na descrição abstrata, vejamos algumas passagens do texto, a título de exemplificação dos traços referidos:

- a moda: "Manoela estava linda, magra, vestia uma blusa de jeans bem justa, calçava sandálias de couro, trazia a tiracolo uma capanga com um design creme, cheia de livros e papel" (p. 63); "No espelho da casa olhou-se. Vestia uma camisa branca bem simples, por cima um paletó xadrez à moda do final dos anos cinquenta [...]" (p. 16). - as leituras literárias: "Abriu *Alguma poesia*, de Drummond, e começou a ler, fazendo anotações em um caderno [...]" (p. 82); "Quer ser tão entediado quanto o amanuense Belmiro de Cyro dos Anjos?" — ironizou ela com a faceirice das garotas íntimas" (p.

82).

- as leituras filosóficas e sociológicas: "'Para onde estamos indo' perguntou Janice, que segurava nas mãos *Tristes trópicos* [...]" (p. 83); "'Sabe qual é a novidade?' encarou os colegas com um desafio, e continuou: 'Leio *O capital*, de Karl Marx'" (p. 24).
- a música: "[...] todos fizeram um círculo entre as prateleiras de discos e cantaram *When I got troubles*, de Bob Dylan" (p. 16); "Era sexta-feira, e havia no ar uma boa sensação, continuavam felizes ali sentados, escutando os Beach Boys, de vez em quando Celly Campello [...]" (p. 59).
- o cinema: "Seguiram como um casal, pela calçada da rua do Catete; tinha agora um cartaz de James Dean de *Juventude transviada* ao lado do de Cantinflas, na entrada do cinema Astheca [...]" (p. 61); "[...] e ficou examinando o cartaz de *Barravento*, de Glauber Rocha, fixado em um mega painel, entre cenas de cinema, tinha visto o filme na noite anterior no cine Odeon" (p. 81).

Eis então uma pequena amostra textual da técnica de acumulação mencionada, cujo produto final, conforme vimos, é o desenho da moldura ético-estética de uma época, à medida que compõe, em conjunto íntegro, a dimensão dos comportamentos e as referências culturais que os orientam. Composição, de resto, concretizada em narrativa ágil e veloz, que se precipita em ritmo de *videoclip*, como que encarnando o próprio frenesi do mundo de que é a representação ficcional, mundo que, como hoje podemos saber, apenas prefigurava o que ora vivemos, com seu ritmo ainda mais vertiginoso, a dissolver a vida em ligeireza.

SANTOS, Francisco Venceslau dos. Os anos da juventude; um romance. Rio de Janeiro: Caetés, 2014. 150 p. CARLOS SAID (JORNALISTA E ESCRITOR)

Os momentos felizes do homem foram definidos pelo poeta e escritor Nicolau Waquim Neto (Teresina, Piauí, 1943): "Todo trabalho, quando honesto, diviniza o mundo". A partir da conceituação do nosso querido conterrâneo, outro piauiense, Francisco Venceslau dos Santos (nascido na cidade de Francisco Santos), existe para servir ao próximo.

Realiza o sonho de engajar o passado na historicidade e o presente como passagem para o futuro da antropologia cultural.

O livro: "Os Anos da Juventude" é a prova substancial do que afirmamos no primeiro parágrafo da crônica. No estilo coloquial, Francisco Venceslau dos Santos junta a sua farta inteligência aos capítulos romanceados, justificativa do porquê, em 1963, migrar do Piauí e, no Rio de Janeiro, buscar – como novo personagem –, o prazer da louvação e da integração concretista da urbanidade carioca.

Destacado filólogo, o que se extasia em compreender as palavras e, assim, utilizá-las com amplitude através da documentação e do conjunto de técnicas inovadoras, Francisco Venceslau dos Santos realiza trabalhos artísticos e produz obras abertas literárias. Corretamente, vem introduzindo aspectos da dramaturgia atual. No livro recentemente lançado em Teresina, capital do Piauí, pela Livraria Entrelivros, de propriedade do poeta e escritor Dilson Lages Monteiro (Barras, Piauí, 1973), existem explicações sobre o importante assunto.

Através dos esclarecimentos sobre dramaturgia, entendida como arte e técnica de compor peças teatrais, o ilustre piauiense autentica a sua privilegiada vida de teatrólogo e dramaturgo ao guarnecer espaços afetivos nas recordações de seu tempo juvenil numa Teresina de idade moça tanto quanto a dele. E, na migração para o Rio de Janeiro, passa a alimentar-se da sua querida mocidade refletida nos percalços da alegre idade. Pelos ditames rigorosos de vivência áspera, tenta alcançar a madureza e com ela, a consagração.

Nas últimas semanas, participando de solenidades condutoras de lançamento de livros em importantes sodalícios, verificamos que Francisco Venceslau dos Santos é um cidadão repleto duma amabilidade convincente sem perdularismo. Convence pelo caráter peculiar às pessoas de boa índole e mais: não especifica individualismo e se compraz aos louvores. Na persistência

a respeito da sentença cristã na qual somos todos iguais perante Deus, o ilustre piauiense derrama pranto de gratidão. Consequentemente, ilumina os recantos de sua juventude vivida em Teresina e, feericamente, concede bendita claridade à cidade maior, local donde outros sonhos revelam a importância dos cenários multifacetados pelo seu cosmopolitismo entre cidades (lugares onde fatos concretos ocorrem cedendo oportunidades à confecção de explicações variadas).

O formidável Fernando Pessoa (Fernando Antônio Nogueira Pessoa: Lisboa, Portugal, 1888-1935), ao escrever o "Livro do Desassossego", criou um exuberante mundo de poesias e ficção: "Desejo sentir tudo de todas as maneiras". E na sua fortuna crítica, Francisco Venceslau dos Santos amplia o sentimento de Fernando Pessoa com um afetivo prosseguimento de lusitano desassossego: "Parece convite para o início de alguma viagem em um deserto da América". Contudo, numa outra grata expressão: "Onde não fomos, estamos", surge a solene revelação de Scott Fitzgerald (Francis Scott Key Fitzgerald: St. Paul, Minnesota, Estados Unidos, 1896- Hollywood, Estados Unidos, 1940): "O lar está sempre onde não estamos", a fim de explicar não existir fronteiras capazes de impedir o avanço da intelectualidade piauiense. Se há "dois Brasis", a imposição do dramaturgo Francisco Venceslau dos Santos é para que uma só nação, num só realismo, se torne imperecível.

(Publicado no Jornal MEIO NORTE, na seção Opinião.

Quarta-feira, Teresina, 17 de dezembro de 2014)

SCHMITZ, John Robert. Dicionário de

Epônimos e Topônimos da Língua Portuguesa. Curitiba: Ed. Prismas, 2014. ANDRÉ CONFORTE (ABRAFIL e UERJ)

Não faz muito tempo, folheava eu as páginas políticas de um diário carioca e eis que me deparo com a efusiva declaração de um jovem senador (bendita contradição diacrônica) feita num discurso proferido do alto daquela tribuna que, por sua própria natureza, inspira e estimula os mais apaixonados arroubos retóricos, herança milenar das catilinárias do velho Cícero, representante maior da arte grandiloquente. Eis as palavras indignadas do parlamentar:

- Não posso admitir a submissão por conta de um procedimento que não é encerrado, que não é fechado, que fica pairando como se fosse espada de Dâmocles sobre nós. E não posso e não aceitarei curvar a coluna para isso".

Bem, penso que não seja o caso de contextualizar a declaração do jovem político, o que ensejaria o risco de afugentar o leitor desta breve introdução e, isto sim é grave, fazê-lo desistir da ideia de se deliciar com a obra que tenho a honra e a alegria de apresentar.

A finalidade da citação – e poderíamos, numa breve pesquisa, encontrar muitas outras da mesma natureza – é tão somente destacar a extrema importância de um dicionário como este com que nos presenteia o professor John Robert Schmitz, linguista nascido nos Estados Unidos, mas que, por sorte nossa e sabese lá por que peripécias do destino, veio se aconchegar entre nós, brasileiros, naquele que é certamente o núcleo de maior excelência no que diz respeito aos estudos linguísticos no Brasil, a Unicamp.

Mas se a descrição de um linguista americano na Unicamp pode remeter o leitor à imagem do especialista sisudo encerrado no seu gabinete de pesquisas e alheio ao mundo, desfaça-se de imediato esse estereótipo mais do que longe da verdade. Não é preciso conhecer pessoalmente o professor Schmitz (decerto ele não aprova essa formalidade) para constatar que estamos diante de um professor-linguista que foge em tudo ao estereótipo a que me referi acima, excetuando-se, é claro, a excelência acadêmica e o rigor do pesquisador. Basta ler seu texto, leve, fluido e divertido, para saber que se trata de uma pessoa de cabeça aberta, absolutamente de bem com a vida, amante de tudo o que a nossa curta passagem pela vida nos pode oferecer. Aposto nisso sem medo de perder e aposto que o leitor fará a mesma aposta ao ler os verbetes deste instigante dicionário.

Mas voltemos à citação acima. Imagino agora o leitor que, ao se deparar

com a expressão "espada de Dâmocles", se pergunte que diabos significa isso e se veja em palpos de aranha para descobrir seu significado. Com alguma sorte, poderá desvendá-lo com a ajuda de um bom dicionário semasiológico, recorrendo a alguma acepção secundária do termo "espada", ou então recorrerá à ajuda da Wikipédia, fonte de consulta certamente aproveitável, mas ainda não inteiramente confiável, por sua natureza de confecção. Bem, o que posso dizer é que agora temos uma fonte segura e sistemática para essa espécie de locução, os chamados *epônimos*, que aqui figuram ao lado dos *topônimos*, elenco lexical que constitui a segunda parte deste dicionário. E, bem, se você que lê esta introdução ainda não sabe, por exemplo, o que é a espada de Dâmocles, apenas por curiosidade faça a consulta agora mesmo aqui no dicionário, e só por isso você já sairá dessa leitura mais rico do que quando entrou nela, assim como se deu comigo, quando me pus a fazer a leitura desta obra tão útil quanto cativante.

O tema dos epônimos e topônimos certamente já habita de longa data os pensamentos do professor John Robert (melhor assim?), uma vez que, já em 2009, ele escreveu dois artigos seguidos para a Revista *Língua Portuguesa*, nos quais já antecipava algumas das questões que aqui se encontram. No primeiro dos artigos, esclarecia o professor que a palavra epônimo se origina do prefixo grego "epi-", "ao", e do substantivo também grego "ónoma", "nome". Ou seja, é a palavra que remete "ao nome" de um indivíduo. Afirmava, ainda, que "o epônimo aparece nos idiomas porque usuários lançam mão do nome de uma pessoa a fim de preencher uma lacuna no seu vocabulário, criando assim uma nova palavra". Dessa forma, os epônimos, assim como os topônimos, incorporamse ao léxico da língua, enriquecendo-a enormemente, e compartilhando com as demais palavras todas as suas propriedades gramaticais, de modo que, a partir deles, criam-se formas derivadas, como outros substantivos (marxista), verbos (daltonizar) e adjetivos (orweliano). E é certamente essa capacidade de desfrutar das propriedades gramaticais do idioma que lhes confere o estatuto de palavras plenas da língua. Há ainda a possibilidade de incorporarem propriedades semânticas, como a polissemia, e cito, ainda do primeiro artigo, a expressão "daltonismo político", em que o nome derivado do descobridor da conhecida disfunção visual adquire sentido metafórico, algo similar a "miopia", também na sua acepção conotativa.

Já em relação aos topônimos, lembra-nos o professor que esse tipo de estudo tem igualmente caráter interdisciplinar, uma vez que demanda da parte do pesquisador "conhecimentos de história, geografia física e cultural, cartografia e linguagem". E nesse ponto reside uma das questões que eu, também como professor de linguagem, volta e meio debato com meus alunos: o estudioso da língua que se propuser estudar unicamente a língua, no seu aspecto estrutural,

certamente não será bom nem nisso. Não há estudo linguístico que possa abrir mão do caráter multi- e interdisciplinar. Como estudioso da obra do grande Othon Moacyr Garcia, de quem não me canso de falar, me recordo que, em meio às mais de 80 páginas de exercícios do aclamado *Comunicação em prosa moderna* (Ed. da FGV), há um exercício de vocabulário que solicita ao aluno que pesquise justamente o sentido de diversas expressões eponímicas, tais como, além da já citada, "caixa de Pandora", "fio de Ariadne", "nó de Alexandre", "pedra de Sísifo" etc.

O estudante modernoso poderá achar que tais expressões pertencem à velha retórica e, portanto, já caíram em desuso. Ora, a reportagem citada e o presente dicionário são justamente prova do contrário. Esse aluno, assim como nós professores, tem que se convencer de que a excelência de seus estudos acadêmicos terá sido corolário desse interesse múltiplo, em constante diálogo com todas as formas de linguagem e de conhecimento possíveis. As múltiplas referências feitas e recomendadas pelo professor John (agora sim!) constituem a mais perfeita tradução desse ideal de professor múltiplo. Que todos possamos seguir seu exemplo.

É isso. Mais palavras do que as já ditas entediarão o leitor que, assim espero mas desconfio com alegria, já deve estar ávido por devorar este apetitoso *Dicionário de Epônimos e Topônimos*. Meu desejo, do fundo do coração, é que você termine a leitura desta obra imbuído do mais legítimo espírito, digamo-lo eponimicamente, *schmitziano*.

HOMENAGENS PÓSTUMAS

HOMENAGEM PÓSTUMA AO ACADÊMICO OLMAR GUTERRES DA SILVEIRA. EM 21.08.1999. HORÁCIO ROLIM DE FREITAS (UERJ E ABRAFIL)

Senhor Presidente da Academia Brasileira de Filologia, Professor Leodegário Amarante de Azevedo Filho, ilustres acadêmicos, prezados parentes do homenageado, minhas senhoras e meus senhores! Sempre se constituiu em momento de enlevo e alegria falar do Mestre e amigo, Prof. Olmar Guterres da Silveira. Hoje, saudoso por sua partida, devo prestarlhe esta homenagem, ato que nunca pensei acontecer, esperançoso de que o Mestre chegasse a nonagenário. Quis Deus chamá-lo tão cedo, para tê-lo junto a Si, alma iluminada que retorna à morada divina. Olmar Guterres da Silveira deixou uma lição de vida e de amor em todos que usufruíram sua cultura, seus ensinamentos sempre claros e precisos, não apenas alunos e exalunos, mas os próprios colegas ouviam-no para dirimir dúvidas. Mestre como poucos, dominava as línguas portuguesa e latina, não descurando da Filologia, da Sociolingüística, do grego, das línguas românicas e do alemão. Em todos os campos da cultura linguística, objetos de suas pesquisas sob aquilatado senso crítico, deixou marca indelével. É o que ocorreu, por exemplo, nos campos morfológico e sintático. Quando gramáticos procuravam explicação plausível para melhor entendimento do emprego de pronomes ditos relativos e de alguns advérbios, por não apresentarem um termo antecedente, o Mestre esclarecia, definitivamente, em sua tese, que a subordinação de orações não se processa apenas por conexão. Trabalho este que o deixa bem distante de estudos preliminares tratados por autores nacionais e estrangeiros, como: Said Ali, José Oiticica, Sílvio Elia, Ernout-Tomás, Sechehaye.

Como filólogo deu-nos um erudito comentário do Canto V de Os Lusíadas, edição da Biblioteca do Exército. Não menos ricos são seus comentários a fábula de Fedro e à 1.ª Sátira de Horácio. Sob visão sociolinguística produziu a *Carta aberta a um grande mestre*, dedicada a Sílvio Elia, onde faz brilhantes observações a propósito de bilinguismo e diglossia e, de passagem, tece comentários sobre a transcrição do grego clássico e do grego moderno. Sempre em dia com os mais atualizados estudos, sabia, de maneira ímpar, selecionar o que era exequível de aplicação à língua do que era pura abstração no campo teórico. Absorveu as ideias dos mais eminentes linguistas, dentre os quais estão: Eugenio Coseriu, Bernard Pottier, Henri Frei, Francis

Mikus, para só citar alguns de uma ampla galeria. Mas o Prof. Olmar não se absteve dos autores nacionais, dignos de se ombrearem com qualquer autor estrangeiro. Compulsava-os, citava-os e orientava os alunos a lê-los: um Said Ali, Sousa da Silveira, Evanildo Bechara, Sílvio Elia, José Oiticica, Serafim da Silva Neto e tantos outros. Seguindo a trajetória dos grandes mestres, não os repetia, criava.

Em cada lição de suas obras, pode-se constatar o dedo do gigante, contribuição essa tão bem assinalada pela arguta percepção do Prof. Sílvio Elia que aqui repito: "Para enriquecimento da cultura brasileira, emerge de corpo inteiro a figura magnífica do filólogo, forrado de acabada formação linguística, do mestre da língua, do latinista, do homem de saber e experiência feito". Deu a lume edição da Gramática de Fernão de Oliveira, cópia microfilmada do exemplar da Biblioteca Nacional de Lisboa, texto de 1536. Ali, nomeia as fontes de autores latinos, gregos, portugueses utilizados pelo nosso primeiro gramático, além do famoso Antônio Nebrija. As apreciações críticas feitas a passagens dessa obra, no campo fônico e no campo morfológico, constituem uma amostra do apurado senso crítico e analítico que possuía o grande Mestre. Outras edições anteriores teve a obra de Fernão de Oliveira. A 2.ª edição data de 1871. Em 1933, sai a 3.ª edição. A imprensa Nacional - Casa da Moeda edita a 4.ª edição, em 1975. Essas três edições foram feitas em Portugal. No Brasil, o Prof. Olmar Guterres da Silveira tomou a si essa responsabilidade, publicando, em 1954, a tese A "Grammatica" de Fernão D'Oliveyra. A importância dessa edição, pelo texto fidedigno, pelas fontes apresentadas e pelos comentários de alta competência linguística mereceu a escolha do eminente linguista, Eugenio Coseriu, que nela se baseou para a composição de sua obra: *Língua* e Funcionalidade em Fernão de Oliveira. Olmar Guterres da Silveira deixou, além de vários estudos, teses e artigos sobre as línguas portuguesa e latina, lições sobre o ensino do idioma nos graus médio e universitário, palestras proferidas em várias universidades, discursos, crônicas, prefácios, traduções e poesias. Destaco, aqui, duas conferências: sobre Sousa da Silveira, proferida na Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte, em que demonstra domínio da Linguística Textual; e outra sobre Antenor Nascentes, realizada nesta Universidade.

Lecionou no Colégio Pedro II por 44 anos. Regeu interinamente a Cátedra de Latim. Prestou concurso para a Cadeira de Língua Portuguesa com a brilhante tese "A Grammatica de Fernão d'Oliveyra", em 1954. Na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Distrito Federal, que se tornaria a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), obteve os títulos de Livre-Docente e Doutor em Letras, com a tese "Orações

Subordinadas sem Conectivo". Nesta Universidade foi o primeiro assistente do Dr. Clóvis Monteiro, cuja obra ainda hoje se destaca pela atualização e pelo cientificismo do grande filólogo. Em 1962, o Prof. Olmar mais uma vez se submeteu a concurso público e obteve a Cátedra de Língua Portuguesa da Universidade do Estado da Guanabara, hoje UERJ, com a tese "Prefixos e Não Prefixos Portugueses". Por trinta anos exerceu a Cátedra com proficiência e dedicação ao ensino e ao idioma. Imprimindo uma linha filológica, iniciada por seu antecessor, Dr. Clóvis Monteiro, descortinou os horizontes da Filologia, formando professores que, através de suas aulas, e da equipe por ele escolhida a dedo, se familiarizaram com a obra dos mais produtivos e competentes filólogos, base indispensável para o domínio da língua portuguesa, como: Said Ali, Antenor Nascentes, Augusto Magne, Mário Barreto, Leite de Vasconcelos, Carolina de Michaelis, entre muitos outros. Mestre como poucos, Olmar Guterres da Silveira, ou na expressão carinhosa usada pelo Prof. Bechara: "o nosso Olmar", dirigia os alunos para a pesquisa, leitura atenta das obras indicadas cujos temas eram discutidos com senso crítico e perspicácia. Infelizmente, ao chegar aos setenta anos, em 1992, teve de afastar-se pela compulsória. Deveria substituí-lo, de fato e de direito, outro ex-assistente de Clóvis Monteiro, o Prof. Jairo Dias de Carvalho, cuja competência e dedicação ao trabalho eram notórias. Quis o destino que o Prof. Jairo se abstivesse das atividades acadêmicas, solicitando aposentadoria. A Cátedra ficou acéfala. A linha filológica de Clóvis Monteiro e Olmar Guterres da Silveira se extinguiu. A vaga poderá ser preenchida, mas não a Cátedra. Não há, em minha geração, ninguém à altura do valor intelectual do Prof. Olmar Guterres da Silveira. Contudo, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro não desmereceu o mestre ilustre, concedeu-lhe o título de Professor Emérito.

O Mestre amigo. Vim a conhecer o Prof. Olmar no Curso de Mestrado da Universidade Federal Fluminense. Da primeira turma de pós-graduação ali formada fazíamos parte eu, Jayr Calhau, Walmírio Macedo, Manoel Pinto Ribeiro, Castelar de Carvalho, dentre outros, que tivemos a dádiva de receber os ensinamentos do Mestre. Sentindo-nos seguros, capazes, sob tão eficientes orientações de Olmar Guterres da Silveira, Evanildo Bechara, Sílvio Elia, Gladstone Chaves de Melo e Jesus de Belo Galvão, arvoramo-nos a conquista mais alta. Iniciou-a Walmírio Macedo, submetendo-se a concurso público de provas e títulos na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, a primeira a cumprir a lei que possibilitava a obtenção dos títulos de Livre-Docente e Doutor em Letras. Também lá estivemos eu e Jayr Calhau. Das aulas do Prof. Olmar surgiu o tema que ficou a martelar-me a cabeça: o processo de derivação na língua portuguesa. Desenvolvi o novelo de ideias,

dei-lhe forma e nasceu a tese com que me submeti àquele concurso. Sempre incentivado pelos Mestres, Prof. Olmar e Prof. Bechara, apurei o trabalho, ampliei-o e publiquei-o. *Princípios de Morfologia* mereceu do Mestre o que mais prezo na obra: o prefácio. Fê-lo o Prof. Olmar com medidas palavras, mas sempre precisas e sinceras. Não era de seu feitio abusar de elogios. Um adjetivo positivo já valia como tal.

Tive o privilégio de ter no Mestre um amigo. Privei de sua amizade e da amizade de sua dulcíssima esposa. Nosso convívio era constante: pessoalmente, por telefonemas ou por escritos, às vezes cartas em latim. Numa dessas correspondências tive a oportunidade de destacar uma de suas virtudes: "Simplicitas est hominum sapientissimorum" (A simplicidade é própria dos homens mais sábios). Devo-lhe a indicação de meu nome para ocupar uma cadeira nesta egrégia Academia. Entre agradecido e admirado, temi tornar-me candidato. Estaria sentado ao lado de meus Mestres: Olmar, Bechara, Sílvio Elia, Jesus. Era uma subida honra. Jayr Calhau convenceu-me. Fui recebido nesta Casa pelo Prof. Olmar que descreveu minha vida no magistério no ensino das línguas portuguesa e latina. Foi um momento de enlevação. Conhecedor de seus escritos: artigos, conferências, algumas teses, procurei defrontar-me com os trabalhos inéditos. Aí tive grande ajuda da Dra. Renée. A modéstia, a simplicidade, que marcavam seu caráter, faziam o Mestre protelar a entrega da obra solicitada. Mas o discípulo era insistente e o Mestre, então, acedia, não sem deixar uma palavra como dedicatória e, às vezes, até em verso. Foi o que ocorreu quando dele recebi o exemplar tão esperado da tese "Orações Subordinadas sem Conectivo" com a seguinte dedicatória: "É teimoso o meu amigo !.../ Pede ... insiste ... até consegue/ (apesar do que lhe digo)/ que eu abra mão da firmeza/ de silêncio, a que me obrigo,/ e parlapatescamente/ aqui lhe traga, comigo,/ o envelhecido exemplar/ da tese que apresentei/ para me candidatar/ à Docência primeira/que houve por bem instaurar/ a UERJ daquele tempo./ E para não molestar/ os seus ouvidos, Horácio,/ com tantas rimas em -ar,/ prometo-lhe: vão cessar;/ e você há de gostar/ da calma crepuscular/ que, finalmente, restar.../ Aceite o abraço do Olmar. (13/8/87). Era preciso que sua obra esparsa fosse reunida e publicada. Cada página escrita pelo Mestre é motivo de reflexão, conduz o estudioso à pesquisa, abre novos caminhos. Alguém deveria tomar a si essa tarefa. Propus-me a fazê-lo. Iniciei o trabalho com denodo e jamais esmoreci durante os seis anos de pesquisa. Em muitas ocasiões, tive a ajuda de D. Renée, pois, como bem observou Sílvio Elia "Por estranho que possa parecer, o maior obstáculo foi o próprio homenageado. É que, abrigando-se atrás do que chamaria "idiossincrático pudor intelectual", diz-nos Sílvio Elia, "Olmar quase que segregava sua produção científica". Em

1992, concluí a organização de sua obra. Veio a segunda fase. Submeti-a a várias editoras. Pelo tamanho da obra, pelos textos latinos e transcrições em grego e possivelmente, também, pelo desconhecimento de seu valor científico. a resposta era uma gentil desculpa. Passaram-se três anos. Eis que outro exaluno do Prof. Olmar, nosso colega e amigo, Prof. Manoel Pinto Ribeiro, com experiência em editoração, veio em nosso auxílio. Renovou-se o alento. Sem medir esforços, Manoel Ribeiro movimentou colegas, amigos, alunos no afã de imprimir a obra do Mestre. Em 1996, a obra completa do Prof. Olmar estava impressa em livro, enriquecendo o acervo de nossa cultura linguísticofilológica. Nosso dever estava cumprido. O Mestre, feliz, autografou os inúmeros exemplares. A noite de autógrafos foi uma festa. Culminou com as palavras do Prof. Sílvio Elia ao traçar o perfil do homem, do chefe de família, do professor, do latinista e do filólogo. Momento inesquecível! A obra está aí para quantos queiram abeberar-se da fonte inesgotável de saber. É de leitura agradável, apesar da erudição e do caráter científico, pois, como bem a retratou o Prof. Manoel Pinto Ribeiro em apreciação que consta da capa do livro: "O estilo é claro, conciso, soante, próprio de quem se preocupa em lapidar cada frase, cada pensamento. O Prof. Olmar impregna seu trabalho de toda a pujança de nosso idioma". Olmar Guterres da Silveira pertenceu a várias entidades culturais. Membro fundador da Sociedade de Romanistas, da Sociedade Brasileira de Língua e Literatura, do Círculo Linguístico do Rio de Janeiro, da Academia de Letras do Rio de Janeiro. Na Academia Brasileira de Filologia, ocupou a cadeira número 35 que tem por Patrono Amadeu Amaral. Sua imagem, sua bondade, sua grandeza de virtudes estarão não só nos corações de seus familiares: da esposa, Dra. Renée, de sua irmã, D. Dirce Santos, dos filhos, Vera Lúcia e Paulo César, dos netos, Guilherme, Renata, Anna Paula e Anna Letícia, mas também no coração dos amigos e dos confrades.

Ao finalizar esta homenagem, faço minhas as palavras de Cícero: "Haec vita est sua, quae vigebit memoria hominum omnium quam posteritas alet, quam ipsa aeternitas semper tuebitur". (Esta é a sua vida que viverá na lembrança de todas as pessoas, que a posteridade sustentará e que a própria eternidade defenderá".) O homem passa, mas a obra e o exemplo de caráter permanecem. Olmar Guterres da Silveira não apenas dignificou a Filologia e a Linguística, dignificou o ser humano. Olmar Guterres da Silveira, immortalis es!

MEMÓRIA

Ao completar um ano de falecimento do Prof. Olmar Guterres da Silveira, foi prestada uma homenagem ao Mestre, sendo publicada em O Globo a seguinte mensagem:

Um ano de saudades do Mestre que honrou o magistério com amor, dedicação e competência extraordinária, e inscreveu seu nome entre os maiores linguistas e filólogos do século.

Homenagem dos colegas e amigos Horácio Rolim e esposa, Manoel P. Ribeiro e esposa, Nícia Clare, Evanildo Bechara, Luiza Berthier, Rosalvo do Valle e esposa, Amaury de Sá e Albuquerque, Leodegário de A. Azevedo Filho, Walmírio Macedo, Amós Coelho, Antônio J. Chediak, Suely Shibao, Jayr Calhau.



O Prof. Olmar Guterres da Silva, acompanhado da Prof.ª Marlene Coelho Rolim de Freitas (sentados), da aluna Érica Ferraz Ueoka e de duas colegas da UERJ, em 24.6.1996, dia do lançamento de A OBRA DE OLMAR GUTERRES DA SILVEIRA - sua contribuição aos estudos das línguas portuguesa e latina, de Horácio Rolim de Freitas, por Metáfora Editora Ltda.

NOTICIÁRIO

ESTUDOS DE LÍNGUA E LITERATURA III

Pelo terceiro ano consecutivo, foi realizado o evento ESTUDOS DE LÍNGUA E LITERATURA, na UERJ, no auditório 111, nos dias 23, 24 e 25 de julho de 2014, sob a coordenação do Prof. Manoel P. Ribeiro

Houve um grande êxito, com a presença de 217 inscritos. Todos receberam revistas da ABRAFIL. Muitos livros foram sorteados para os inscritos. Os professores Amós Coêlho da Silva e Antônio Martins de Araújo estiveram presentes nos três dias de evento, com particicipação muito efetiva.

A programação contou com excelentes nomes do nosso universo acadêmico, como se verifica a seguir.:

23.7.2014

14,00 h: Abertura.

14,15 h: A historiografia literária hoje – Prof. Dr. Roberto Acízelo Souza

15,15h: Iracema em três tempos: Prof. Dr. Antônio Carlos Sechin.

16,45 h: Sintaxe e discurso: Prof. Dr. José Carlos Azeredo.

24.7.2014

14,00 h: Semântica e sintaxe – A semântica ajuda ou complica?

Prof. Dr. Walmírio Macedo.

15,15 h: Análise da avaliação do ENEM – Prof. Dr. Claudio Cezar Henrique e Prof. Dr. Agostinho Dias Carneiro.

16,45 h: A linguagem de Noel Rosa e seu estilo - Prof. Dr. Antônio Martins de Araújo.

25.7.2014

14,00 h: A implementação da reforma ortográfica - Prof. Dr. Evanildo Bechara.

15,15 h: A linguagem dos esportes de massa – Prof. Dr. Fábio Mário

Iório/ Prof. Dr. Manoel P. Ribeiro

16,45 h: O pequeno "sertão" de Tutameia - Prof. Dr. Gilberto Mendonça Teles.



Professores Antônio Martins de Araújo e Evanildo Bechara.

COMEMORAÇÃO DOS 70 ANOS DA ACADEMIA

Em 23.8.2014, na UERJ, no 11.º andar, no RAV 112, das 14,00 às 17,00, foram comemorados os 70 anos da ABRAFIL. Realizou-se uma foto dos acadêmicos presentes.

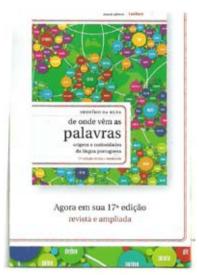
No final da sessão, os acadêmicos se reuniram para comemorar com um coquetel.



Em 23.8.2014, na comemoração dos 70 anos da ABRAFIL, veem-se os professores Evanildo Bechara, Francisco Venceslau dos Santos, Eduardo Tuffani Monteiro, Walmírio Eronides de Macedo, Mauro de Salles Villar, Amôs Coêlho da Silva, Deonísio da Silva, Manoel Pinto Ribeiro, Domício Proença Filho, Claudio Cezar Henriques, Antônio Martins de Araújo, Álvaro Alfredo Bragança Júnior, Afrânio Garcia da Silva, Nilda Santos Cabral, Mirian Therezinha da Matta Machado, Maria Emília Barcellos da Silva, Ceila Maria. F.B.R. Martins, Maria Antônia da Costa Lobo.

LANÇAMENTOS DE LIVROS DE ACADÊMICOS

DE ONDE VÊM AS PALAVRAS – 17.ª edição, 2014, Rio: Editora Lexikon - Deonísio da Silva



Deonísio da Silva, "jardineiro e botânico das palavras", por força da sólida formação intelectual que o levou a constituir-se em referência em nossas letras, é escritor (seu livro de estreia é de 1975), professor universitário (desde 1975) e jornalista, atuando na imprensa, no rádio e na televisão com colunas semanais de grande repercussão. É Doutor em Letras pela USP (1989, São Paulo-SP), Mestre em Letras pela UFRGS (1981; Porto Alegre-RS). Licenciado em Letras pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (1976; Ijuí-RS). É professor aposentado da UFSCar (1981-2003; São Carlos-SP).

Atualmente, ministra videoaulas na Universidade Estácio de Sá (RJ), onde é curador da Língua Portuguesa, e coordena projeto editorial na Unisul (SC). Desde 2011, faz três colunas semanais de Língua Portuguesa ("Sem Papas na Língua") ao vivo, na Rádio Bandnews Fluminense, FM 94,90.

Desde 2012 é consultor dos Dicionários Caldas Aulete

Na Estácio, de 2003 a 2013 foi Professor Titular de Literatura Brasileira e professor de Língua Portuguesa em aulas teletransmitidas e on-line, tendo

exercido diversos cargos, tais como Vice-reitor de Pós-graduação, Vice-reitor de Extensão, Diretor da TV Estácio, Coordenador Geral do Curso de Letras e Diretor de Relacionamento.

Suas pesquisas e publicações como professor privilegiam os seguintes temas: etimologia, censura na literatura brasileira, resenhas e ensaios literários. Tem 34 livros publicados, entre romances, contos e ensaios, alguns dos quais publicados em italiano, francês, espanhol, alemão, sueco etc.

Recebeu diversos prêmios, entre os quais o Prêmio Internacional Casa de las Américas, em júri presidido por José Saramago, que faz a apresentação de um de seus romances nas edições em português, no Brasil e em Portugal, em espanhol (em Cuba) e em italiano (na Itália). Em 2010 foi agraciado com o Prêmio Guilhermino César, pela Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre, na categoria de personalidades que, não sendo gaúchas, deram expressiva contribuição cultural ao Estado.

A partir de 2010, seus livros começaram a ser publicados pela Editora Leya, que já lançou todos os contos no volume "Contos Reunidos", a 10a. edição do romance "Avante, soldados: para trás" (Prêmio Internacional Casa de las Américas), "A placenta e o caixão" (crônicas selecionadas) e o romance "Lotte & Zweig", prêmio de melhor romance de 2012 pela Academia Catarinense de Letras. Em 2012, relançou pela Editora Novo Século os títulos "A língua nossa de cada dia" e "A vida íntima das frases". Em 2013 recebeu da Academia Catarinense de Letras (Florianópolis, SC) o prêmio de melhor romance do do ano anterior por "Lotte & Zweig".

É Cidadão Honorário de São Carlos (SP) e Cidadão Honorário do estado do Rio de Janeiro. Recebeu da UFSCar (em 1996) e da Prefeitura de São Carlos (em 2013) placas por reconhecimento por seu trabalho.

Tem participado de vários congressos, nacionais e internacionais, quer como escritor, quer como professor universitário. Seu livro mais recente no Brasil é a reedição revista e ampliada de DE ONDE VÊM AS PALAVRAS (Rio, Editora Lexikon, 2014, 17.ª edição, disponível em versão impressa, nas livrarias de todo o país, e em versão eletrônica de e-book). No exterior, "STEFAN ZWEIG DEVE MORIRE" (Itália, Nápoles, 2013) e LA INVENCIÓN DE LA REALIDAD (com Paula Parisot & outros (México, Cidade do México, 2013).

É membro da Academia Brasileira de Filologia, onde ocupa a cadeira

33, sendo seu atual vice-presidente (2014-2016), na chapa de Antônio Martins de Araújo.

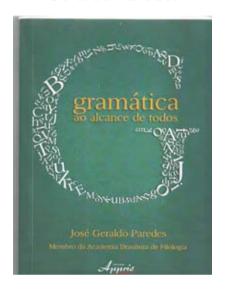
Livros publicados

Dentre os livros publicados pelo Prof. Deonísio da Silva, salientamos alguns títulos: La invención de la realidad (no México); Stefan Zweig deve morire (na Itália); A vida íntima das frases; Contos reunidos; A Língua Nossa de Cada Dia: textos sobre língua portuguesa; A Vida Íntima das Palavras; Imprensa e Literatura; Nos bastidores da censura: sexualidade, literatura e repressão pós-64; A ferramenta do escritor.



Discursando, o Prof. Deonísio da Silva e, ao lado, o Mestre Evanildo Bechara.

GRAMÁTICA AO ALCANCE DE TODOS – José Geraldo Paredes

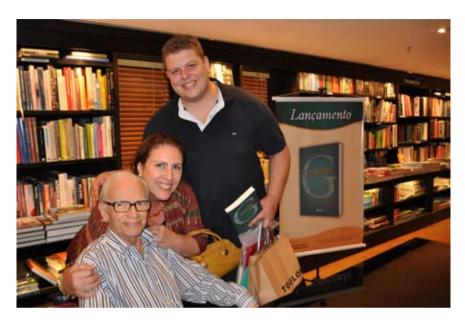


O livro do Prof. Dr. José Geraldo Paredes foi lançado em 7.5.2104, pela Editora APPRIS. O Mestre Paredes é Doutor em Letras e Livre-docente pela Universidade Santa Úrsula, do Rio de Janeiro. Publicou, ainda, *O segredo da redação* e o *Guia de elaboração de ensaios e monografias*. Foi membro da bança examinadora na UERJ

Ex-professor da Escola Naval. Lecionou Didática de Latim para professores em cursos da CADES, órgão do MEC. Membro efetivo da Academia Brasileira de Filologia.

A obra tem o objetivo de nortear os que, por dever, precisam desenvolver a capacidade de expressar-se em Língua Portuguesa. Por meio de lições práticas e exercícios, procurou-se evitar o excesso de conceitos teóricos, tornando, assim, fácil a aprendizagem a quem necessita utilizar a norma culta de nosso idioma.

Muito útil para redatores, estudantes, profissionais liberais, secretárias, escritores, jornalistas, candidatos a concursos.



Professor Paredes no lançamento de sua gramática.



Em primeiro plano, o Prof. Paredes acompanhado dos confrades Antônio Martins de Araújo, Domício Proença Filho e Amós Coêlho da Silva. Ao lado do Prof. Martins, sua filha

A GRAMÁTICA NO BRASIL – Ricardo Stavola Cavaliere



O Prof. Cavaliere é Doutor em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e cumpriu estágio de pós-doutorado em História da Gramática no Brasil na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor associado da Universidade Federal Fluminense e membro efetivo da Academia Brasileira de Filologia. É conselheiro do Real Gabinete Português de Leitura, com o título de Grande Benemérito. Editor da revista Confluência, coordenador do GT de Historiografia da Linguística Brasileira da ANPOLL.

Destacam-se, ainda, outras obras: Fonologia e Morfologia na gramática científica brasileira, Pontos essenciais em fonética e fonologia, Palavras denotativas e termos afins: um visão argumentativa.

A obra foi lançada em 2.7.2014, na Blooks Livraria, em Botafogo, pela Editora Lexikon. *A Gramática no Brasil: ideias, percursos e parâmetros* pretende contribuir para a descrição e análise historiográfica da gramaticografia do português em solo brasileiro. Traz uma visão panorâmica das fases em que se desenvolveu e estabeleceu o pensamento gramatical ao longo dos séculos XIX e XX no Brasil. Há estudos sobre a influência doutrinária estrangeira na Linguística brasileira.

O ROMANCE DOM CASMURRO DE MACHADO DE ASSIS – edição crítica e comentada: estudos biobibliográficos – MAXIMIANO DE CARVALHO E SILVA

A obra foi lançada na EDUFF(editora da UFF), em 29.9.2014.



Professor Maximiano de Carvalho e Silva e Mauro Romero, ex-diretor da EDUFF.

MAXIMIANO DE CARVALHO E SILVA

Eleito em 1978 membro efetivo da Academia Brasileira de Filologia, para ocupar a vaga de Humberto de Melo Nóbrega na Cadeira n.º 1, de que é Patrono o Padre José de Anchieta e fundador o Padre Augusto Magne. Nascido na cidade do Rio de Janeiro, a 5 de julho de 1926. Professor e pesquisador com atuação nas áreas de Linguística Portuguesa, Critica Textual, Literatura Brasileira e Literatura Portuguesa, e inúmeros trabalhos publicados.

Diplomado pela Escola Superior de Guerra (1975); livre-docente em Filologia Portuguesa pela Universidade Federal Fluminense (1981). Realizou estágio de pesquisador em Portugal, com bolsa de estudos concedida pelo Instituto de Alta Cultura do Ministério da Educação Nacional (1974), e fez viagens de estudos e pesquisas patrocinadas pela ESG a diferentes pontos do território brasileiro e a cinco países africanos (1975).

Exerceu o magistério regular até o ano de 1989: como professor de ensino secundário, de 1945 a 1970, em vários colégios na cidade do Rio de Janeiro, entre os quais o Colégio Pedro II e o Colégio de Aplicação da Faculdade Nacional de Filosofia; como professor de ensino superior, nos cursos de Jornalismo e de Letras da Pontificia Universidade Católica (de 1953 a 1968), e nos cursos de graduação e de pós-graduação em Letras da Universidade Federal Fluminense (de 1957 a 1989), onde foi Titular das disciplinas de Língua Portuguesa, Orientação de Estudos e Pesquisas, Filologia Critica Textual) e Estudo de Problemas Brasileiros. Foi ainda, de 1959 a 1961, professor de cursos a aperfeiçoamento do magistério promovidos pela campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura (CADES), realizados nas cidades de São Carlos, Campinas, Goiânia, Belém, Curitiba e João Pessoa; de 1963 a 1965, professor de Língua Portuguesa do curso pioneiro pela televisão — Artigo 99 no 9, na TV Continental - Canal 9, como inicio no Rio de Janeiro da TV Educativa.

Em 1984, foi professor visitante de Língua Portuguesa e Cultura Brasileira na Universidade de Estudos Estrangeiros de Kyoto (Japão). Aposentado no serviço público em 1989, continuou a exercer atividades de ensino e pesquisa em cursos avulsos (como os que ministrou na Biblioteca Nacional e os que organiza atualmente como integrante do grupo de fundadores e dirigentes do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português de que é Diretor-Bibliotecário). Na Universidade Federal Fluminense exerceu a partir de 1965 vários cargos e funções de direção, assessoramento e colaboração: Chefe do Departamento, coordenador dos cursos de graduação e de pós-graduação em Letras, Diretor do Instituto de Letras, membro do Conselho do Centro de Estudos Gerais e do Conselho Universitário, Vice-Presidente da Comissão Executiva de Pesquisa e Pós-Graduação (onde foi autor de numerosos pareceres e relator de oito processos de criação dos primeiros cursos de mestrado em diferentes áreas, nos anos de 1970 a 1974), integrante de inúmeras comissões especiais designadas pelo Reitor, Diretor da Coordenação Superior de Estudos Brasileiros; Coordenador do acordo de intercâmbio estudantil entre a UFF e a Universidade de Estudos Estrangeiros de Kyoto. Foi Diretor do Centro de Pesquisas e Centro do Conselho Consultivo da Fundação Casa de Rui Barbosa (de 1970 a 1980) e membro do Conselho Administrativo-Fiscal na Fundação Oliveira Viana, em Niterói (de 1973 a 1976). Participou de numerosas bancas examinadoras, entre as quais as de concurso público para a carreira do magistério; de programas de conferências e debates e sessões de estudos, de trabalhos de consultoria e de congressos

no Brasil ou no estrangeiro, entre os quais as cinco primeiras Reuniões Internacionais de Camonistas em Lisboa, Niterói, Coimbra, Ponta Delgada e São Paulo), o Congresso Internacional de Estudos Camilianos e o de Estudos Anchietanos (promovidos pela Universidade de Coimbra). Integrou em 1972 a Comissão Especial designada pelo Governo brasileiro para organizar e dirigir o programa de comemorações do quarto centenário de *Os Lusíadas* de Luís de Camões.

BIBLIOGRAFIA: ENSAIOS E ESTUDOS HISTÓRICOS E FILOLÓGICOS - Cadernos MEC - Português 3: Antologia, Gramática, Exercícios (1967); Sousa da Silveira: o Homem e a Obra - Sua Contribuição a Crítica Textual no Brasil (1984); O Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa (1972); Problemas Demográficos: Uma Política de População Para o Brasil (1975); Homenagem a Manuel Bandeira, coletânea de poemas, depoimentos e estudos especiais (1989); Um Pioneiro dos Estudos de Tecnologia dos Alimentos no Brasil: Vida e Obra de Osvaldo Monteiro de Carvalho e Silva (2000).

EDIÇÕES CRÍTICAS: *Dom casmurro*, de Machado de Assis (1966); *Ubirajara* (1970), *O Tronco do Ipê, O Sertanejo* e *Til* (1973), de José de Alencar; e *Amor de Perdição*, de Camilo Castelo Branco (1983).

EDIÇÕES QUE ORGANIZOU, COM O TEXTO REVISTO E ESTUDOS PRÉVIOS: Dificuldades da Língua Portuguesa (1957) e Gramática Histórica da Língua Portuguesa, de Said Ali (1964); Lições de Português (1964) e Dois Autos de Gil Vicente (1973), de Sousa da Silveira; "Os Lusíadas" de Luís de Camões Comentados, de Epifânio Dias (1972); Estudos Camonianos de autores brasileiros já falecidos (1974); Camões e o Jau, de Casimiro de Abreu (1980); Camões – Discurso Pronunciado a 10 de Junho de 1880, de Joaquim Nabuco (1980); História de um Pintor Contada por Ele Mesmo, de Antônio Parreiras (1999).

EDIÇÕES QUE PROMOVEU, DIRIGIU E PREFACIOU: Obra Crítica de Nestor Vitor, Volume II (1973); Emilio Federico Moran, Rui e a Abolição (1973); Américo Jacobina Lacombe, Roteiro das Obras completas de Rui Barbosa (1974); Manuel Diegues Júnior e outros, Literatura Popular Em Verso: Estudos (1973); Gilberto Mendonça Teles, Camões e a Poesia Brasileira (1973); Hamilton Elia, Camões e a Literatura Brasileira (1973); Jayro José Xavier, Camões e Manuel Bandeira (1973); Cleonice Berardinelli, Estudos Camonianos (1973); José G. Herculano de Carvalho, Crítica Filológica e Compreensão Poética (1973).

OS ANOS DA JUVENTUDE – Francisco Venceslau dos Santos



Histórico dos lançamentos

No Rio de Janeiro

O romance *Os anos da juventude*, de Francisco Venceslau dos Santos, foi lançado, na Livraria da Travessa/Ipanema, no dia 31 de outubro de 2014, pela Editora Caetés. O evento contou com a presença de acadêmicos da ABRAFIL, docentes da UERJ, da UFF, UFRJ, PUC/Rio e de outras universidades. Compareceram também jornalistas, médicos, intelectuais, professores, amigos e ex-alunos do autor.

Nas semanas seguintes, o romancista recebeu centenas de e-mails, telefonemas e comentários, parabenizando-o pelo ritmo rápido da escrita, as inovações técnicas, a leitura agradável, de forma que a recepção da obra junto aos especialistas e aos leitores em geral veio ao encontro das suas expectativas. Chegaram também convites para palestras sobre o romance, a época retratada, o tema da juventude, e o método de criação utilizado.

Em 14 de novembro de 2014, houve uma tarde/noite de autógrafos, no Maricota's bistrô, um café cultural que congrega os estilos francês e brasileiro, na rua general Roca, na Tijuca. Vieram, nesta ocasião, ficcionistas, poetas, intelectuais da Justiça, e os que não puderam ir a Ipanema. E num ambiente íntimo, instalou-se, no bairro, uma sociabilidade literária, revitalizando-o.

Em 15 de novembro, foi a vez de outro lançamento, no restaurante La Maison, esquina de Santa Clara com Av. Atlântica, quando docentes da PUC/Rio, e do Colégio Santo Inácio, saudaram a narrativa como um marco da ficção contemporânea sobre os anos de 1960. Depois do fato, o mesmo fenômeno ocorreu: chegaram à editora dezenas de e-mails, cumprimentando o escritor pelo movimento dinâmico do texto, a sensibilidade, e a oferta de uma obra em que todos se sentem personagens.

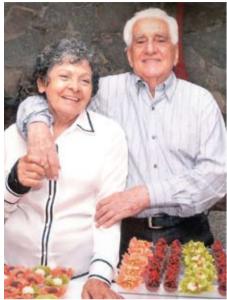
Em Teresina

Outro lançamento aconteceu, em 27 de novembro de 2014, em Teresina, Piauí, na Entrelivros Livraria, Av. Dom Severino, com música ao vivo sob a batuta de Assis Bezerra. Participaram da organização do acontecimento: Feliciano Bezerra Filho, coordenador do Mestrado em Letras da UESPI; Dílson Lages, professor, editor, poeta e romancista; Raimunda Celestina Mendes da Silva, docente da UESPI e Presidente da Academia de Letras do Médio Parnaíba; Ana Vitória de Carvalho Santos, mestre e docente na área de educação; e Assis Bezerra, professor de música, cantor e compositor. Escritores, intelectuais e amigos compareceram. O romance cativou os teresinenses. O historiador e contista Geraldo Borges de Almeida escreveu uma resenha. E o jornalista e professor Carlos Said, uma excelente crônica.

O autor foi muito bem recebido em sua terra, convidado para entrevistas na tv Assembleia, na rádio Teresina FM. Foi entrevistado também pela jornalista Liliane Pedrosa, do jornal *Meio Norte*, que lhe concedeu uma página inteira, no suplemento *Arte & Fest*, com uma foto de quarto de página. O jornalista Mário Vilarinho, de *O Dia*, de 27 de novembro, escreveu uma excelente matéria com a manchete *"Romance sobre a juventude será lançado hoje"*.

HOMENAGEM PÓSTUMA A JOSÉ RICARDO DA SILVA ROSA

Em 25.10.2014, na UERJ, no 11.º andar, Rav 112, a Academia Brasileira de Filologia prestou homenagem póstuma a José Ricardo da Silva Rosa, que era ocupante da cadeira 10. Estiveram presentes Maria Áurea Cadete da Silva Rosa, viúva do homenageado, e sua filha Márcia Regina da Silva Rosa, além de Leonardo Oliveira, Mário Luís de Oliveira, Maria de Fátima S.S. Cascais, Virginia Augusta Portugal de Paula Santos, Maria Teresa da Silva Cascaes, Maria Clara da S. Cascaes; e os convidados Flávia Peres, Carlos Affonso Nunes Ribeiro, Elaine dos S. de Noronha. O professor Manoel P. Ribeiro lembrou que o prof. José Ricardo lecionou Latim, em 1958, em sua turma de Letras Clássicas, na antiga UERJ, no Instituto Lafayete, na Rua Haddock Lobo. O Prof. Manoel citou também o fato de que foi, a convite do Prof. José Ricardo, que iniciamos as sessões da Academia na UERJ. Após a fala do prof. Manoel, o acadêmico Claudio César Henriques, visivelmente emocionado, recordou os momentos em que trabalhou com o professor José Ricardo. O Prof. Antônio Martins de Araújo também discursou, relatando as aulas do professor José Ricardo em cursos preparatórios, alcançando sempre êxito, gracas à orientação segura do Mestre. A acadêmica Maria Antônia da Costa Lobo leu depoimento de seu esposo Renato Cesar Mendes Lobo, aluno de número 218 do Colégio Militar do Rio de Janeiro. Finalizando, o professor Amós Coêlho da Silva relembrou momentos em que, como Chefe do Departamento de Letras Clássicas, o Mestre José Ricardo participava da vida de seus amigos com muito companheirismo. Márcia Regina da Silva Rosa, filha do homenageado, representou a família, fazendo um relato da vida profissional e particular do grande Mestre. A seguir, a Academia presenteou a viúva Maria Aura Cadete da Silva Rosa com um buquê de rosas e agradeceu a presença de familiares e amigos do professor José Ricardo da Silva Rosa.



Maria Aura Cadete da Silva Rosa e José Ricardo da Silva Rosa, em foto da comemoração dos oitenta anos do casal.



Maria Aura e familiares.

ELEIÇÃO DE ACADÊMICOS

Na sessão de 29.11.2015, foram eleitos novos acadêmicos. Para a cadeira 13, o prof. Flávio de Aguiar Barbosa, em vaga de Carlos Alberto Alves Sepúlveda; para a cadeira 10, o prof. André Neme Conforte, em vaga da José Ricardo da Silva Rosa (falecido); na cadeira 25, o prof. André Crim Valente, em vaga de José Pereira da Silva; na cadeira 32, o prof. Paulo César da Costa Rosa, na vaga de Luiz Martins Monteiro de Barros; na cadeira 38, o prof. Marcelo Moraes Caetano, em vaga de Helênio Fonseca de Oliveira.



Professores Paulo César Costa da Rosa, André Crim Valente, Flávio de Aguiar Barbosa, Amós Coêlho da Silva, Marcelo Moraes Caetano, André Neme Conforte.

VISITA AO COLÉGIO PEDRO II

Em 4.12.2014, os professores Antônio Martins de Araújo e Manoel P. Ribeiro estiveram, das 10,00 às 11,30 h, no Colégio Pedro II, seção de São Cristóvão, onde foram recebidos pelo Magnífico Reitor Oscar Halac.

Foram entregues ao ilustre colega dez exemplares da revista da ABRAFIL n.º XIV, em homenagem a Antenor Nascentes.

Para edição da revista, contamos com a ajuda prestimosa de Maria Alice Lins e Ana Maria da Silva, funcionárias desse educandário.

Ficou decidido que haverá convênios entre o Colégio Pedro II e a Academia Brasileira de Filologia, em virtude dos grandes laços que unem as duas entidades culturais.



Professores Manoel P. Ribeiro, Oscar Halac e Antônio Martins de Araújo, em frente à foto do Colégio Pedro II, secão da Rua Marechal Floriano, no Centro do Rio de Janeiro.

FALECIMENTO DE ACADÊMICOS

O ano de 2014 foi de grande pesar para nossa Academia. Faleceram os confrades José Ricardo da Silva Rosa, Horácio Rolim de Freitas e José Geraldo Paredes.



Manoel P. Ribeiro discursa ao lado do Mestre Horácio Rolim de Freitas, numa sessão de 2012.



Professores Manoel P. Ribeiro e José Geraldo Paredes.

D I A G R A M A Ç Ã O: DANILO VILLELA danilo_villela@yahoo.com.br 98149-5478



Tel: 2290-1121 - 9997-2541